



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

212/2015

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**TÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Capítulo I
Do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI**

Art. 1º Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

I - em parcela única, com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros.

§ 1º Os valores espontaneamente denunciados poderão ser pagos com os benefícios previstos neste artigo.

§ 2º Os honorários advocatícios para os créditos tributários ajuizados e quitados com os benefícios desta Lei, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito tributário.

§ 3º Para liquidação das parcelas, serão aplicados juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 4º Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.

5º O ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 6º O disposto neste artigo:

I - se aplica aos créditos tributários em que sejam exigidas as penalidades previstas no § 1º do art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, inclusive as dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea "a" do inciso XIII, alínea "g" do inciso XV e alíneas "b" e "c" do inciso XVII, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM; e

II - não enseja a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas e não se aplica cumulativamente com a redução das multas de que trata o art. 40 da Lei nº 11.580, de 1996, e nem com outros benefícios anteriormente concedidos.

§ 7º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em ato do Poder Executivo.

Art. 2º A formalização de pedido de ingresso no programa implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Parágrafo único. O ingresso no programa dar-se-á por formalização da opção do contribuinte e da homologação do fisco no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

Art. 3º Implica revogação do parcelamento:

I - a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

III - a falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado; e

IV - o descumprimento de outras condições, a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º O contribuinte poderá optar por pagar a parte do crédito tributário lançado que reconhecer devida, mantendo a discussão sobre o restante.

§ 1º Caso opte pelo pagamento de parte do débito, o contribuinte deverá informar ao fisco, até a data determinada pelo Poder Executivo, o valor que pretende liquidar, a data-base e o respectivo valor original.

§ 2º A partir dos dados fornecidos pelo contribuinte, o fisco emitirá um demonstrativo de atualização monetária e dos juros, em duas vias, sendo a primeira via juntada aos autos do processo administrativo fiscal e a outra entregue ao requerente, como informação dos valores a pagar.

Art. 5º Os benefícios previstos no art. 1º desta Lei prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores.

Capítulo II Do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD

Art. 6º Institui o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD, para a liquidação de débitos referidos no art. 7º desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja recolhido em moeda corrente.

Art. 7º Os benefícios concedidos na forma do art. 8º e 9º desta Lei aplicam-se aos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 e aos de natureza não-tributária vencidos até 31 de dezembro de 2014, referentes:

- I - ao Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;
- II - ao Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;
- III - a taxas de qualquer espécie e origem;
- IV - a multas administrativas de natureza não-tributária de qualquer origem;
- V - a multas contratuais de qualquer espécie e origem;
- VI - à reposição de vencimentos de servidores de qualquer categoria funcional; e
- VII - a ressarcimentos ou restituições de qualquer espécie e origem.

Parágrafo único. Poderão também ser incluídos no PPD débitos que se encontrarem nas seguintes situações:

- I - valores informados pelo devedor, relacionados a obrigações vencidas até 31 de dezembro de 2014;
- II - saldo de parcelamento rescindido; e
- III - saldo de parcelamento em andamento.

Art. 8º O beneficiário do PPD poderá recolher o débito consolidado, com os descontos de que trata o art. 9º desta Lei:

- I - em uma única vez; e
- II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

- I - R\$ 100,00 (cem reais), para pessoas físicas; e
- II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), para pessoas jurídicas.

§ 2º Será exigida autorização de débito automático do valor correspondente às parcelas subsequentes à primeira, em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 9º Os descontos concedidos na liquidação dos débitos são os abaixo indicados:

I - relativamente ao débito tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% (quarenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, nas hipóteses de parcelamento;

II - relativamente ao débito não-tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, nas hipóteses de parcelamento.

Parágrafo único. Os honorários advocatícios para os créditos tributários e não tributários ajuizados, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito.

Art. 10. Para efeito do Programa previsto no art. 6º desta Lei, considera-se débito:

I - tributário, a soma do tributo, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação;

II - não-tributário, a soma do débito principal, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação; e

III - consolidado, o somatório dos débitos, tributários e não-tributários, selecionados pelo beneficiário para inclusão no PPD.

Art. 11. O prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 12. O parcelamento ou o pagamento em parcela única, relativamente aos componentes tributários ou não-tributários do débito consolidado:

I - expressa confissão irrevogável e irretratável; e

II - implica renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

§ 1º A desistência das ações judiciais e dos embargos à execução fiscal deverá ser comprovada, no prazo de sessenta dias contados da data do recolhimento da primeira parcela ou da parcela única, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas.

§ 2º Os documentos destinados a comprovar a desistência mencionada no § 1º deste artigo deverão ser entregues na Procuradoria Geral do Estado.

§ 3º O recolhimento efetuado, integral ou parcial, embora autorizado pelo Fisco, não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados, ficando resguardado o direito do Fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente.

Art. 13. O parcelamento previsto nesta Lei será considerado:

I - celebrado, após a adesão ao programa, com o recolhimento da primeira parcela no prazo fixado nesta Lei; e

II - rompido, na hipótese de:

- a) inobservância de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei;
- b) inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;
- c) falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado;
- d) descumprimento de outras condições a serem estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo único. O parcelamento rescindido:

I - implica imediato cancelamento dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei, reincorporando-se integralmente ao débito tributário ou não-tributário objeto do benefício os valores reduzidos e tornando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação;

II - acarretará, conforme o caso:

- a) em se tratando de débito não inscrito em dívida ativa, a inscrição e o ajuizamento da execução fiscal ou o protesto da Certidão de Dívida Ativa; e
- b) em se tratando de débito inscrito e ajuizado, o imediato prosseguimento da execução fiscal.

Art. 14. Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.

Art. 15. A concessão dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei não autoriza a restituição, no todo ou em parte, de importância recolhida anteriormente ao início da vigência desta Lei.

Art. 16. Poderá ser abatido do débito a ser recolhido na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei o valor dos depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo referente aos débitos incluídos no parcelamento, sendo que eventual saldo em favor:

I - do Fisco, permanecerá no referido parcelamento; e

II - do beneficiário, ser-lhe-á restituído.

§ 1º - Para fins do abatimento previsto neste artigo, o beneficiário deverá:

- I - informar o valor atualizado dos depósitos judiciais existentes; e
- II - autorizar a Procuradoria Geral do Estado a efetuar o levantamento dos depósitos judiciais, nos autos da ação em que foram realizados.

§ 2º Cópia da autorização a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo deverá ser entregue na Procuradoria Geral do Estado instruída com o comprovante do valor depositado, no prazo de sessenta dias contados da celebração do parcelamento ou do recolhimento da parcela única.

§ 3º O abatimento de que trata este artigo será definitivo, ainda que o parcelamento venha a ser rompido.

Art. 17. No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios.

Capítulo III Das Disposições Gerais

Art. 18. Acresce os incisos XXIII e XXIV ao § 1º e os §§ 9º e 10 ao art. 55 na Lei nº 11.580, de 1996, com a seguinte redação:

"XXIII - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto e por mês de atraso, ao contribuinte que não apresentar ou não transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, a EFD - Escrituração Fiscal Digital, ou transmiti-la sem registros na hipótese de haver movimento informado em GIA/ICMS ou GIA-ST, sem prejuízo de novo lançamento de ofício se continuar a omissão;

XXIV - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar a EFD sem observância dos procedimentos exigidos na legislação.

§ 9º Ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades previstas neste artigo pertinentes a documentos fiscais e livros fiscais, aplicam-se, também, em relação aos documentos fiscais emitidos eletronicamente, de existência exclusivamente digital, e à escrituração fiscal digital.

§ 10 Sem prejuízo do disposto no § 9º deste artigo, ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades pertinentes à Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS e à Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST previstas neste artigo, aplicam-se, também, em relação à entrega dos arquivos digitais referentes à EFD - Escrituração Fiscal Digital." (NR)

Art. 19. O art. 52 da Lei nº 11.580, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda poderá determinar regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento aos contribuintes considerados devedores contumazes, visando ao cumprimento de obrigações, conforme definido pelo Poder Executivo.

§ 1º Considera-se devedor contumaz o contribuinte que:

I - considerando cada estabelecimento, deixar de recolher o ICMS declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS, Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST ou apurado por meio da Escrituração Fiscal Digital - EFD, no todo ou em parte, relativo a oito períodos de apuração do imposto, consecutivos ou não, nos doze meses anteriores, podendo a quantidade de períodos ser alterada a critério do Poder Executivo; ou

II - considerando todos os estabelecimentos da empresa, tiver créditos tributários inscritos em dívida ativa em valor superior a:

a) 30% (trinta por cento) do patrimônio da empresa; ou

b) 30% (trinta por cento) do faturamento anual declarado em GIA/ICMS, em GIA-ST ou em EFD.

§ 2º Não serão computados, para efeitos deste artigo, os créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos do Código Tributário Nacional.

§ 3º O regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento consiste na aplicação, isolada ou cumulativamente, das seguintes medidas, além das demais previstas nesta Lei:

I - impedimento à utilização de benefícios ou incentivos fiscais relativamente ao ICMS;

II - exigência, a cada operação ou prestação, do pagamento do tributo correspondente, inclusive o devido por substituição tributária, anteriormente à emissão do documento fiscal, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto;

III - inclusão automática na programação de fiscalização; e

IV - autorização prévia e individual para emissão de notas fiscais.

§ 4º O regime especial de que trata este artigo não dispensa o contribuinte do cumprimento das demais obrigações acessórias e não elide a aplicação de outras medidas que visem garantir o recebimento dos créditos tributários, como:

I - arrolamento administrativo de bens;

II - proposição de Ações Cautelares Fiscais;

III - representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária, econômica ou delito de outra natureza; e

IV - cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, conforme previsto em decreto do Poder Executivo.

§ 5º O contribuinte deixará de ser considerado devedor contumaz se os débitos que motivaram essa condição forem extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa." (NR)

Art. 20. O arrolamento de bens e direitos poderá ser procedido após a constituição do crédito tributário e até o início da execução fiscal, por Auditor Fiscal, sempre que a soma dos créditos de responsabilidade do sujeito passivo exceder, cumulativamente:

I - 30% (trinta por cento) do seu patrimônio; e

II - 10.000 (dez mil) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná.

§ 1º Não serão computados na soma dos créditos tributários aqueles para os quais exista depósito administrativo ou judicial.

§ 2º Na hipótese de o sujeito passivo se tratar de pessoa física, deverão ser identificados inclusive os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com cláusula de incomunicabilidade.

§ 3º Para efeitos do disposto no *caput* deste artigo deverá ser considerado individualmente, por sujeito passivo, a soma dos créditos sob a sua responsabilidade e o seu patrimônio.

§ 4º Na hipótese de responsabilidade prevista nos arts. 133 e 134 do CTN – Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), somente serão arrolados os bens e direitos dos responsáveis se o patrimônio do contribuinte não for suficiente para a satisfação do crédito tributário.

Art. 21. Para os efeitos do arrolamento administrativo, patrimônio será:

I - relativamente à pessoa jurídica, a totalidade de bens e direitos constantes de seu ativo não circulante, conforme balanço patrimonial mais recente, ou aqueles constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

II - tratando-se de pessoa física, inclusive o empresário, a totalidade de bens e direitos constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ressalvada a meação relativamente aos bens e direitos comuns do casal.

Parágrafo único. Para os efeitos do arrolamento, bem como do cálculo do percentual a que se refere o inciso I do art. 20 desta Lei, identificados indícios de sonegação de informações no balanço patrimonial ou na declaração apresentada à Secretaria da Receita Federal, serão verificadas outras fontes disponíveis, tais como certidões de registro de imóveis, certificado de registro de veículos, aeronaves, embarcações e de propriedade industrial.

Art. 22. O arrolamento administrativo também poderá ocorrer por iniciativa do sujeito passivo.

Art. 23. O ato de arrolamento indicará os créditos tributários aos quais está vinculado.

§ 1º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário fica obrigado a comunicar, no prazo de cinco dias, à repartição fazendária de seu domicílio tributário, a alienação, a oneração ou a transferência a qualquer título, dos bens e dos direitos arrolados.

§ 2º Implicará requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo:

I - o descumprimento da formalidade prevista no § 1º deste artigo; e

II - a falta de substituição dos bens e direitos constantes no termo de arrolamento concomitantemente a sua alienação, oneração ou transferência, a qualquer título.

Art. 24. O ato de arrolamento deve ser registrado:

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados; e

III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 1º Ficam os cartórios, registros, órgãos e entidades mencionados neste artigo obrigados a comunicar à Coordenação da Receita do Estado, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a ocorrência de alienação, de transferência ou de oneração dos bens arrolados, realizadas no mês imediatamente anterior.

§ 2º Ficam isentos do pagamento de custas ou emolumentos os serviços de averbação e registro de que trata este artigo, bem como o fornecimento de certidão ou relação de bens e direitos pelos órgãos competentes.

§ 3º Fica a critério do sujeito passivo, a expensas dele, requerer, anualmente, aos órgãos de registro público onde os bens e direitos estiverem arrolados, por petição fundamentada, avaliação dos referidos ativos, por perito indicado pelo próprio órgão de registro, a identificar o valor justo dos bens e direitos arrolados.

Art. 25. Nos casos de extinção, nulidade, improcedência ou retificação do lançamento do crédito tributário vinculado ao arrolamento, em valor que implique redução da soma dos créditos tributários para montante que não justifique a manutenção do arrolamento, a Coordenação da Receita do Estado comunicará o fato ao cartório ou entidade competente de registro e controle em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, para que sejam cancelados os efeitos do arrolamento.

Parágrafo único. Na hipótese de crédito tributário vinculado ao arrolamento ter sido liquidado ou garantido, após o ajuizamento da ação judicial, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a comunicação a que se refere o *caput* será feita pela Procuradoria Geral do Estado.

Art. 26. Autoriza o Poder Executivo a modificar o valor previsto no inciso II do art. 20 desta Lei, no interesse da administração tributária.

TÍTULO II DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Art. 27. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade específica a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 28. A cessão do direito creditório:

I - não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório, que manterá suas garantias e privilégios;

II - não alterará as condições de pagamento, os critérios de atualização e a data de vencimento; e

III - não transferirá a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanecerá sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 29. Para os fins do disposto nesta Lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

Art. 30. O cessionário não poderá transferir o direito creditório adquirido nos termos desta Lei, salvo com anuência expressa do titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 31. A cessão far-se-á em caráter definitivo, sem assunção pelo Estado, perante o cessionário ou terceiros quanto à responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

Art. 32. Nos procedimentos necessários à formalização da cessão de direito creditório de que trata esta Lei, o Estado deverá preservar o sigilo em relação a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, do devedor ou de terceiros, bem como quanto à natureza e o estado dos respectivos negócios ou atividades.

Art. 33. Autoriza o Poder Executivo a constituir sociedade de propósito específico, sob a forma de sociedade por ações com a maioria absoluta do capital votante detida pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, tendo por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas em direitos creditórios de titularidade do Estado.

§ 1º A sociedade de propósito específico de que trata o *caput* deste artigo não poderá receber do Estado recursos financeiros para o custeio em geral, incluída a despesa com pessoal, não podendo, em nenhuma hipótese, ser caracterizada como empresa dependente do tesouro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Desde que mantida, em caráter incondicional, a maioria absoluta do respectivo capital votante, o Poder Executivo poderá abrir o capital da sociedade de que trata este artigo, observando-se, para tanto, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, até o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinados à integralização do capital social da sociedade por ações, mencionada no *caput* deste artigo.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Até a implantação do Cadin Estadual, a concessão de alvará, licença ou autorização decorrente ou não do Poder de Polícia Estadual ficará condicionada à apresentação da Certidão Negativa de Tributos Estaduais.

Art. 35. O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a promover, mediante decreto, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, a adequação, complementação e a fixação da estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo denominações, competências e atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança, bem como de suas unidades administrativas.

Art. 36. É considerada de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado a Fazenda Pública Estadual em processo cujo valor total atualizado, englobando crédito principal, custas e despesas processuais, seja igual ou inferior a R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º O valor disposto no *caput* deste artigo será corrigido anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme ato do Poder Executivo.

§ 2º Se for expedido precatório requisitório para satisfação do crédito principal, o pagamento das custas processuais, ainda que se trate de serventia estatizada, deverá ser realizado juntamente com aquele, não se admitindo a expedição autônoma de requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV).

§ 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado do registro no Sistema Integrado de Documentos da entidade devedora de requerimento instruído com a requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV), expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, a liquidez da obrigação, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

§ 4º O disposto neste artigo entra em vigor na data de publicação desta Lei e tem aplicação imediata, restando revogadas todas as disposições em contrário, apenas não produzindo efeitos em relação aos pedidos de pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV protocolizados perante a Administração Pública Estadual anteriormente à entrada em vigor desta Lei.

Art. 37. Autoriza o Estado do Paraná a formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida com a União realizado sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, nos termos da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Art. 38. A autorização para a operação de crédito de que trata o art. 1º da Lei 17.479, de 10 de janeiro de 2013, destinada à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL poderá ser formalizada com instituição financeira nacional ou estrangeira.

Art. 39. O art. 6º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Institui o Conselho Gestor de Concessões, inclusive as de Parceria Público Privadas, cuja composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder executivo. (NR)"

Art. 40. O recolhimento de taxas e de outras receitas públicas no Estado do Paraná será efetuado exclusivamente por meio de guia única de recolhimento.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá o cronograma e demais regras para implantação do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 41. O art. 2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza orçamentária, inclusive pessoal e encargos sociais."

Parágrafo único. Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte verificado ao final de cada exercício será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado." (NR)

Art. 42. Altera a Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013:

I – o § 2º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de recursos vinculados de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias."

II – acresce os §§ 5º e 6º ao art. 2º com a seguinte redação:

"§ 5º Os recursos transferidos ao SIGERFI PARANÁ referentes a recursos livres serão incorporados ao saldo do Tesouro Geral do Estado."

"§ 6º Os saldos de recursos referentes às fontes vinculadas de receita de que trata a Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, serão baixados ao final do período de sua vigência, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º do mesmo diploma legal." (NR)

Art. 43. Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na data de publicação desta Lei.

Art. 44. Fica reduzida em até R\$ 3,5 bilhões a meta III e majorada em até R\$ 150 milhões a meta V, ambas constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

Art. 45. Ficam acrescentados os art. 4º-A e 4º-B à Lei nº 14.160, de 16 de outubro de 2003, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A O Poder Executivo poderá autorizar tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS, visando garantir a competitividade da produção e da comercialização paranaense.

Art. 4º-B Ficam convalidados os atos realizados que estejam em acordo com o disposto nesta Lei."(NR)

Art. 46. Altera os seguintes arts. da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965:

I – o caput e o § 1º do art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A COHAPAR será administrada por Diretoria composta na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

§ 1º O mandato dos Diretores será de acordo com o previsto na Lei Federal nº 6.404, de 1976."

II – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O Conselho Fiscal será composto na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 1976."(NR)

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 48. Revoga:

I – a Lei nº 12.601, de 28 de junho de 1999;

II – o art. 7º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012;

III – os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 17.655, de 07 de agosto de 2013; e

IV – o art. 3º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014.

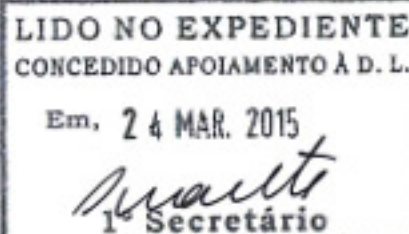
Por determinação do Sr. Presidente,
I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em 24/03/2015
Secretaria Geral da Presidência



MENSAGEM

Nº 010/2015

Curitiba, 23 de março de 2015.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI; o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD; e, a Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

Com relação ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e ao Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, a presente proposta legislativa tem como objetivo auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de suas pendências, reestabelecendo o fluxo financeiro e a manutenção de suas atividades. Para tanto, propõe-se a concessão de prazo estendido para o parcelamento de impostos estaduais, bem como a redução dos honorários advocatícios.

Vale ressaltar que, em ocasiões anteriores, foram editadas normas que continham os mesmos benefícios aqui propostos para que o contribuinte paranaense regularizasse suas pendências. Entretanto, tais normas tiveram curto período de vigência.

Considerando os resultados alcançados por ocasião daquelas normas, propõe-se novamente a oportunidade de regularização de pendências de impostos estaduais.

Propõe-se que seja autorizada a cessão, a título oneroso, dos direitos creditórios autônomos originários de créditos tributários e não-tributários devidamente constituídos, objeto ou não de parcelamentos administrativos e judiciais, inclusive aqueles decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo. A proposta é inspirada por operações semelhantes ocorridas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Por fim, a alteração do caput e o § 1º do art. 9º e do art. 10, da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR visa tão somente adequar a legislação estadual à legislação federal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 17579 - 28 de Maio de 2013

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8967 de 28 de Maio de 2013

Súmula: Institui o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ, destinado a centralizar em conta bancária do "Governo do Estado" as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado e dos fundos estaduais.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as instituições financeiras e de seguros, direta ou indiretamente controladas pelo Estado; as empresas públicas e sociedades de economia mista de capital aberto; a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, os fundos de natureza previdenciária administrados pela PARANAPREVIDÊNCIA; os fundos compostos exclusivamente por recursos federais; os fundos decorrentes de vinculações constitucionais; e os recursos oriundos de convênios ou contratos que exijam segregação.

Art. 2º. O SIGERFI PARANÁ é um instrumento pelo qual a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA administrará as disponibilidades financeiras da Administração Direta e Indireta do Estado, propiciando a maximização dos ganhos na aplicação de recursos disponíveis e a flexibilização no direcionamento dos recursos, de maneira a contemplar o suprimimento de metas e programas traçados pelo Governo Estadual.

§ 1º. O SIGERFI PARANÁ será administrado pela SEFA e executado por instituição financeira oficial.

§ 2º. A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º. Os órgãos e entidades que realizarem arrecadações de recursos fora das instituições financeiras públicas ou privadas contratadas pelo Estado do Paraná deverão transferi-los, quando tornados disponíveis para movimentação, à instituição financeira responsável pela execução do SIGERFI PARANÁ.

§ 4º. As aplicações financeiras existentes na data da publicação desta Lei deverão ser resgatadas quando de seu vencimento e colocadas à disposição do SIGERFI PARANÁ, em nome do respectivo órgão ou entidade.

Art. 3º. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda:

- I** - gerenciar os saldos disponíveis diários existentes na conta centralizadora;
- II** - celebrar contratos e convênios com as instituições participantes do SIGERFI PARANÁ;
- III** - analisar e apreciar previamente os fluxos financeiros dos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ, autorizando a sua execução;
- IV** - fiscalizar o cumprimento das normas de que trata o SIGERFI PARANÁ, inclusive quanto aos valores autorizados no fluxo financeiro;
- V** - observar as normas de contabilidade no gerenciamento dos recursos, mantendo os registros contábeis individualizados dos valores correspondentes a cada órgão e entidade integrante do sistema, bem como dos respectivos rendimentos, com absoluta transparência e fidelidade;
- VI** - fornecer imediatamente as informações contábeis sempre que solicitadas pelos órgãos e entidades

integrantes do SIGERFI PARANÁ;

VII - definir o cronograma de implantação dos órgãos e entidades no SIGERFI PARANÁ.

Art. 4º. Compete aos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ manter controle contábil das transferências efetuadas para a conta centralizadora e informar, com antecedência mínima de 48 horas, a relação discriminada por item, dos pagamentos, informando disponibilidade orçamentária, credor e respectivo valor.

Art. 5º. Os recursos alocados à disposição do SIGERFI PARANÁ poderão ser remunerados, conforme contrato ou convênio a ser estabelecido entre a SEFA e os órgãos e entidades integrantes do sistema.

Art. 6º. O Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado poderão aderir ao SIGERFI PARANÁ mediante ajuste a ser celebrado com o Poder Executivo.

Art. 7º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará o funcionamento do SIGERFI PARANÁ.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 28 de maio de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Carlos Jorge Haully
Secretário de Estado da Fazenda

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

Publicado no Diário Oficial nº. 9355 de 16 de Dezembro de 2014

Súmula: Determinação para que os Fundos que especifica, existentes no Estado do Paraná, deixem de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receita.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os Fundos a seguir especificados deixam de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receitas:

- I** - Fundo de Reequipamento do Fisco (Funrefisco), instituído pela Lei nº 10.898, de 22 de agosto de 1994;
- II** - Fundo de Equipamento Agropecuário, instituído pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951;
- III** - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas - FESD, instituído pela Lei nº 17.244, de 17 de julho de 2012;
- IV** - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR, instituído pela Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999;
- V** - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, instituído pela Lei nº 12.945, de 5 de setembro de 2000;
- VI** - Fundo Penitenciário do Paraná - FUPEN, instituído pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964;
- VII** - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR, instituído pela Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011;
- VIII** - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON, instituído pela Lei nº 14.975, de 28 de dezembro de 2005;
- IX** - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituído pela Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010.

Art. 2.º Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos Órgãos responsáveis por sua gestão, em despesas de qualquer natureza orçamentária.

Art. 3.º Os saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013, que sejam relativas a recursos vinculados, serão baixados pela Secretaria de Estado da Fazenda no prazo máximo de seis anos mediante:

- I** - encontro de contas com valores devidos ao Tesouro Geral do Estado;
- II** - compensação com aplicação de recursos do Tesouro Geral do Estado em despesas dos órgãos, fundos e entidades.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de dezembro de 2014.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 17479 - 10 de Janeiro de 2013

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8874 de 10 de Janeiro de 2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito externo com o Banco Credit Suisse - AG, destinada à reestruturação da dívida CRC - COPEL, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito externo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse - AG, em valor equivalente a até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), a serem convertidos em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio em vigor à época do desembolso, destinados à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL para utilização pelo Estado de créditos desta junto à União Federal, representados pelos saldos remanescentes da Conta de Resultados a Compensar - CRC, assinado em 04 de agosto de 1994, com base no art. 5º, § 4º da Lei Federal nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, e na Lei Estadual nº 10.637, de 14 de dezembro de 1993, bem como dos respectivos termos aditivos, sendo o último deles assinado em 21 de janeiro de 2005.

Art. 2º A operação de crédito será garantida pela República Federativa do Brasil.

§ 1º Para obter a garantia da União com vistas à contratação da operação de crédito externo de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantias ao Tesouro Nacional.

§ 2º As contragarantias de que trata o § 1º deste artigo compreendem a cessão de:

I - direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no art. 159, I, "a", e II, da Constituição da República, ou resultantes de tais cotas ou parcelas transferíveis de acordo com o preceituado na mesma Constituição, respeitada sua vinculação à aplicação especial, quando for o caso;

II - receitas próprias do Estado, a que se referem os arts. 155 e 157 da Constituição da República, nos termos do § 4º do art. 167, acrescentado à Constituição da República pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.

Art. 3º Os recursos provenientes das operações de crédito serão consignados como receita no orçamento do Estado ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de janeiro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Clóvis Agenor Rogge
Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

Cássio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Publicado no Diário Oficial nº. 8629 de 12 de Janeiro de 2012

Súmula: Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARE

Art. 1º. Fica criado o Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias) com o objetivo de aprovar, acompanhar e estruturar parcerias público-privadas em projetos de interesse público, inclusive o fomento de atividades privadas nas áreas de tecnologia e inovação, cultura e desenvolvimento econômico.

§ 1º. O Programa mencionado neste artigo será desenvolvido no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, dos fundos especiais a ela ligados e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná.

§ 2º. Fica vedado aos órgãos, fundos e entidades mencionados no § 1º deste artigo o desenvolvimento e a celebração de parcerias público-privadas fora do âmbito do Programa ora instituído.

~~**§ 3º.** Toda celebração de parceria público-privada mencionada no caput deste artigo deverá ser devidamente informada à Assembleia Legislativa do Paraná pelos respectivos órgãos, fundos ou entidades envolvidos no âmbito do Programa ora instituído.~~
(Revogado pela Lei 18376 de 15/12/2014)

Art. 2º. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º. Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º. Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3º. Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 4º. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

II - cujo período de prestação do serviço seja inferior a 05 (cinco) anos; ou

III - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Art. 3º. As concessões administrativas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal nº 11.079, de 31 de dezembro de 2004, aplicando-se adicionalmente o disposto nos arts. 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal nº 8.987/1995 e no art. 31, da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995.

§ 1º. As concessões patrocinadas regem-se por esta Lei, pela Lei Federal nº 11.079/2004, aplicando-se

Art. 6º. Fica instituído o Conselho Gestor, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de gerir o Programa de Parcerias Público-Privadas (Paraná Parcerias), com as seguintes atribuições:



I - definir atividades, obras ou serviços considerados prioritários para ingressar no Programa, cuja execução possa se dar sob o regime de parceria, determinando a realização de estudos técnicos;

II - apreciar manifestações de interesse em participar de parcerias público-privadas, observados os procedimentos gerais para o registro, a seleção e a aprovação dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações a serem definidos por ato do próprio Conselho;

III - encaminhar projetos de parcerias público-privadas para deliberação do Governador do Estado, observadas as exigências da Lei;

IV - fixar procedimentos para a contratação de parcerias público-privadas, inclusive aprovar seus respectivos editais;

V - fiscalizar a execução das parcerias público-privadas;

VI - opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria público-privada;

VII - instituir padrões digitais e contratos de parcerias público-privadas no âmbito estadual;

VIII - editar manual de orientação técnica para as parcerias público-privadas firmadas pelo Estado do Paraná;

IX - criar sistemas unificados de acompanhamento da execução de contratos de parceria e sua avaliação;

X - elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá demais atribuições e funcionamento do Conselho Gestor instituído no presente artigo.

Art. 7º. O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

I - o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, como presidente;

II - o Secretário de Estado da Fazenda;

III - o Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

IV - o Secretário-Chefe da Casa Civil;

V - o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística;

VI - Procurador-Geral do Estado.

VII - Diretor Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A - FOMENTO PARANÁ.
(Incluído pela Lei 18376 de 15/12/2014)

§ 1º. Poderão participar das reuniões do Conselho Gestor, com direito à voz e sem direito a voto, os titulares de órgãos e entidades da Administração Estadual que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão do vínculo do objeto da matéria a ser apreciada pelo Conselho.

§ 2º. O Conselho deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade.

§ 3º. A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

~~**Art. 8º.** O Conselho Gestor remeterá para a Assembleia Legislativa, semestralmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parceria público-privadas.~~

Art. 8º. O Conselho Gestor remeterá para a Assembleia Legislativa, anualmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de parcerias público-privadas.
(Redação dada pela Lei 18376 de 15/12/2014)

IV - DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Publicado no Diário Oficial nº. 4885 de 14 de Novembro de 1996

(vide Lei 14260, de 22/12/2003) (vide Lei 14260, de 22/12/2003)

Súmula: Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei nº. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996.

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 2º. O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

VI - a entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.
(Incluído pela Lei 15342 de 22/12/2006)

§ 1º. O imposto incide também:

~~I - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;~~

I - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº 114/02);
(Redação dada pela Lei 14050, de 14/05/2003)

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

~~§ 3º. Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.~~

~~§ 3º. A Coordenação da Receita do Estado divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput".~~
(Redação dada pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~§ 4º. No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.~~
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~§ 5º. Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:~~
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;~~
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.~~
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

~~§ 6º. A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o caput deste artigo.~~
(Revogado pela Lei 15610 de 22/08/2007)

SEÇÃO V DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 39. Os que procurarem espontaneamente a repartição fazendária para denunciar a infração, terão excluída a imposição de penalidade.

§ 1º. Ocorre a denúncia espontânea quando não tenha sido iniciado formalmente, em relação à infração, qualquer procedimento administrativo ou outra medida de fiscalização.

~~§ 2º. Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo monetariamente atualizado e acrescido dos juros de mora devidos.~~

§ 2º. Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo acrescido dos juros de mora devidos.
(Redação dada pela Lei 15610 de 22/08/2007)

SEÇÃO VI DA REDUÇÃO DAS MULTAS

Art. 40. A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55, será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso.

Parágrafo único. As demais multas previstas no § 1º do art. 55 desta Lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas:

- a)** em 75% (setenta e cinco por cento) quando pagas, até o 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;
- b)** em 50% (cinquenta por cento) quando pagas, do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

SEÇÃO VII - DO PARCELAMENTO

Art. 41. Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS poderão ser pagos em até sessenta parcelas, conforme critério fixado pela Secretaria da Fazenda.

§ 1º. O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

mediante a leitura dos dados neles constantes;

VII - a falta de registro de notas fiscais de bens adquiridos para consumo ou para ativo fixo;

VIII - a superavaliação do estoque inventariado.

Art. 52. A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em decreto do Poder Executivo, sistema individual de controle e pagamento exigindo a cada operação ou prestação o pagamento do tributo correspondente, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto.

SEÇÃO II DA CONSULTA

Art. 53. A Secretaria da Fazenda manterá setor consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao ICMS formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

~~§ 1º. As respostas serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado através de publicação periódica.~~

§ 1º. As respostas às consultas serão disponibilizadas periodicamente no endereço da Secretaria da Fazenda na internet.

(Redação dada pela Lei 17630 de 22/07/2013)

§ 2º. As repostas às Consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 3º. Não são passíveis de multas os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 4º. As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao ICMS, constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

CAPÍTULO XIV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 54. Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICMS.

§ 1º. Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º. A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ICMS independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 55. Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo.

§ 1º. Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos:

(vide Lei 14156, de 15/10/2003)

I - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;

~~**II** - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;~~

II - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos



casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;
(Redação dada pela Lei 14979 de 28/12/2005)

III - equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor do crédito do imposto:

- a) indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta Lei;
- b) indevidamente transferido, ao sujeito passivo que transferir créditos em desacordo com o disposto na legislação;

IV - equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

- a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;
- b) transportar, estocar ou manter em depósito, bem ou mercadoria abrangidos por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;
- c) executar prestação de serviço, abrangida por isenção, imunidade ou não-incidência do imposto, desacompanhada de documentação fiscal;

V - equivalente a 7% (sete por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

- a) deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto;
- b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria beneficiados com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;
- c) executar prestação de serviço, beneficiada com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto, desacompanhada da documentação fiscal regulamentar;

VI - equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que:

- a) deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação tributada, inclusive sujeitas ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente;
- b) transportar, estocar ou manter em depósito bem ou mercadoria tributados, inclusive sujeitos ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhados da documentação fiscal regulamentar;
- c) executar prestação de serviço tributada, inclusive sujeita ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente, desacompanhadas de documentação fiscal regulamentar;

VII - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino da mercadoria ou serviço em operação ou prestação abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

VIII - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor da operação ou prestação indicada no documento fiscal, ao sujeito passivo que:
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

- a) consignar em documento fiscal declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias ou serviços em operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;
- b) emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída, transmissão de propriedade ou entrada de bem ou mercadoria no estabelecimento, ou a uma prestação de serviço;
- c) adulterar documento fiscal, emitir ou utilizar documento fiscal falso, bem como utilizar documento fiscal de estabelecimento que tenha encerrado suas atividades ou cuja inscrição no cadastro de contribuintes estadual tenha sido cancelada "ex officio";

IX - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação quando estas sejam abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

X - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor correspondente à diferença entre o valor efetivo da operação e o consignado no documento fiscal, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação, quando estas sejam tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

XI - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações abrangidas por isenção, imunidade ou não-incidência;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

XII - equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor correspondente à diferença entre os valores constantes nas respectivas vias do documento fiscal, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal constando valores diferentes nas respectivas vias em relação a operações ou prestações tributadas, inclusive sujeitas ao regime da substituição tributária, ou beneficiadas com suspensão do pagamento do imposto;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

XIII - de 1 (uma) UPF/PR por documento fiscal, ao sujeito passivo que:

a) promover a impressão para si ou para terceiros de documento fiscal sem a competente autorização, ou fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ou inidôneo ainda não utilizado;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

b) deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os documentos fiscais não utilizados;

XIV - de 4 (quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

a) iniciar suas atividades antes do deferimento do pedido de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado;

b) preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

c) substituir as vias dos documentos fiscais em relação as suas respectivas destinações;

d) deixar de entregar à repartição fiscal de seu domicílio tributário vias de documentos fiscais a ela destinados;

e) retirar do estabelecimento, livros, documentos fiscais, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem autorização da repartição fiscal de seu domicílio tributário;

f) deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido na legislação, via a este destinada de documento fiscal;

g) não comunicar à repartição fiscal de seu domicílio tributário as alterações cadastrais, o reinício ou a paralisação temporária de suas atividades, ou deixar de entregar os documentos fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas atividades;

h) não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações com isenção, imunidade ou não-incidência do imposto;

i) não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

j) utilizar documento fiscal cujas características extrínsecas não observem fidelidade com os requisitos mínimos estabelecidos na legislação;

l) retirar, do estabelecimento do usuário, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, sem emissão do respectivo atestado de intervenção;

m) deixar de efetuar o recadastramento, no prazo e forma estabelecidos na legislação, no Cadastro de Contribuintes do Estado;

n) descumprir qualquer obrigação acessória determinada na legislação tributária, que não tenha infração prevista nas demais hipóteses deste artigo.
(Incluído pela Lei 14979 de 28/12/2005)

XV - de 6 (seis) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

- a)** deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto;
- b)** deixar de entregar ou informar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os demonstrativos regulamentares;
- c)** deixar de requerer a sua exclusão do Cadastro de Contribuintes do Estado no prazo fixado na legislação;
- d)** por qualquer meio ou forma, dificultar, impedir ou retardar a ação fiscalizadora;
- e)** deixar de apresentar à repartição fiscal, na forma da legislação, o documento referente à cessação de uso de máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares, ou ainda deixar de fazer a sua escrituração no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;
- f)** utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação tributária;
- g)** emitir atestado de intervenção em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, em desacordo com a legislação aplicável ou que nele consignar informações inexatas;
- h)** lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)
- i)** deixar de comunicar ao fisco a comercialização de equipamento emissor de cupom fiscal a usuário final estabelecido neste Estado;
- j)** não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações de saída com suspensão ou diferimento do imposto;

XVI - de 12 (doze) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

- a)** não apresentar ou não manter em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar de forma indevida, livros e documentos fiscais;
- b)** fornecer informações inverídicas ao se inscrever como contribuinte ou ao requerer alteração cadastral;
- c)** não atender à notificação de estorno de crédito, conforme previsão da alínea "h" do inciso anterior.
(Incluído pela Lei 15343 de 22/12/2006)

XVII - de 24 (vinte e quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:

- a)** utilizar, sem a autorização, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamento similar, ou sistema de processamento de dados, que emita documento fiscal ou cupom que o substitua, ou, ainda, que os utilize em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido autorizado;
- b)** utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou equipamentos similares sem os lacres de segurança ou rompê-los, sem a observância da legislação;
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)
- c)** possuir, utilizar ou falsificar carimbo, impresso ou equipamento de uso exclusivo de repartição da Secretaria da Fazenda.
(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

XVIII - de 6 (seis) UPF/PR, por dia de atraso, até o máximo de 90 (noventa) UPF/PR, ao contribuinte que, devidamente notificado, não apresentar no prazo estabelecido, os arquivos, respectivos registros ou sistemas aplicativos em meios magnéticos;

~~XIX - de 0,5% (meio por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos, em desacordo com a legislação;~~

XIX - de 10 (dez) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos em desacordo com a legislação;
(Redação dada pela Lei 14979 de 28/12/2005) (vide Lei 16017 de 19/12/2008)

~~XX - de 5% (cinco por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos;~~

XX - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos;
(Redação dada pela Lei 14979 de 28/12/2005) (vide Lei 16017 de 19/12/2008)

XXI - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que, na condição de contribuinte substituído, deixar de emitir ou de entregar documento fiscal em relação a operações ou prestações que realizar sob regime da substituição tributária.
(Incluído pela Lei 14859 de 19/10/2005)

XXII - de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor das operações ou prestações não informadas ou informadas em desacordo com a legislação, às administradoras de cartões de crédito, débito e similares que não entregarem, na forma e no prazo previstos na legislação, as informações sobre as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares.
(Incluído pela Lei 17360 de 27/11/2012)

§ 2º. As multas previstas neste artigo, serão aplicadas sobre os respectivos valores básicos atualizados monetariamente nos termos definidos nesta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto de infração.

§ 3º. O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, na hipótese do inciso I do § 1º, observadas as reduções concedidas pelo art. 40;

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses.

~~§ 4º. Sem prejuízo do disposto no art. 40, o valor mínimo das multas, é o equivalente ao de 4 (quatro) UPF/PR em vigor na data da lavratura do auto de infração ou na data da incidência da multa, em se tratando da penalidade prevista no inciso I do § 1º deste artigo.~~

§ 4º. O valor mínimo das multas aplicável em auto de infração é o equivalente a 4 (quatro) UPF/PR, em vigor na data da sua lavratura.
(Redação dada pela Lei 14068, de 04/07/2003)

§ 5º. No concurso de penalidades aplica-se a maior.

§ 6º. As infrações e penalidades indicadas no § 1º deste artigo, ressalvada a prevista no inciso I, exigível nos termos do art. 57, serão lançadas em processo administrativo fiscal de instrução contraditória, na forma do art. 56.

§ 7º. Não serão aplicadas as penalidades previstas nas alíneas "a" e "c" do inciso XV deste artigo, no caso de o Poder Executivo determinar o cancelamento "ex officio" da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, do contribuinte que, respectivamente, deixar de apresentar o documento de informação e apuração e ficar comprovado, através de procedimento fiscal, a cessação de sua atividade no endereço cadastrado, ou que tenha encerrado suas atividades sem requerer sua exclusão na forma do § 5º do art. 33.

~~§ 8º. A multa prevista no inciso I do § 1º deste artigo será o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher, por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45, a partir da segunda inadimplência, consecutiva ou não, podendo ser aplicado em relação a estas o benefício descrito no art. 40 desta lei.~~
(Incluído pela Lei 14979 de 28/12/2005) (Revogado pela Lei 15343 de 22/12/2006)

Publicado no Diário Oficial nº. 9355 de 16 de Dezembro de 2014

Súmula: Determinação para que os Fundos que especifica, existentes no Estado do Paraná, deixem de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receita.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os Fundos a seguir especificados deixam de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receitas:

I - Fundo de Reequipamento do Fisco (Funrefisco), instituído pela Lei nº 10.898, de 22 de agosto de 1994;

II - Fundo de Equipamento Agropecuário, instituído pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951;

III - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas - FESD, instituído pela Lei nº 17.244, de 17 de julho de 2012;

IV - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR, instituído pela Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999;

V - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, instituído pela Lei nº 12.945, de 5 de setembro de 2000;

VI - Fundo Penitenciário do Paraná - FUPEN, instituído pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964;

VII - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR, instituído pela Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011;

VIII - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON, instituído pela Lei nº 14.975, de 28 de dezembro de 2005;

IX - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, instituído pela Lei nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010.

Art. 2.º Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos Órgãos responsáveis por sua gestão, em despesas de qualquer natureza orçamentária.

Art. 3.º Os saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013, que sejam relativas a recursos vinculados, serão baixados pela Secretaria de Estado da Fazenda no prazo máximo de seis anos mediante:

I - encontro de contas com valores devidos ao Tesouro Geral do Estado;

II - compensação com aplicação de recursos do Tesouro Geral do Estado em despesas dos órgãos, fundos e entidades.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de dezembro de 2014.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 5113 - 14 de Maio de 1965

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 59 de 15 de Maio de 1965

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a constituir, na forma desta Lei, a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ, COHAPAR e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, na forma desta Lei, a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR -, com a finalidade de estudar o problema da habitação popular, inclusive do tipo "favela", e o planejamento e execução de suas soluções, em coordenação com os diversos órgãos estaduais, municipais e outros, proporcionando àqueles que tenham pequenos rendimentos, a aquisição, ampliação, ou construção de moradia própria, assim na zona urbana como na rural, desde que não sejam proprietários de outra casa.

Parágrafo único. Poderá a COHAPAR dar amparo, a título provisório às "favelas" existentes, visando a assistência a seus moradores e a higienização das áreas ocupadas.

Art. 2º. No estatuto da COHAPAR serão observadas, em tudo que lhe for aplicável, as normas da Lei de sociedade anônimas.

Art. 3º. O capital inicial da COHAPAR será de cento e onze milhões de cruzeiros (Cr\$ 111.000.000), devendo o Estado do Paraná subscrever, no mínimo, cinquenta e um por cento (51%) do capital inicial da Companhia e dos aumentos que neste vierem a ser feitos.

Parágrafo único. Para a integralização das ações subscritas pelo Estado do Paraná, serão destinados, entre outros, as dotações orçamentárias, os bens, títulos e valores que forem incorporados, cedidos, ou transferidos de outros órgãos, entidades ou autarquias.

Art. 4º. A COHAPAR gozará dos benefícios de desapropriação por utilidade pública e por interesse social, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º. A COHAPAR é declarada de utilidade pública, gozando seus bens e serviços de total isenção de impostos estaduais.

Art. 6º. O Estado do Paraná poderá garantir operações de créditos realizadas pela COHAPAR.

Art. 7º. A COHAPAR terá sede e foro na Cidade de Curitiba, podendo ter filiais em Cidades do Interior, e funcionará por tempo indeterminado.

Parágrafo único. Em caso de liquidação da COHAPAR, o seu acervo reverterá ao patrimônio do Estado do Paraná, depois de pagas as dívidas e reembolsado o capital dos demais acionistas.

Art. 8º. Não serão divididos os dividendos, participações, ou bonificações que couberem ao Estado do Paraná, sendo os mesmos levados aos fundos especiais de aumento do Capital da Companhia.

Art. 9º. A COHAPAR será administrada por Diretoria composta por três (3) a cinco (5) membros, eleitos pela assembléia geral de acionistas.

§ 1º. O mandato dos Diretores será de quatro (4) anos, facultada a recondução.

§ 2º. O Presidente da COHAPAR será escolhido pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os Diretores.

Art. 10. O Conselho Fiscal será composto de três (3) membros efetivos e de três (3) suplentes, devendo ser um dos membros e seu suplente indicados pelo grupo de acionistas minoritários.

Art. 11. Além do pessoal próprio, que ficará sujeito à legislação trabalhista, a COHAPAR poderá utilizar-se de servidores estaduais, que serão considerados, para todos os efeitos, como em efetivo exercício no Estado, vedada a acumulação de vencimentos e garantido o direito de opção.

Art. 12. O Chefe do Poder Executivo nomeará, dentro de trinta (30) dias, contados da vigência desta Lei, três (3) incorporadores que terão o prazo de sessenta (60) dias para promover e ultimar os atos necessários à constituição da Companhia.

Parágrafo único. Sem prejuízo das funções que lhe são próprias, os três (3) incorporadores poderão praticar todos os atos de competência da Diretoria, estando sujeitos às mesmas penalidades e responsabilidades.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o montante de doze milhões de cruzeiros (Cr\$ 12.000.000), para as despesas iniciais de constituição da Companhia, montante esse que será descontado da subscrição de ações a ser feita pelo Estado do Paraná.

Art. 14. Fica extinta a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, órgão paraestatal criado pela lei nº 360, de 5 de julho de 1950, passando o seu patrimônio, bens, depósitos bancários e títulos, para a propriedade do Estado.

Art. 15. Todos os contratos de compromisso de compra e venda, bem como os de venda de financiamento de casas populares, com pacto adjeto de hipoteca, assinados pela Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, são transferidos para a COHAPAR, que passará a cobrar as respectivas prestações, bem como assumirá todos os direitos e todas as obrigações desses contratos decorrentes.

Art. 16. Por ato do Chefe do Poder Executivo os servidores da extinta Caixa de Habitação Popular do Paraná, serão reletados de acordo com a conveniência do serviço e a respectiva habilitação profissional.

Art. 17. Os membros do Conselho Administrativo da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, legalmente efetivados em seus cargos, passarão para a disponibilidade remunerada com os vencimentos e vantagens correspondente ao nível vinte e dois (N-22), do Quadro de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo.

Parágrafo único. Ao funcionário que contar com mais de dez (10) anos de efetivo exercício no serviço público estadual e houver desempenhado o mandato completo de membro do Conselho a que se refere este artigo, fica assegurado idêntico direito.

Art. 18. O patrimônio, bens, títulos, depósitos bancários, que passam à propriedade do Estado por força do Art. 14, desta Lei, bem como o montante do crédito previsto no art. 13, constituirão a integralização das ações a serem subscritas pelo Estado do Paraná.

Art. 19. A majoração de dois (2%) por cento do imposto de transmissão da propriedade imóvel, "causa mortis", prevista no art. 2º, da lei nº 4.376, de 6 de junho de 1961, continuará a ser cobrada e será recolhida em favor da COHAPAR.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 360, de 5 de junho de 1950 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 14 de maio de 1965.

Ney Braga

Felipe Aristides Simão

Algacyr Guimarães

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

Publicado no Diário Oficial nº. 9016 de 7 de Agosto de 2013

Súmula: Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Do objeto

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, doravante denominado SFM.

Capítulo II

Do objetivo

Art. 2º. O SFM tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento municipal e regional, por meio de implementação de ações estratégicas voltadas ao financiamento de entidades municipais paranaenses e consórcios municipais, para satisfazer a demanda por serviços básicos, infraestrutura e bens públicos e fortalecimento institucional dos municípios e regiões paranaenses.

Capítulo III

Da estrutura organizacional

Art. 3º. Fazem parte da estrutura organizacional do SFM:

I - a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, órgão da administração direta do Governo do Estado do Paraná, responsável pela elaboração das políticas, do planejamento, da execução, da coordenação e do controle do desenvolvimento urbano e regional do Estado, cabendo-lhe a administração do SFM;

II - o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, ente de cooperação da SEDU, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, com a função de agente técnico operacional do SFM;

III - a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, instituição financeira de economia mista, pertencente ao Estado do Paraná, sociedade anônima de capital fechado, instituída pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, e alterações posteriores, com a função de agente financeiro do SFM;

IV - o Comitê de Investimento do SFM, órgão de natureza consultiva, deliberativa e propositiva, na forma de suas atribuições, composto por sete membros natos, sendo: o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, que exercerá a função de presidente, o Secretário de Estado da Fazenda, o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Secretário Chefe da Casa Civil, o Secretário da Secretaria de Estado de Governo, o Superintendente Executivo do PARANACIDADE e o Diretor Presidente da Fomento Paraná.

Capítulo IV

Dos recursos

Art. 4º. O SFM conta com: recursos do FDU, instituído pela Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988; dos respectivos retornos dos empréstimos e dos resultados das aplicações financeiras do FDU; com recursos do capital social da Fomento Paraná destinados ao setor público e respectivos retornos dos empréstimos às entidades municipais paranaenses, bem como dos resultados das aplicações financeiras; além de recursos de outras fontes.

§ 1º. Os retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná e os resultados auferidos em aplicações financeiras, desde que oriundos das integralizações feitas pelo FDU, deduzidos os custos

operacionais, apuradas na forma da totalidade dos dividendos, conforme determina a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deverão obrigatoriamente ser destacados e destinados para futuros empréstimos vinculados ao SFM, a partir do exercício fiscal de 2014.

§ 2º. O Estado do Paraná, na qualidade de acionista majoritário da Fomento Paraná, não poderá dar outra destinação a estes recursos em desconformidade com o que restou especificado no § 1º deste artigo.

§ 3º. Os custos operacionais referidos no § 1º deste artigo são as obrigações tributárias incidentes sobre os valores da conta específica destinada ao setor público, e as remunerações do PARANACIDADE e da Fomento Paraná definidas entre as partes.

Capítulo V

Das atribuições

Art. 5º. Cabe à SEDU:

I - administrar o SFM, em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná;

II - definir os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;

III - controlar e estabelecer metas de desempenho, ações e indicadores ao PARANACIDADE no que tange ao SFM, acompanhando o devido cumprimento.

Art. 6º. Cabe ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE:

I - gerenciar operacionalmente o SFM em cumprimento às políticas de desenvolvimento urbano do Governo do Estado do Paraná;

II - propor os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;

III - verificar o atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos apresentados pelos municípios de acordo com o estabelecido pela SEDU;

IV - supervisionar o acompanhamento dos projetos e as medições das obras financiadas pelo SFM;

V - cumprir as metas estabelecidas pela SEDU.

Art. 7º. Cabe à Fomento Paraná:

I - realizar o gerenciamento financeiro dos recursos do seu capital social provenientes do FDU e destinados ao setor público, nos termos da legislação e regulamentos vigentes, do instrumento específico firmado com o PARANACIDADE;

II - solicitar ao Banco Central, quando necessário, destaque de parcela do patrimônio de referência para operações de crédito com o setor público, comunicando ao PARANACIDADE sua autorização;

III - manter contas bancárias e registros contábeis específicos para o SFM;

IV - elaborar mensalmente balancetes e demonstrativos financeiros relativos aos recursos do capital da Fomento Paraná destinados ao setor público, contemplando os retornos dos financiamentos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e, também, os resultados auferidos em aplicações financeiras, disponibilizando aos entes integrantes da estrutura fixada pelo art. 3º da presente Lei e nos termos da legislação do Sistema Financeiro Nacional.

Art. 8º. Cabe ao Comitê de Investimento do SFM:

I - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

II - estabelecer metas de aplicação ao SFM;

III - acompanhar o funcionamento do SFM, nos termos previstos nesta Lei;

IV - deliberar acerca dos relatórios de desempenho operacional e financeiro do SFM;

V - deliberar sobre os encargos contratuais para operacionalização dos financiamentos, tais como: custos, juros, spreads, prazos e garantias, observados os limites impostos, em conformidade com o

Capítulo VI
Das disposições gerais



Art. 9º. Ficam convalidados os ajustes administrativos firmados entre SEDU/ PARANACIDADE e Fomento Paraná, nas disposições que não contrariem o que restou estabelecido nesta Lei.

Art. 10. A partir de 1º de janeiro de 2014, o art. 1º da Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se as alíneas do § 1º, os §§ 2º e 3º, e renumerando o § 1º como parágrafo único:

“Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltados ao Desenvolvimento Urbano, através das municipalidades paranaenses e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Parágrafo único. Sem prejuízo do caráter rotativo do FDU, poderão ser utilizados recursos financeiros, a título não reembolsável, em programas que utilizem recursos internacionais e que visem à implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local.”

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado, a partir de 1º de janeiro de 2014, o art. 8º da Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006.

Palácio do Governo, em 07 de agosto de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Produção de efeito

Vide texto compilado

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

(Vide Decreto-lei nº 1.978, de 1982)

(Vide Medida Provisória nº 608, de 2013)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima

Características

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Objeto Social

Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

§ 1º Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.

§ 2º O estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.

§ 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Denominação

Art. 3º A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente mas vedada a utilização da primeira ao final.

§ 1º O nome do fundador, acionista, ou pessoa que por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, poderá figurar na denominação.

§ 2º Se a denominação for idêntica ou semelhante a de companhia já existente, assistirá à prejudicada o direito de requerer a modificação, por via administrativa (artigo 97) ou em juízo, e demandar as perdas e danos resultantes.

Companhia Aberta e Fechada

~~Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos a negociação em bolsa ou no mercado de balcão.~~

~~Parágrafo único. Somente os valores mobiliários de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser distribuídos no mercado e negociados em bolsa ou no mercado de balcão.~~

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 1º Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

Parágrafo único. A expressão monetária do valor do capital social realizado será corrigida anualmente (artigo 167).



Alteração

Art. 6º O capital social somente poderá ser modificado com observância dos preceitos desta Lei e do estatuto social (artigos 166 a 174).

SEÇÃO II

Formação

Dinheiro e Bens

Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Avaliação

Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.

§ 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.

§ 2º Se o subscritor aceitar o valor aprovado pela assembléia, os bens incorporar-se-ão ao patrimônio da companhia, competindo aos primeiros diretores cumprir as formalidades necessárias à respectiva transmissão.

§ 3º Se a assembléia não aprovar a avaliação, ou o subscritor não aceitar a avaliação aprovada, ficará sem efeito o projeto de constituição da companhia.

§ 4º Os bens não poderão ser incorporados ao patrimônio da companhia por valor acima do que lhes tiver dado o subscritor.

§ 5º Aplica-se à assembléia referida neste artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 115.

§ 6º Os avaliadores e o subscritor responderão perante a companhia, os acionistas e terceiros, pelos danos que lhes causarem por culpa ou dolo na avaliação dos bens, sem prejuízo da responsabilidade penal em que tenham incorrido; no caso de bens em condomínio, a responsabilidade dos subscritores é solidária.

Transferência dos Bens

Art. 9º Na falta de declaração expressa em contrário, os bens transferem-se à companhia a título de propriedade.

Responsabilidade do Subscritor

Art. 10. A responsabilidade civil dos subscritores ou acionistas que contribuírem com bens para a formação do capital social será idêntica à do vendedor.

Parágrafo único. Quando a entrada consistir em crédito, o subscritor ou acionista responderá pela solvência do devedor.

CAPÍTULO III

Ações

SEÇÃO I

Número e Valor Nominal

Fixação no Estatuto

Art. 11. O estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações



REQUERIMENTO



REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 010/15, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, e da Cessão de Direitos Creditórios e da outras providências, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 212/2015 – oriundo da Mensagem n.º 010/15, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, e da Cessão de Direitos Creditórios e da outras providências, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LIDER DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 31/03/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N º 212/2015

Projeto de Lei nº 212/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 10/2015

Súmula:

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de débitos- PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA EM ANEXO. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo visa a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências

Em sua justificativa o autor sustenta que “com relação ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e ao Programa Incentivado de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parcelamento de Débitos – PPD, a presente proposta legislativa tem como objetivo auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de suas pendências, reestabelecendo o fluxo financeiro e a manutenção de suas atividades. Para tanto, propõe-se a concessão de prazo estendido para o parcelamento de impostos estaduais, bem como a redução dos honorários advocatícios."

Ressalta "que, em ocasiões anteriores, foram editadas normas que continham os mesmos benefícios aqui propostos para que o contribuinte paranaense regularizasse suas pendências. Entretanto, tais normas tiveram curto período de vigência. Considerando os resultados alcançados por ocasião daquelas normas, propõe-se novamente a oportunidade de regularização de pendências de impostos estaduais".

Propõe também, "seja autorizada a cessão, a título oneroso, dos direitos creditórios autônomos originários de créditos tributários e não-tributários devidamente constituídos, objeto ou não de parcelamentos administrativos e judiciais, inclusive aqueles decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo".

Por fim, propõe ainda adequar a legislação estadual à legislação federal, alterando o "caput e o § 1º do art. 9º e do art. 10, da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR"

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como, da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:



Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Ademais, quanto aos temas propostos, cumpre ressaltar que está caracterizada a competência das Secretarias, especialmente da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), através do Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta Secretaria, conforme preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação. (grifo nosso)

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo; (grifo nosso)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária; (grifo nosso)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ademais, observa-se que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e, no que se refere à Lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, na forma da emenda modificativa e supressiva em anexo.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015


Nelson Justus

Presidente


Luiz Cláudio Romanelli

Relator


VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Pericles
Melo
R



APROVADO

08.04.15

com restrição nos
termos do voto, separado
por Claudio



EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº
212/2015

Altera a redação dos artigos 41, 43 e 48 do Projeto de Lei 212/2015.

Art. 1º. O artigo 41, do Projeto de Lei n 212/2105, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. O art.2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais, excetuando-se de tais disposições o Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro 1988".

Parágrafo único. Os recursos dos Fundos de que trata o art.1º desta lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988".

Art. 2º. O Artigo 43, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o parágrafo 2º do art.2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



data de publicação desta Lei, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei n. 8917, de 15 de dezembro de 1988".

Art. 3º. O artigo 48, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. Revoga:

- I- a Lei nº12.601, de 28 de junho de 1999;
- II- o art. 7º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012;
- III- o art.3º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014."

Sala das Sessões, 31 de março de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS.

PRESIDENTE


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

RELATOR


APROVADO

08.06.15 ^{Termos}
Com restrição ao voto
separado Dep. Claudio
(AP)



VOTO EM SEPARADO

Perante a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sobre o PL nº 212/2015, originado pela Mensagem nº 010/2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos PPD, da Cessão de Direitos Creditórios e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Em 24 de março do corrente ano foi remetida à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Mensagem Governamental nº 010/2015, contendo proposta objetivando criar o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, o Programa Incentiva do Parcelamento de Débitos – PPD; e, a Cessão de Direitos Creditórios e dá outras providências.

Justificam-se as duas primeiras proposições pela necessidade de auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de suas pendências tributárias, concedendo prazo estendido para o parcelamento de impostos e diminuição de honorários advocatícios.

Quanto aos direitos creditórios, a proposta autoriza a cessão, a título oneroso, dos direitos creditórios autônomos originários de créditos tributários e não tributários devidamente constituídos, inclusive aqueles decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo.

Consta igualmente da mensagem, dispositivos alterando a lei de regência do ICMS – Lei nº 11580 de 1996, tratando de questões fiscais, tais como



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Deputada Cláudia Pereira



penalidades, regime especial de controle de contribuintes, arrolamento administrativo de bens e direitos, além de alterar o valor para as obrigações de pequeno valor, autoriza que o Estado formalize aditivo de refinanciamento de dívida com a União, institui guia única de recolhimento para todas receitas públicas, altera dispositivos de fundos financeiros, autoriza modificações nas leis contábeis e reduz as metas constantes da tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631 de 22/07/2013.

Devidamente recebida, a Mensagem foi lida e autuada e, ato contínuo, encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Pautada para o dia 31/03, o relator apresentou seu voto opinando pela aprovação do PL, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, com apresentação de emenda modificativa e supressiva, aos artigos 41, 43 e 48, com as quais concordamos.

II – ANÁLISE

Não resta dúvida de que o Poder Executivo detém a prerrogativa legal para impulsionar mensagens direcionadas ao Legislativo propondo a criação ou alteração de leis ordinárias e, nesse ponto, não há qualquer óbice ou divergência que impeçam a regular tramitação do PL.

Ocorre que, necessariamente, a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a proposta, deverá observar o disposto no artigo 33 – A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, **in verbis**:

Art.33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juricidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Por sua vez, a Lei Complementar Federal nº 95/98, através do seu artigo 7º, inciso I e II, dispõe que:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Deputada Cláudia Pereira



Art.7º - O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

Da mesma forma o legislador estadual trouxe para o regramento local – Lei Complementar Estadual nº 176/2014, dispositivo definindo a questão, englobando objeto único e impossibilidade de matéria estranha:

Art. 8º - Excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto e não terá matéria estranha a este objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

O ordenamento aqui citado exige da lei a ser criada a conectividade material entre seus comandos: um único objeto e sem matérias estranhas a este objeto.

Não é só a boa técnica legislativa que está sob análise, mas, principalmente, o resguardo ao princípio da segurança jurídica.

A norma deve possuir uma estrutura central de onde fluem os assuntos que lhe são pertinentes e que conste no próprio título da lei, gerando segurança aos destinatários. O que não se enquadrar nesta lógica pode ser considerada uma norma parasitária, inserida na lei, mas sem pertinência com ela.

Num primeiro momento, avaliadas as diversas regras que compõe o PL em análise, parecia não haver conectividade entre as matérias a serem reguladas, entretanto, ao considerá-las em conjunto percebe-se que coletivamente buscam dotar o Executivo de vários instrumentos para realizar o chamado ajuste fiscal, havendo então a necessária correlação exigida.

III – CONCLUSÃO

Sob o ponto de vista da legislação infraconstitucional alhures citada e da preservação da segurança jurídica devida aos destinatários da norma, quer nos



parecer que o PL, com exceção do art. 36 e os demais dispositivos relacionados às obrigações de pequeno valor - em função da derivação constitucional específica que o tema traz - deva ser aprovado, apenas com a ressalva de que o art. 36 e dispositivos correlatos devam constituir um novo Projeto de Lei que deve tramitar separadamente, nos termos do § 20 do art. 51 do Regimento Interno.

IV – VOTO

Não se questiona no presente voto a constitucionalidade e legalidade da Mensagem e PL em comento, entretanto é forçoso reconhecer que a técnica legislativa não foi observada na sua totalidade, motivo pelo qual opinamos pela separação das matérias constantes do presente projeto, nos termos acima expostos.

Sala das Comissões, em 8 de abril de 2015

Cláudia Pereira
Relator

Isidoro
Presidente
CCI

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Pericles Mello
g

APROVADO

08.04.15 *g*



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015
VOTO EM SEPARADO

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

1- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 212/2015, de autoria do Poder Executivo, trata de diversos assuntos que vão desde programas de parcelamentos de débitos até redução do valor da obrigação de pequeno valor.

Em observação ao art. 33-A do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se em relação à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural do referido Projeto de Lei.

2- FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto trata de inúmeras matérias e apresenta ilegalidades e inconstitucionalidades insanáveis. Vejamos:

a) Da técnica legislativa

A começar pela confusão de matérias tratadas, são 19 temas absolutamente distintos e desconexos, que impactam significativamente na administração pública e na sociedade paranaense. São elas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



- 1) Programa de Parcelamento Incentivado – PPI (do art. 1º ao art. 5º);
- 2) Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD (do art. 6º ao art. 17);
- 3) Novas penalidades aos infratores da legislação do ICMS (art. 18);
- 4) Regime especial de controle, fiscalização e de pagamento aos contribuintes considerados devedores contumazes (do art. 19 ao art. 26);
- 5) Cessão de direitos creditórios (do art. 27 ao art. 33);
- 6) Cadin Estadual (art. 34);
- 7) Estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda (art. 35);
- 8) Alteração do valor e do prazo para pagamento das Obrigações de Pequeno Valor (art. 36);
- 9) Aditivo a contrato de financiamento de dívida com a União (art. 37);
- 10) Dívida do Estado com a Companhia Paranaense de Energia - Copel (art. 38);
- 11) Conselho Gestor de Concessões (art. 39);
- 12) Taxas e receitas públicas (art. 40);
- 13) Utilização de recursos financeiros de Fundos do Poder Executivo (art. 41);
- 14) Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – Sigerfi Paraná (art. 42);
- 15) Baixa dos saldos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio (art. 43);
- 16) Redução da meta fiscal do resultado primário de 2014 (art. 44);
- 17) Tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS (art. 45);
- 18) Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR (art. 46);



19) Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM (art. 48. III).

O inciso II do art. 7º da Lei Complementar Federal nº 95/1998 veda a junção de matérias distintas e desconexas em um único Projeto. Vejamos:

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

No mesmo sentido dispõe o art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 176/2014:

Art. 8º Excetuada as codificações, cada lei tratará de um único objeto e não terá matéria estranha a este objeto ou a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Assim, considerando que o Projeto trata de temas diversos e sem qualquer afinidade entre si, resta inequívoca a ilegalidade em razão do vício na técnica legislativa.

b) Do PPI e do PPD

O Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD propõem a recuperação de débitos fiscais e de outras naturezas.

Não obstante a relevância da matéria, os programas são ilegais.

Conforme determina o art. 14¹ da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, qualquer renúncia de

¹ Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



receita pública deverá estar acompanhada da estimativa das previsões financeiras contidas no orçamento, ao longo de 3 (três) anos, a contar do exercício em que começam a vigor as disposições concessivas. Ainda, deverá comprovar que a renúncia de receita foi prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA e que não afetará as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. E mais, deverá demonstrar que a sociedade lucrará com a renúncia. Para tanto, deverá apresentar medidas de compensação ou demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA.

O Projeto não traz nenhuma das informações acima citadas, eivando de ilegalidade os artigos que tratam do PPI e do PPD.

c) Da Cessão dos Direitos Creditórios

O Projeto autoriza o Poder Executivo a ceder à sociedade de propósito específico ou a fundo de investimento em direitos creditórios, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos e judiciais, relativos aos impostos, taxas de qualquer espécie e origem, multas administrativas de natureza não tributária, multas contratuais, ressarcimentos, restituições e indenizações.

Para a integralização do capital social da referida sociedade, o Projeto autoriza a abertura de crédito especial até o limite de R\$ 5 milhões.

No caso dos créditos tributários a cessão poderá recair sobre os créditos cujos fatos geradores já tenham ocorrido. Ou seja, poderão ser cedidos inclusive os créditos decorrentes de incentivos fiscais concedidos. E

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.



no caso dos créditos não tributários poderá recair sobre os créditos vencidos.

A ilegalidade da proposta já foi apontada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que afirma que a venda de ativos é uma operação de crédito, e como tal, deve obedecer o disposto nos art. 32² da LRF, como por

² Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I - não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II - se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III - (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I - encargos e condições de contratação;

II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte.

§ 3º Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23.



exemplo a prévia e expressa autorização contida na LOA, e que sejam destinados a gastos com despesas de capital.

Contrariando a orientação do TCU, o Projeto trata a matéria de forma diversa e não cumpre os requisitos da LRF, tornando ilegais os artigos que dispõe sobre a cessão dos direitos creditórios.

Também, há ilegalidade na abertura do crédito especial até o limite de 5 milhões de reais para a integralização do capital social da sociedade de propósito específico.

Conforme determina o art. 43³ da Lei Federal nº 4.320/1964, a abertura de crédito especial depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Além disso, o ato que abrir o crédito deverá indicar a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, nos termos do art. 46 da citada Lei.

Ainda, o Projeto prevê que o Estado será o detentor da maioria absoluta do capital votante da sociedade de propósito específico, o que é vedado pelo § 4º do art. 9º da Lei Federal nº 11.079/2004, tornando ilegal o art. 33 do Projeto. É a redação do § 4º:

§ 4º Também se constituirá reserva, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do art. 32.

³ Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.



Art. 9º Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

(...)

§ 4º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.

Assim, não havendo no Projeto qualquer informação sobre a abertura do crédito, o artigo que autoriza sua abertura é ilegal.

d) Da utilização dos recursos dos Fundos do Poder Executivo

O Projeto autoriza a utilização dos recursos de todos os Fundos do Poder Executivo para o pagamento de despesas de qualquer natureza orçamentária, inclusive pessoal e encargos sociais. Além disso, transfere ao final de cada exercício, todo o superávit financeiro dos Fundos para o Tesouro Geral do Estado.

Tais medidas são ilegais. Conforme determina o art. 8º⁴ da LRF, os Fundos são compostos de recursos vinculados e como tal, devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação. O mesmo acontece com o saldo financeiro dos fundos. O artigo 73⁵ da Lei Federal nº 4.320/1964 dispõe que o saldo financeiro só poderá ser transferido para conta diversa da conta específica do Fundo se houver previsão expressa na lei de criação do Fundo.

e) Da redução da meta do resultado primário

O Projeto reduz em até R\$ 2,5 bilhões a meta fiscal do resultado primário, prevista pela Lei Estadual nº 17.631/2013, que dispõe a LDO do exercício financeiro de 2014.

⁴ Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

⁵ Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.



O superávit primário de 2014 foi estabelecido no anexo das metas fiscais da LDO de 2014 e deveria alcançar o valor de R\$ 2.339.690.000,00 (dois bilhões trezentos e trinta e nove milhões e seiscentos e noventa mil reais). Este valor foi determinado considerando uma receita prevista de R\$ 35.521.658.681,00 (trinta e cinco bilhões quinhentos e vinte e um milhões seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e um reais).

Como se trata de uma previsão de receita e pode ser frustrada, o art. 9º da LRF prevê que caso haja frustração, deverá haver, em 30 dias, limitação de empenhos e de movimentação financeira. Vejamos:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Ocorre que a receita prevista na LDO de 2014 não foi frustrada, já que as Receitas Correntes alcançaram R\$ 38,67 bilhões e as Receitas de Capital somaram outro R\$ 1,33 bilhão. Já descontado o FUNDEB a Receita Líquida realizada em 2014 alcançou a cifra de R\$ 35.761.689.083,00 (trinta e cinco bilhões setecentos e sessenta e um milhões seiscentos e oitenta e nove mil e oitenta e três reais), portanto R\$ 240 milhões de reais acima da previsão da LDO.

Destarte, o cumprimento das metas de superávit primário e nominal eram perfeitamente possíveis e só não foram alcançados por terem sido realizados gastos superiores àqueles previamente autorizados pela LDO.

O não cumprimento das determinações da LDO constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário e implica em crime contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos, nos termos dos artigos 10 e 11, respectivamente, da Lei Federal nº 1.079/1950. Constitui ainda, crime de responsabilidade, conforme dispõe o art. 74 da citada Lei.



Assim, o objetivo real do Projeto é adequar as contas do Governo Estadual à realidade orçamentária, de forma a evitar que o resultado financeiro do exercício fiscal de 2014 aponte o descumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO e o Governo arque com as consequências de tal descumprimento.

Ocorre que LDO é uma lei ordinária, com validade apenas para um exercício específico. De acordo com o § 2º do art. 165 da Constituição Federal, a LDO *"compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações da legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento"*.

Assim, obviamente, a Lei que trata da LDO do exercício financeiro de 2014 tem validade certa e determina durante o exercício financeiro de 2014, não podendo ser alterada após o dia 31 de dezembro de 2014.

Ao enviar o pedido após o encerramento do exercício de 2014 o Governo está tão somente buscando adequar à Lei aquilo que ele não realizou.

Por fim, cumpre destacar que é dever do Poder Legislativo verificar o cumprimento das metas fiscais, conforme dispõe o art. 59 da LRF, não podendo agora avalizar o descumprimento da norma.

f) Das outras ilegalidades

Por fim, o Projeto é inconstitucional por propor as medidas abaixo elencadas, que contrariam princípios basilares da administração pública, tais como a Supremacia do Interesse Público, a Moralidade e a Eficiência:

- Redução do valor das obrigações de pequeno valor, de 40 salários mínimos (previsto na Resolução nº 123/2009 da Procuradoria Geral do Estado) para R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Conforme determina a Constituição federal, tais obrigações devem ser pagas pelo Estado logo após a expedição da RPV (requisição de pequeno valor). Isso significa que condenações impostas contra o Estado que ultrapassem o novo limite terão que ser submetidas ao regime dos precatórios. Ressaltasse que o



Estado sequer tem feito o repasse constitucional para pagamento dos precatórios (mínimo de 2% da receita corrente líquida).


- Exclusão das definições atuais das atribuições e composição do Conselho Gestor de Concessão e determinação de que as novas atribuições e composição serão estabelecidas por ato do Poder Executivo. A alteração implica em revogação do § 3º do art. 7º da Lei 17.046/2012, que estabelece que a participação no Conselho não será remunerada. Assim, o Executivo poderá determinar a composição que quiser para o Conselho e pagar o valor que quiser para os seus membros.

- Revogação de dispositivos da Lei que institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, para que os recursos advindos dos retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná e os resultados auferidos em aplicações financeiras não precisem mais ser destinados para futuros empréstimos. Assim, o Poder Executivo poderá utilizar tais recursos para o que quiser.

3- CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 212/2015, por estarem ausentes requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
Relator do Voto em Separado

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

*Riduo, Alencar
Tiago, Felipe
Guto, Romane
Sousa, Bernar
Claudio, R. Ed.
Gilson.*

REJEITADO

08/04/15 



PROJETO DE LEI Nº 212/2015

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, autuado por esta Diretoria Legislativa com o número 212/2015.

Após a devida instrução, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Durante as reuniões da Comissão foram apresentados além do parecer do relator (Deputado Luiz Cláudio Romanelli), dois votos em separado.

Em resumo, são essas as deliberações e resultados das três análises:

RELATOR/AUTOR	VOTO	RESULTADO
Deputado Luiz Cláudio Romanelli	Aprovação do projeto, na forma da emenda anexa.	Aprovado com restrições, nos termos do voto em separado da Deputada Cláudia Pereira.
Deputada Cláudia Pereira	Aprovação do projeto e determinação de que as matérias que não guardem afinidade, pertinência ou conexão sejam separadas.	Aprovado, com voto contrário do Deputado Péricles de Mello
Deputado Péricles de Mello	Não aprovação do projeto.	Rejeitado.

Pelo estudo da documentação juntada ao projeto e da ata da reunião da comissão, observa-se que a CCJ decidiu por aprovar a proposta original e as emendas apresentadas pelo relator. O colegiado optou ainda por separar a proposta em dois projetos de lei distintos, sendo um com as disposições do art. 36 e demais normas relativas ao tema das requisições/certidões de pequeno valor, e outro com os demais dispositivos.

O § 20 do art. 51 do Regimento Interno prevê que "quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituírem projetos separados".

Diante disso, não restam dúvidas de que a CCJ detém a competência necessária para apartar a proposta em mais de um projeto.

Entretanto, para adequar as novas propostas às normas de técnica legislativa, não basta apenas readequar a sua estrutura, mas também se faz



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



necessária a criação de novos textos para a composição da ementa, da cláusula de vigência, de eventual cláusula de revogação, etc.

Para tanto, verificamos que além do art. 36, apenas o inciso I do art. 48 trata do tema de precatórios requisitórios.

Pelo exposto, esta Diretoria Legislativa propõe em anexo os textos que comporão cada um dos novos Projetos de Lei para análise dos membros da CCJ.

Dylliardi Alessi

Diretor Legislativo



1 – PROJETO 1 (Projeto de Lei 212/2015):

Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

TÍTULO I **DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Capítulo I **Do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI**

Art. 1º Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

I - em parcela única, com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros.

§ 1º Os valores espontaneamente denunciados poderão ser pagos com os benefícios previstos neste artigo.

§ 2º Os honorários advocatícios para os créditos tributários ajuizados e quitados com os benefícios desta Lei, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito tributário.

§ 3º Para liquidação das parcelas, serão aplicados juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 4º Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



5º O ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 6º O disposto neste artigo:

I - se aplica aos créditos tributários em que sejam exigidas as penalidades previstas no § 1º do art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, inclusive as dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea "a" do inciso XIII, alínea "g" do inciso XV e alíneas "b" e "c" do inciso XVII, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM; e

II - não enseja a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas e não se aplica cumulativamente com a redução das multas de que trata o art. 40 da Lei nº 11.580, de 1996, e nem com outros benefícios anteriormente concedidos.

§ 7º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em ato do Poder Executivo.

Art. 2º A formalização de pedido de ingresso no programa implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Parágrafo único. O ingresso no programa dar-se-á por formalização da opção do contribuinte e da homologação do fisco no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

Art. 3º Implica revogação do parcelamento:

I - a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

III - a falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado; e

IV - o descumprimento de outras condições, a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º O contribuinte poderá optar por pagar a parte do crédito tributário lançado que reconhecer devida, mantendo a discussão sobre o restante.

§ 1º Caso opte pelo pagamento de parte do débito, o contribuinte deverá informar ao fisco, até a data determinada pelo Poder Executivo, o valor que pretende liquidar, a data-base e o respectivo valor original.

§ 2º A partir dos dados fornecidos pelo contribuinte, o fisco emitirá um demonstrativo de atualização monetária e dos juros, em duas vias, sendo a primeira via juntada aos autos do processo administrativo fiscal e a outra entregue ao requerente, como informação dos valores a pagar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



Art. 5º Os benefícios previstos no art. 1º desta Lei prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores.

Capítulo II

Do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD

Art. 6º Institui o Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD, para a liquidação de débitos referidos no art. 7º desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja recolhido em moeda corrente.

Art. 7º Os benefícios concedidos na forma do art. 8º e 9º desta Lei aplicam-se aos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 e aos de natureza não-tributária vencidos até 31 de dezembro de 2014, referentes:

- I - ao Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;
- II - ao Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;
- III - a taxas de qualquer espécie e origem;
- IV - a multas administrativas de natureza não-tributária de qualquer origem;
- V - a multas contratuais de qualquer espécie e origem;
- VI - à reposição de vencimentos de servidores de qualquer categoria funcional; e
- VII - a ressarcimentos ou restituições de qualquer espécie e origem.

Parágrafo único. Poderão também ser incluídos no PPD débitos que se encontrarem nas seguintes situações:

- I - valores informados pelo devedor, relacionados a obrigações vencidas até 31 de dezembro de 2014;
- II - saldo de parcelamento rescindido; e
- III - saldo de parcelamento em andamento.

Art. 8º O beneficiário do PPD poderá recolher o débito consolidado, com os descontos de que trata o art. 9º desta Lei:

- I - em uma única vez; e
- II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:



I - R\$ 100,00 (cem reais), para pessoas físicas; e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), para pessoas jurídicas.

§ 2º Será exigida autorização de débito automático do valor correspondente às parcelas subsequentes à primeira, em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 9º Os descontos concedidos na liquidação dos débitos são os abaixo indicados:

I - relativamente ao débito tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% (quarenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, nas hipóteses de parcelamento;

II - relativamente ao débito não-tributário:

a) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de recolhimento em uma única vez; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, nas hipóteses de parcelamento.

Parágrafo único. Os honorários advocatícios para os créditos tributários e não tributários ajuizados, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito.

Art. 10. Para efeito do Programa previsto no art. 6º desta Lei, considera-se débito:

I - tributário, a soma do tributo, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação;

II - não-tributário, a soma do débito principal, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação; e

III - consolidado, o somatório dos débitos, tributários e não-tributários, selecionados pelo beneficiário para inclusão no PPD.

Art. 11. O prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamento serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 12. O parcelamento ou o pagamento em parcela única, relativamente aos componentes tributários ou não-tributários do débito consolidado:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



I - expressa confissão irrevogável e irretratável; e

II - implica renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

§ 1º A desistência das ações judiciais e dos embargos à execução fiscal deverá ser comprovada, no prazo de sessenta dias contados da data do recolhimento da primeira parcela ou da parcela única, mediante apresentação de cópia das petições devidamente protocolizadas.

§ 2º Os documentos destinados a comprovar a desistência mencionada no § 1º deste artigo deverão ser entregues na Procuradoria Geral do Estado.

§ 3º O recolhimento efetuado, integral ou parcial, embora autorizado pelo Fisco, não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados, ficando resguardado o direito do Fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente.

Art. 13. O parcelamento previsto nesta Lei será considerado:

I - celebrado, após a adesão ao programa, com o recolhimento da primeira parcela no prazo fixado nesta Lei; e

II - rompido, na hipótese de:

a) inobservância de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei;

b) inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

c) falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado;

d) descumprimento de outras condições a serem estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo único. O parcelamento rescindido:

I - implica imediato cancelamento dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei, reincorporando-se integralmente ao débito tributário ou não-tributário objeto do benefício os valores reduzidos e tomando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação;

II - acarretará, conforme o caso:

a) em se tratando de débito não inscrito em dívida ativa, a inscrição e o ajuizamento da execução fiscal ou o protesto da Certidão de Dívida Ativa; e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



b) em se tratando de débito inscrito e ajuizado, o imediato prosseguimento da execução fiscal.

Art. 14. Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.

Art. 15. A concessão dos benefícios previstos no art. 9º desta Lei não autoriza a restituição, no todo ou em parte, de importância recolhida anteriormente ao início da vigência desta Lei.

Art. 16. Poderá ser abatido do débito a ser recolhido na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei o valor dos depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo referente aos débitos incluídos no parcelamento, sendo que eventual saldo em favor:

I - do Fisco, permanecerá no referido parcelamento; e

II - do beneficiário, ser-lhe-á restituído.

§ 1º - Para fins do abatimento previsto neste artigo, o beneficiário deverá:

I - informar o valor atualizado dos depósitos judiciais existentes; e

II - autorizar a Procuradoria Geral do Estado a efetuar o levantamento dos depósitos judiciais, nos autos da ação em que foram realizados.

§ 2º Cópia da autorização a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo deverá ser entregue na Procuradoria Geral do Estado instruída com o comprovante do valor depositado, no prazo de sessenta dias contados da celebração do parcelamento ou do recolhimento da parcela única.

§ 3º O abatimento de que trata este artigo será definitivo, ainda que o parcelamento venha a ser rompido.

Art. 17. No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios.

Capítulo III

Das Disposições Gerais

Art. 18. Acresce os incisos XXIII e XXIV ao § 1º e os §§ 9º e 10 ao art. 55 na Lei nº 11.580, de 1996, com a seguinte redação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



"XXIII - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto e por mês de atraso, ao contribuinte que não apresentar ou não transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, a EFD - Escrituração Fiscal Digital, ou transmiti-la sem registros na hipótese de haver movimento informado em GIA/ICMS ou GIA-ST, sem prejuízo de novo lançamento de ofício se continuar a omissão;

XXIV - de 20 (vinte) UPF/PR, por período de apuração do imposto, ao contribuinte que apresentar a EFD sem observância dos procedimentos exigidos na legislação.

§ 9º Ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades previstas neste artigo pertinentes a documentos fiscais e livros fiscais, aplicam-se, também, em relação aos documentos fiscais emitidos eletronicamente, de existência exclusivamente digital, e à escrituração fiscal digital.

§ 10 Sem prejuízo do disposto no § 9º deste artigo, ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades pertinentes à Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS e à Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST previstas neste artigo, aplicam-se, também, em relação à entrega dos arquivos digitais referentes à EFD - Escrituração Fiscal Digital." (NR)

Art. 19. O art. 52 da Lei nº 11.580, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda poderá determinar regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento aos contribuintes considerados devedores contumazes, visando ao cumprimento de obrigações, conforme definido pelo Poder Executivo.

§ 1º Considera-se devedor contumaz o contribuinte que:

I - considerando cada estabelecimento, deixar de recolher o ICMS declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS, Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST ou apurado por meio da Escrituração Fiscal Digital - EFD, no todo ou em parte, relativo a oito períodos de apuração do imposto, consecutivos ou não, nos doze meses anteriores, podendo a quantidade de períodos ser alterada a critério do Poder Executivo; ou

II - considerando todos os estabelecimentos da empresa, tiver créditos tributários inscritos em dívida ativa em valor superior a:

a) 30% (trinta por cento) do patrimônio da empresa; ou

b) 30% (trinta por cento) do faturamento anual declarado em GIA/ICMS, em GIA-ST ou em EFD.

§ 2º Não serão computados, para efeitos deste artigo, os créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos do Código Tributário Nacional.

§ 3º O regime especial de controle, de fiscalização e de pagamento consiste na aplicação, isolada ou cumulativamente, das seguintes medidas, além das demais previstas nesta Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



I - impedimento à utilização de benefícios ou incentivos fiscais relativamente ao ICMS;

II - exigência, a cada operação ou prestação, do pagamento do tributo correspondente, inclusive o devido por substituição tributária, anteriormente à emissão do documento fiscal, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto;

III - inclusão automática na programação de fiscalização; e

IV - autorização prévia e individual para emissão de notas fiscais.

§ 4º O regime especial de que trata este artigo não dispensa o contribuinte do cumprimento das demais obrigações acessórias e não elide a aplicação de outras medidas que visem garantir o recebimento dos créditos tributários, como:

I - arrolamento administrativo de bens;

II - proposição de Ações Cautelares Fiscais;

III - representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária, econômica ou delito de outra natureza; e

IV - cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, conforme previsto em decreto do Poder Executivo.

§ 5º O contribuinte deixará de ser considerado devedor contumaz se os débitos que motivaram essa condição forem extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa." (NR)

Art. 20. O arrolamento de bens e direitos poderá ser procedido após a constituição do crédito tributário e até o início da execução fiscal, por Auditor Fiscal, sempre que a soma dos créditos de responsabilidade do sujeito passivo exceder, cumulativamente:

I - 30% (trinta por cento) do seu patrimônio; e

II - 10.000 (dez mil) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná.

§ 1º Não serão computados na soma dos créditos tributários aqueles para os quais exista depósito administrativo ou judicial.

§ 2º Na hipótese de o sujeito passivo se tratar de pessoa física, deverão ser identificados inclusive os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com cláusula de incomunicabilidade.

§ 3º Para efeitos do disposto no *caput* deste artigo deverá ser considerado individualmente, por sujeito passivo, a soma dos créditos sob a sua responsabilidade e o seu patrimônio.

§ 4º Na hipótese de responsabilidade prevista nos arts. 133 e 134 do CTN – Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), somente serão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



arrolados os bens e direitos dos responsáveis se o patrimônio do contribuinte não for suficiente para a satisfação do crédito tributário.

Art. 21. Para os efeitos do arrolamento administrativo, patrimônio será:

I - relativamente à pessoa jurídica, a totalidade de bens e direitos constantes de seu ativo não circulante, conforme balanço patrimonial mais recente, ou aqueles constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

II - tratando-se de pessoa física, inclusive o empresário, a totalidade de bens e direitos constantes da última declaração relativa ao Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ressalvada a meação relativamente aos bens e direitos comuns do casal.

Parágrafo único. Para os efeitos do arrolamento, bem como do cálculo do percentual a que se refere o inciso I do art. 20 desta Lei, identificados indícios de sonegação de informações no balanço patrimonial ou na declaração apresentada à Secretaria da Receita Federal, serão verificadas outras fontes disponíveis, tais como certidões de registro de imóveis, certificado de registro de veículos, aeronaves, embarcações e de propriedade industrial.

Art. 22. O arrolamento administrativo também poderá ocorrer por iniciativa do sujeito passivo.

Art. 23. O ato de arrolamento indicará os créditos tributários aos quais está vinculado.

§ 1º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário fica obrigado a comunicar, no prazo de cinco dias, à repartição fazendária de seu domicílio tributário, a alienação, a oneração ou a transferência a qualquer título, dos bens e dos direitos arrolados.

§ 2º Implicará requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo:

I - o descumprimento da formalidade prevista no § 1º deste artigo; e

II - a falta de substituição dos bens e direitos constantes no termo de arrolamento concomitantemente a sua alienação, oneração ou transferência, a qualquer título.

Art. 24. O ato de arrolamento deve ser registrado:

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados; e

III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 1º Ficam os cartórios, registros, órgãos e entidades mencionados neste artigo obrigados a comunicar à Coordenação da Receita do Estado, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a ocorrência de alienação, de transferência ou de oneração dos bens arrolados, realizadas no mês imediatamente anterior.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



§ 2º Ficam isentos do pagamento de custas ou emolumentos os serviços de averbação e registro de que trata este artigo, bem como o fornecimento de certidão ou relação de bens e direitos pelos órgãos competentes.

§ 3º Fica a critério do sujeito passivo, a expensas dele, requerer, anualmente, aos órgãos de registro público onde os bens e direitos estiverem arrolados, por petição fundamentada, avaliação dos referidos ativos, por perito indicado pelo próprio órgão de registro, a identificar o valor justo dos bens e direitos arrolados.

Art. 25. Nos casos de extinção, nulidade, improcedência ou retificação do lançamento do crédito tributário vinculado ao arrolamento, em valor que implique redução da soma dos créditos tributários para montante que não justifique a manutenção do arrolamento, a Coordenação da Receita do Estado comunicará o fato ao cartório ou entidade competente de registro e controle em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, para que sejam cancelados os efeitos do arrolamento.

Parágrafo único. Na hipótese de crédito tributário vinculado ao arrolamento ter sido liquidado ou garantido, após o ajuizamento da ação judicial, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a comunicação a que se refere o *caput* será feita pela Procuradoria Geral do Estado.

Art. 26. Autoriza o Poder Executivo a modificar o valor previsto no inciso II do art. 20 desta Lei, no interesse da administração tributária.

TÍTULO II

DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Art. 27. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 28. A cessão do direito creditório:

I - não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório, que manterá suas garantias e privilégios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



II - não alterará as condições de pagamento, os critérios de atualização e a data de vencimento; e

III - não transferirá a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanecerá sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 29. Para os fins do disposto nesta Lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

Art. 30. O cessionário não poderá transferir o direito creditório adquirido nos termos desta Lei, salvo com anuência expressa do titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 31. A cessão far-se-á em caráter definitivo, sem assunção pelo Estado, perante o cessionário ou terceiros quanto à responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

Art. 32. Nos procedimentos necessários à formalização da cessão de direito creditório de que trata esta Lei, o Estado deverá preservar o sigilo em relação a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, do devedor ou de terceiros, bem como quanto à natureza e o estado dos respectivos negócios ou atividades.

Art. 33. Autoriza o Poder Executivo a constituir sociedade de propósito específico, sob a forma de sociedade por ações com a maioria absoluta do capital votante detida pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, tendo por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas em direitos creditórios de titularidade do Estado.

§ 1º A sociedade de propósito específico de que trata o *caput* deste artigo não poderá receber do Estado recursos financeiros para o custeio em geral, incluída a despesa com pessoal, não podendo, em nenhuma hipótese, ser caracterizada como empresa dependente do tesouro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Desde que mantida, em caráter incondicional, a maioria absoluta do respectivo capital votante, o Poder Executivo poderá abrir o capital da sociedade de que trata este artigo, observando-se, para tanto, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, até o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinados à integralização do capital social da sociedade por ações, mencionada no *caput* deste artigo.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa

DIRETORIA
Pág. 769

Art. 34. Até a implantação do Cadin Estadual, a concessão de alvará, licença ou autorização decorrente ou não do Poder de Polícia Estadual ficará condicionada à apresentação da Certidão Negativa de Tributos Estaduais.

Art. 35. O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a promover, mediante decreto, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, a adequação, complementação e a fixação da estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo denominações, competências e atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança, bem como de suas unidades administrativas.

Art. 36. Autoriza o Estado do Paraná a formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida com a União realizado sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, nos termos da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Art. 37. A autorização para a operação de crédito de que trata o art. 1º da Lei 17.479, de 10 de janeiro de 2013, destinada à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL poderá ser formalizada com instituição financeira nacional ou estrangeira.

Art. 38. O art. 6º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Institui o Conselho Gestor de Concessões, inclusive as de Parceria Público Privadas, cuja composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder executivo. (NR)"

Art. 39. O recolhimento de taxas e de outras receitas públicas no Estado do Paraná será efetuado exclusivamente por meio de guia única de recolhimento.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá o cronograma e demais regras para implantação do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 40. O art. 2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais, excetuando-se de tais disposições o Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



Parágrafo único. Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício, será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988."

Art. 41. Altera a Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013:

I – o § 2º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de recursos vinculados de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias."

II – acresce os §§ 5º e 6º ao art. 2º com a seguinte redação:

"§ 5º Os recursos transferidos ao SIGERFI PARANÁ referentes a recursos livres serão incorporados ao saldo do Tesouro Geral do Estado.

§ 6º Os saldos de recursos referentes às fontes vinculadas de receita de que trata a Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, serão baixados ao final do período de sua vigência, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º do mesmo diploma legal."(NR)

Art. 42. Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na data de publicação desta Lei, não se aplicando, porém, ao Fundo instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

Art. 43. Fica reduzida em até R\$ 3,5 bilhões a meta III e majorada em até R\$ 150 milhões a meta V, ambas constantes da Tabela 5 do Anexo I da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013.

Art. 44. Ficam acrescentados os art. 4º-A e 4º-B à Lei nº 14.160, de 16 de outubro de 2003, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A O Poder Executivo poderá autorizar tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS, visando garantir a competitividade da produção e da comercialização paranaense.

Art. 4º-B Ficam convalidados os atos realizados que estejam em acordo com o disposto nesta Lei."(NR)

Art. 45. Altera os seguintes arts. da Lei nº 5.113, de 14 de maio de 1965:

I – o caput e o § 1º do art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A COHAPAR será administrada por Diretoria composta na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

§ 1º O mandato dos Diretores será de acordo com o previsto na Lei Federal nº 6.404, de 1976."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



II – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Conselho Fiscal será composto na forma prevista na Lei Federal nº 6.404, de 1976.”(NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47. Revoga:

I - o art. 7º da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012;

II - o art. 3º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014.

Curitiba, 13 de abril de 2014.



**1 – PROJETO 2 (Projeto de Lei a ser numerado pela
Diretoria Legislativa):**

Define as obrigações de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, e adota outras providências.

Art. 1º É considerada de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado a Fazenda Pública Estadual em processo cujo valor total atualizado, englobando crédito principal, custas e despesas processuais, seja igual ou inferior a R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º O valor disposto no *caput* deste artigo será corrigido anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme ato do Poder Executivo.

§ 2º Se for expedido precatório requisitório para satisfação do crédito principal, o pagamento das custas processuais, ainda que se trate de serventia estatizada, deverá ser realizado juntamente com aquele, não se admitindo a expedição autônoma de requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV).

§ 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de noventa dias, contado do registro no Sistema Integrado de Documentos da entidade devedora de requerimento instruído com a requisição/certidão de pequeno valor (RPV/CPV), expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, a liquidez da obrigação, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e tem aplicação imediata, apenas não produzindo efeitos em relação aos pedidos de Requisição de Pequeno Valor – RPV protocolizados perante a Administração Pública Estadual anteriormente à entrada em vigor desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



Art. 3º Revoga a Lei nº 12.601, de 28 de junho de 1999.

Curitiba, 13 de abril de 2015.

Os deputados que abaixo subscrevem declaram estar de acordo com as redações dos projetos acima propostas:

CLAUDIA VANESSA SOUZA FORTUNA PEREIRA	
Gulson Souza	
Pr. Edson Praczyk	
EDMO LUPION	
Felipe	
GUTO SILVA	
Renaty Melo	
N. JUSTUS	
SCANAUACA	
CARLI	
Curi	
Romanelli	
Trigo Amaral	

VOTO
CONTRÁRIO
AO PARECER
13.04.15

APROVADO

13.04.15



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

AUTOR: PODER EXECUTIVO

VOTO: DEPUTADO TADEU VENERI

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ILEGALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE. NÃO APROVAÇÃO.

Fundamentação:

Considerando se tratar de Mensagem do Poder Executivo, cumpre salientar a previsão do artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, a qual determina que a iniciativa das leis ordinárias e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

complementares são de competência do Governador do Estado, conforme adiante transcrito:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, é de competência do Governador do Estado a iniciativa da propositura do presente projeto.

Contudo, analisando a mensagem nº 010/2015, projeto de lei nº 212/2015, observa-se alguns pontos que merecerem atenção minuciosa, alguns pela inconstitucionalidade da matéria outros pela discricionariedade da matéria e outros por tratar de mais de um objeto/matéria no mesmo Projeto de Lei.

BENEFÍCIO FISCAL E RENÚNCIA DE RECEITAS

A proposta apresentada caracteriza renúncia de receitas, isso porque ao lançar o tributo há uma expectativa de arrecadação registrada na Lei Orçamentária, quando o contribuinte não paga o tributo há uma frustração de receita e comprometimento da execução das políticas públicas, a inadimplência do contribuinte é registrada na dívida ativa do Estado e sobre esses valores passam a incidir juros e multas, esse novo valor passa a ser lançado na Lei Orçamentária Anual - LOA como "nova" expectativa de receita, agora classificado como dívida ativa. Ao conceder o benefício de pagar o tributo com desconto de multa e juros, o Estado realizará a receita de juros e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

multa em valor menor que o previsto na Lei Orçamentária, caracterizando renúncia tributária.

Essas receitas estão registradas na dívida ativa e em multas e juros, conforme Manual Técnico de Orçamento 2015, elaborado e divulgado pela Secretaria Estadual da Fazenda-SEFA, destacado abaixo:

**ANEXO IV COMPOSIÇÃO DA RECEITA POR FONTES DE RECURSOS
RECEITA CENTRALIZADA**

FONTE 100: ORDINÁRIO NÃO VINCULADO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	%	
1931.14.12	Receita da Dívida Ativa do IPVA – Parcela Estadual	100	
1931.14.13	Receita da Dívida Ativa do IPVA – Parcela Municipal	100	
1931.15.12	Receita da Dívida Ativa do ICMS – Parcela Municipal	100	
1931.15.13	Receita da Dívida Ativa do ICMS – Parcela Municipal	100	
9911.41.12	Dedução de Receita de Multas e Juros de Mora do IPVA para a Formação do FUNDEB	50	
9911.42.12	Dedução de Receita de Multas e Juros de Mora do	50	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

	ICMS para Formação do FUNDEB
--	------------------------------

FONTE 122: RECURSOS PROVENIENTES DO PROGRAMA PARANÁ COMPETITIVO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		
1325.22.00	Remuneração Sobre Recursos Provenientes do Programa Paraná Competitivo		
			100
1922.99.22	Outras Restituições		
			100
1990.17.00	Receita do Programa Paraná Competitivo		
			100

FONTE 128: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO FISCO – FUNREFISCO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		
1325.28.00	Remuneração sobre Recursos do Fundo de Reequipamento do Fisco – funrefisco		
			100
1922.99.28	Outras Restituições		
			100
1911.20.00	Multas e Juros de Mora do ITCMD 50		
			50
1911.41.12	Multas e Juros de Mora do IPVA – Parcela Estadual 50		
			50
1911.42.12	Multas e Juros de Mora do ICMS – Parcela Estadual 50		
			50
1921.99.28	Outras Indenizações do FUNREFISCO 100		
			100



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pode-se, observar de acordo com o Manual Técnico de Orçamento 2015, que os débitos inscritos em dívida ativa – composto de principal, juros e multa – compõem a receita tributária tanto pelo recebimento do principal, quanto dos juros e multa, com a proposta do Estado na mensagem nº 010/2015 concedendo desconto no pagamento de juros e multa, haverá sem dúvida uma frustração de receita, a Fazenda deixará de receber parte dos valores lançados, o que caracteriza renúncia parcial de receita tributária.

PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI

Em relação ao Plano de Parcelamento Incentivado - PPI, elaborado pelo Poder Executivo, o qual visa beneficiar o contribuinte Pessoa Jurídica com alguns incentivos fiscais através da isenção parcial de multas e juros, observa-se que a intenção embora nobre por dar a opção ao contribuinte de parcelar seus débitos perante o Estado, o projeto apresenta vícios de origem.

O primeiro vício de origem identificado é a falta da apresentação do impacto orçamentário e financeiro e medida de compensação, pois, conforme determina a lei de Responsabilidade Fiscal e demais Leis que tratam das questões orçamentárias nas diversas esferas de governo, ao momento em que o Poder Executivo apresenta proposta de leis com renúncia de receita, deve apresentar tal impacto, não somente o financeiro, mas também o orçamentário acompanhado de medida de compensação da receita renunciada ou demonstrativo da estimativa da receita apresentado na Lei Orçamentária – LOA contendo tal renúncia, de acordo com o art. 12 da LRF:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

"Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas".

Ao considerar que a execução orçamentária do Estado do Paraná prevista no Ciclo Orçamentário Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2015 e por mais de uma vez no primeiro trimestre desta execução o Poder Executivo altera tais leis que passaram pelo processo de elaboração, análise e aprovação conforme determina a Constituição Federal e Lei 4320/1964, a qual rege o orçamento público no país, entende-se e constata-se que o Orçamento do Estado do Paraná é elaborado, aprovado, executado e administrado de forma discricionária e incompatível com o determinado por tal legislação. Ou seja, ao momento em que o Poder Executivo renúncia uma receita prevista no Ciclo Orçamentário e sem a devida apresentação do impacto, tanto o orçamento financeiro, o fiscal e a medida de compensação, o projeto torna-se inconstitucional.

Importante destacar que o estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto na LRF, deve ser apresentado com o valor financeiro renunciado referente a cada receita anteriormente prevista na LOA, com o devido endereçamento orçamentário, ou seja, apresentar todas as dotações envolvidas na renúncia e a medida de compensação deve ser apresentada da mesma forma, com todo o endereçamento orçamentário. Vale



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ressaltar que a execução orçamentária efetuada de forma incompatível entre (PPA, LDO e LOA) **acarreta em crime de responsabilidade fiscal**.

Além dos vícios apresentados acima, a proposta do Plano de Parcelamento Incentivado-PPI - da forma em que esta formulada os incisos I e II do art. 1º-, oportuniza e abre brecha para ser executado mais uma vez de forma discricionária, conforme:

"I - em parcela única com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II- em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros".

A palavra "até", permite que o Poder Executivo estabeleça critérios diferenciados para as mesmas situações, ou seja, torna a execução da matéria desigual ao contribuinte devedor. Vale ressaltar ainda que, a letra da lei deve ser e ter o caráter determinativo do objeto ora em discussão e não ser mais um mecanismo de possibilidades que visem atos discricionários. A Constituição Federal no Inciso II do art. 150, é claro e imperativo, se não vejamos:

"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos".



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Em relação ao "§ 4º do art. 1º na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de 20% (vinte por cento)", a multa moratória prevista em 20%, se expressa abusiva e deve ser revista pelo poder executivo e aplicada em percentuais previstos pelo código civil, ou seja, 1%.

Em relação ao "§ 5º do art. 1º, o ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada a Secretaria de Estado da Fazenda". Entende-se que ao estabelecer obrigatoriedade do contribuinte manter conta corrente vinculada às instituições financeiras conveniadas a Secretaria de Estado da Fazenda, o Poder Executivo está onerando o contribuinte, pois, deve ser observado que as instituições financeiras cobram taxas, tarifas e outros débitos decorrentes da manutenção da conta, portanto, o Governador ao estabelecer tal obrigatoriedade, está infringindo o Código Civil Brasileiro, pois nenhum ente pode determinar que a pessoa jurídica ou física contraia possíveis dívidas, mesmo que futura, portanto, este parágrafo também encontra-se na ilegalidade.

Em relação ao inciso I do § 6º do art. 1º, entende-se que, a frase "**e as penalidades correlatas das leis ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM**", fere direitos, sendo aprovado desta forma, o contribuinte terá que responder pela legislação em vigência e as supostas leis anteriores não mencionadas pelo projeto em análise, oportunizando o Poder Executivo legislar por conta própria, com a discricionariedade em que administra o Estado. Da mesma forma o "§ 7º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em Ato do Poder Executivo", ao não definir a data para formalização do pedido de ingresso.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS – PPD

Em relação ao Plano de Parcelamento de Débitos - PPD, elaborado pelo Poder Executivo, o qual visa beneficiar o contribuinte Pessoa Física com alguns incentivos fiscais através da isenção parcial de multas e juros, observa-se que a intenção embora nobre por dar a opção ao contribuinte de parcelar seus débitos perante o Estado, o projeto apresenta vários vícios de origem.

A falta da apresentação do impacto orçamentário e financeiro e medida de compensação, pois, conforme determina a lei de Responsabilidade Fiscal e demais Leis que tratam das questões orçamentárias nas diversas esferas de governo, ao momento em que o Poder Executivo apresenta proposta de leis com renúncia de receita, deve apresentar tal impacto, não somente o financeiro, mas também o orçamentário, acompanhado de medida de compensação da receita renunciada ou demonstrativo da estimativa da receita apresentado na Lei Orçamentária – LOA, contendo tal renúncia como previsto no art. 12 da LRF:

“ Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do Índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas”.

Ao considerar que a execução orçamentária do Estado do Paraná prevista no Ciclo Orçamentário Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

exercício de 2015 e por mais de uma vez no primeiro trimestre desta execução o Poder Executivo altera tais leis que passaram pelo processo recente de elaboração, análise e aprovação conforme determina a Constituição Federal e a Lei 4320/1964, a qual rege o orçamento público no país, entende-se e constata-se que o Orçamento do estado do Paraná é elaborado, aprovado, executado e administrado de forma discricionária e incompatível com o determinado por esta legislação. Ou seja, ao momento em que o Poder Executivo renúncia uma receita não prevista no Ciclo Orçamentário e sem a devida apresentação do impacto, tanto o orçamentário como financeiro e a medida de compensação, o projeto torna-se inconstitucional.

Lembrando que o estudo de impacto orçamentário e financeiro previsto na LRF, deve ser apresentado com o valor financeiro renunciado referente a cada receita anteriormente prevista com o devido endereçamento orçamentário, ou seja, apresentar todas as dotações envolvidas na renúncia e a medida de compensação deve ser apresentada da mesma forma, com todo o endereçamento orçamentário. Vale ressaltar que a execução orçamentária efetuada de forma incompatível entre (PPA, LDO e LOA) acarreta em crime de responsabilidade fiscal.

No Capítulo II, Programa incentivado de Parcelamento de Débitos, o "§ 2 do art. 8º, *será exigida a autorização do débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada a Secretária de Estado da Fazenda*". Entende-se que, ao estabelecer a obrigatoriedade do contribuinte manter conta corrente vinculada às instituições financeiras conveniadas a Secretaria de Estado da Fazenda, o Poder Executivo está onerando o contribuinte, pois, deve ser observado que as instituições financeiras cobram taxas, tarifas e outros débitos decorrentes da manutenção da conta, portanto, o Governador ao estabelecer tal



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

obrigatoriedade está infringindo o Código Civil Brasileiro, pois, nenhum ente pode determinar que a pessoa jurídica ou física contraia possíveis dívidas, mesmo que futura. Portanto, este parágrafo deve ser excluído da matéria ora em análise.

Em relação ao Art. 11º *"prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamentos serão estabelecidos em Ato do Poder Executivo"*, mais uma vez oportuniza o Executivo a legislar por conta própria.

Em relação ao § 3º do art. 12, *"o recolhimento efetuado integral ou parcial, embora autorizado pelo Fisco, não importa em presunção de correção dos cálculos efetuados, ficando resguardado o direito do fisco de exigir eventuais diferenças apuradas posteriormente"*, oportuniza o Executivo a legislar por conta própria e fere direitos do contribuinte e princípios constitucionais. Ressalta-se que a condição prévia para o contribuinte aderir ao PPD é renunciar dentre outros ao direito de questionar seus débitos de forma judicial, o que de fato é justo, porém a aprovação deste parágrafo irá permitir ao fisco o direito de que mesmo que o contribuinte pague em dia suas parcelas, cumpra com a sua parte no contrato, ainda assim o fisco poderá futuramente torna-lo devedor.

Em relação ao art. 14, *"do art. 1º na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, **multa moratória no percentual de 20% (vinte por cento)**"*, a multa moratória prevista em 20%, se expressa abusiva, no entanto, deve ser revista pelo poder executivo e aplicada em percentuais previstos pelo código civil, ou seja, 1%.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Em relação ao art. 17, "No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios".

A Constituição Federal, em seu art. 158 inciso III, assim disciplina a matéria:

"Art. 158. Pertencem aos Municípios:

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios";

Com a aprovação do projeto, a Assembleia Legislativa estará mudando norma imperativa, em flagrante inconstitucionalidade.

CAPITULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Em relação ao artigo 18 do projeto em análise, alertamos que a aprovação poderá criar dificuldades de tal ordem que elevaria o número de empresas a fecharem suas portas.

A UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, o valor unitário estipulado para o exercício de 2015 equivale a R\$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos), ou seja:

UPF/PR	para	Valor unitário	Total
2015			



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

1 unidade	R\$ 79,90	
20 unidades	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00

Determinada Pessoa Jurídica que por ventura não efetue a apuração num determinado mês e atrasa 3 meses terá uma dívida significativa com o estado, apurada em R\$ 6.392,00 (seis mil, trezentos e noventa e dois reais), conforme tabela:

UPF/PR para 2015	Vlr unitário	Total	Penalidade por:
1 unidade	R\$ 79,90		
20 unidades	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Falta de apuração no período
20 unid. Mês 01 de atraso	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Mês 01 de atraso
20 unid. Mês 02 de atraso	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Mês 02 de atraso
20 unid. Mês 03 de atraso	R\$ 79,90	R\$ 1.598,00	Mês 03 de atraso
Total = 80 unidades	R\$ 319,16	R\$ 6.392,00	Devedor no período



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Ao considerar que a mesma empresa não efetue a apuração nos três meses em que atrasou a primeira apuração, o valor passa para R\$. 15.980,00 (quinze mil, novecentos e oitenta reais), conforme tabela:

	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	Total Geral
	R\$ 1.598,00				
	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00			
	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00		
	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00	
Total por mês, por apuração e por atraso:	R\$ 6.392,00	R\$ 4.794,00	R\$ 3.196,00	R\$ 1.598,00	R\$ 15.980,00

Considerando os altos índices de mortalidade empresarial no país e em nível de Estado, a aprovação da alteração da Lei 11.580/96, transcrita no artigo 18 do projeto, irá contribuir com o aumento de tal índice. Deve ser considerado que a EFD – Escrituração Fiscal Digital em linhas gerais, já prevê multas diversas ao não cumprimento de tal obrigação.

Como o Poder Executivo não apresentou impacto financeiro, fiscal e orçamentário de tais mudanças, nem os impactos positivos nem os impactos negativos, tornando mais uma vez a proposta em ato discricionário, ao alterar a lei que regulamenta a maior arrecadação do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Estado do Paraná, observando que em 2014 a arrecadação tributária proveniente do ICMS no Estado foi de R\$ 19.278.593.163,67, o que representa 82,82% da receita tributária total e 49,91% das receitas primárias, tal alteração deve ser, após retirados os vícios de origem, apreciada em forma apartada ao projeto em análise.

RECEITA TRIBUTÁRIA	
TOTAL	23.451.454.348,44
ICMS	19.278.593.163,67
Variação %	82,21%

RECEITAS PRIMÁRIAS	
CORRENTES	38.624.385.544,88
ICMS	19.278.593.163,67
Variação %	49,91 %

A proposta apresenta vícios de origem, confrontando-se com a ordem legal e constitucional, passando por cima da transparência e da isonomia na gestão pública.

No inciso I do § 1º, do artigo 19, encerra da seguinte forma (...) *"relativo a oito períodos de apuração do imposto, consecutivos ou não, nos doze meses anteriores, podendo a quantidade de períodos ser alterada a critério do Poder Executivo"*. A proposta na forma apresentada fornece plenos poderes para que tal gestor atue conforme sua vontade. Há de ser observado que para o empresário existem - dentre outras - as obrigações tributárias e as obrigações acessórias e não pode ficar refém da vontade de tal gestor, considerando que há planejamento dos gastos e a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

proposta ora em análise contribuirá mais uma vez para a mortalidade de algumas empresas ocasionando efeito contrário à proposta, ou seja, ao invés do Estado aumentar a arrecadação poderá perder receita com tais medidas.

Em relação ao artigo 20, o inciso II apresenta tal redação: "II – 10.000 (dez mil) UPF/PR Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná", vale ressaltar que cada UPF/PR equivale a R\$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos), 10.000 UPF/PR equivale a R\$ 799.000,00 (setecentos e noventa e nove mil).

1 unid. UPF/PR	10.000 unid. UPF/PR	Total
R\$ 79,90	10.000,00	R\$ 799.000,00

O artigo 26 do projeto apresenta tal redação "Autoriza o Poder Executivo a modificar o valor previsto no inciso II do art. 20 desta Lei, no interesse da Administração".

Ora, incansavelmente a legislação que regulamenta a transparência na gestão pública proíbe tal ato, importante lembrar que ADMINISTRAR CONFORME O INTERESSE DO GESTOR acarreta em crime de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa, a aprovação do art. 26, permitirá que o gestor torne o processo desigual, podendo beneficiar ou majorar valores a quem lhe for conveniente.

DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Em relação ao artigo 27, observa-se que o Poder Executivo pede autorização a Assembleia Legislativa para *Ceder, a título*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

oneroso, à sociedade de propósitos específico a que se refere o art. 33 desta lei, ou seja, o referido artigo sendo aprovado na forma transcrita, estará oportunizando o Executivo, mais uma vez administrar de forma discricionária, além da autorização prévia da cessão de direitos creditórios, não é claro e não é objetivo sobre quem ira receber tais direitos creditórios, considerando que o artigo faz menção a sociedade de propósito específico e/ou fundo de investimento em direitos creditório ", à sociedade de propósitos específico a que se refere o art. 33 desta lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários", vale ressaltar que a forma com que este artigo é apresentado, vai contrário a norma legal estabelecido pela Lei Complementar 95 de 1998.

Além de autorizar algo antes da constituição legal da unidade competente para gerir tais direitos, a redação induz ao entendimento que sendo aprovado desta forma ficará a critério do Executivo decidir quem será o gestor, a sociedade de propósitos específico a que se refere o art. 33 desta lei, ou ao fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores? Portanto, vele lembrar que são unidades gestoras distintas e para cada uma, há uma regulação diferente. Quais sejam:

DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE

Em relação ao art. 33 do PL, o instituto da sociedade de propósito específico foi inserido no nosso ordenamento jurídico por meio da Lei Federal nº 11.079/2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

pública, com a finalidade específica de implantar e gerir o objeto da parceria público-privada.

Art. 9º Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

§ 1º A transferência do controle da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

§ 3º A sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.

§ 4º Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante das sociedades de que trata este Capítulo.

§ 5º A vedação prevista no § 4º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento”.

Ora, o objeto da Sociedade de Propósito Específico - SPE a ser constituída pelo presente projeto para adquirir do Estado, a título oneroso, os créditos tributários e não tributário, nada tem a ver com o desenvolvimento de esforços em comum para a realização de obras ou prestação de serviços, que é a verdadeira finalidade da SPE, de que cuida a Lei Federal de nº 11.079/2004.

Pelo contrário, a SPE a ser construída com a maioria do capital pertencente ao Estado, comete grave infração ao § 4º, do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

art. 9º, da lei 11.079/2004, pois, terá como objeto social *"a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais"* lastreadas nos direitos creditórios de titularidade do Estado.

Como se observa, a SPE sendo aprovada de acordo com o art. 33 e § 1º, § 2º e § 3º deste projeto, não se trata de sociedade de propósito específico, mas sim de verdadeira empresa controlada pelo Poder Executivo que deterá a maioria de seu capital votante, nos termos do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, que define a empresa controlada como sendo *"a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação"*.

Ao observar de forma detalhada o objeto social da referida *"sociedade de propósito específico"* a que a presente proposta de lei se refere, se trata da constituição de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTROLADA, com a finalidade de obter recursos financeiros junto ao mercado de capitais, nos termos da Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, que cria o Conselho Monetário Nacional e prescreve em seu artigo 17:

"Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros."



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Além da ausência de prévia autorização do órgão competente para criação da instituição financeira, a presente proposta não observa o contido no art. 36 da LRF, que dispõe:

"Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo".

O contido no art. 36 da LRF observa e zela pelos princípios da moralidade e da eficiência da Administração Pública, ao vedar, expressamente, operação de crédito entre o ente político e a instituição financeira estatal sob seu controle, o que assegura uma gestão fiscal responsável, objetivada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A autorização de que se trata o artigo 33 tem por finalidade o recebimento antecipado de valores sob o regime de parcelamento, também não observa o contido no art. 37, II da LRF que prescreve:

"Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

II – recebimento antecipado de valores de empresa que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendo, na forma da legislação;"

Conforme determina o art. 37, é equiparável, também a operação de crédito o recebimento antecipado de valores de empresa em que o poder público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante, salvo lucros e dividendos na forma da legislação aplicável. É



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

que tais operações podem configurar uma forma disfarçada de empréstimo público, provocando o aumento da dívida do ente político.

E sobre a mesma matéria a Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu art. 3º, § 1º, I e 5º, I, dispõe:

"Art. 3º Constitui operação de crédito, para os efeitos desta Resolução, os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

§ 1º Equiparam-se a operações de crédito:

I - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação; assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito;

Art. 5º É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação"

DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Conforme o art. 37 da constituição Federal determina "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ..."

Portanto, vale ressaltar que deve ser questionado o verdadeiro sentido da constituição de um Fundo de Investimento com tal finalidade (vender os créditos tributários e não tributários sob forma de cessão), pois, conforme descrito no *caput* do artigo 37, se o Estado (Governador) administrasse com base em tais princípios, e considerando que a transferência sequer implica a transferência da propriedade do bem cedido, transferindo-se, somente, o direito autônomo de receber o crédito cedido diretamente do contribuinte-devedor, nesse caso deve-se observar que é obrigação do órgão institucional do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, promover a cobrança da dívida ativa.

Portanto, apesar da matéria referir à cessão de direito creditório autônomo, o que se verifica, no caso, é a cessão do próprio crédito tributário, uma vez que por meio da indigitada cessão, o direito ao recebimento das prestações decorrentes de parcelamento de impostos e taxas será transferido a terceiros.

O parcelamento de créditos relativos a impostos e taxas tem sua origem em obrigações tributárias descumpridas, que com o competente lançamento passaram a constituir crédito tributário, nos termos do art. 139 e 142 do CTN, que prescrevem:

"Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do

22



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível."

Dessa forma, tanto os direitos creditórios originários de créditos tributários, **como aqueles originários de créditos não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais constituem receita pública**, que é bem público indisponível, inegociável e irrenunciável, porque necessário ao cumprimento dos fins do Estado, que é a realização do bem comum, ou seja, a satisfação das necessidades públicas, que são aquelas de interesse geral, satisfeitas sob o regime de direito público, presidido pelo princípio da estrita legalidade. Essas necessidades públicas são aquelas consignadas na lei orçamentária anual que ao mesmo tempo que estima a receita pública fixa as despesas pormenorizadamente.

"Art. 167. São vedados:

*IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, **fundo** ou despesa, **ressalvadas** a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;" (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)"*

É importante ressaltar que quando o art. 167, IV da Carta Maior, retro transcrito, ressalva o oferecimento de crédito tributário



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

para garantia das operações de crédito por antecipação de receitas, essa garantia não tem o sentido de garantia real que se preste a execução direta.

Se a própria vinculação de receita de impostos, permitida pela Constituição Federal, em caráter excepcional, para prestação de garantias visando a obtenção de receita creditícia, de natureza temporária, não pode ser interpretada em sentido amplo, permitido pelo direito privado, é justamente porque a receita pública constitui bem fora do comércio insuscetível de negociação.

Consectário lógico da impenhorabilidade da receita pública é a sua inalienabilidade, sendo, portanto, bem inegociável.

Créditos tributário e não tributário sob o regime de parcelamento outras coisas não são senão aquelas receitas lançadas e não pagas em determinado exercício financeiro que, de acordo com o regime de competência, passam a constituir resíduos ativos que devem ser cobrados nos exercícios posteriores na conta de receita a arrecadar.

Vale ressaltar ainda que, a cessão ora pretendida também não encontra respaldo no Código Civil, devido à ilicitude de seu objeto, conforme disposto em art. 286:

"O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação".

Portanto, a proposta em análise, apresenta-se em desacordo ao disposto nos artigos 100 e 167, IV, a, da CF e art. 286 do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Código Civil evidenciando a absoluta inconstitucionalidade e ilegalidade da cessão ora prevista.

ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

Em relação ao § 3º do art. 33º o Poder executivo pede autorização para a abertura de crédito especial no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões).

Créditos Adicionais são subdivididos em três modalidades, conforme a lei 4320/64 regulamenta nos seguintes artigos:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior

II - os provenientes de excesso de arrecadação;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

A legislação é clara e objetiva, os créditos adicionais nada mais são que uma ferramenta a ser utilizada pelo gestor público para reorganizar o orçamento aprovados através do PPA, LDO e LOA no momento da execução orçamentária. Ou seja, a lei é bem específica, não deixa brechas para que o gestor se utilize desta ferramenta de forma discricionária, conforme tal projeto de lei em análise, o qual mexe no orçamento numa quantia significativa de recursos orçamentários/financeiros sem o mínimo de observância na legislação.

São R\$ 5.000.000.000,00, (cinco milhões) direcionados a integralizar o capital de uma S/A e nenhuma explicação clara e

20



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

objetiva de quais dotações estes recursos serão provenientes ou para quais dotações eles serão destinadas. Todos os recursos orçamentários devem ter um endereço dentro do orçamento e ainda, observando os princípios orçamentários, neste caso o da clareza, qualquer cidadão comum deve ter o mínimo de entendimento ao se reportar a uma lei orçamentária, os créditos adicionais primeiramente são projetos que ao serem aprovados, tornam-se leis orçamentárias.

O projeto de lei em análise fere mais um dos princípios orçamentários e constitucionais, pois, um projeto de lei orçamentária não deve ter mais que um objeto, este, é apresentado de forma absurdamente incompatível com a legislação nacional, Constituição Federal, Leis Orçamentárias, Lei 4320/64, LRF, ou seja, a presente proposta de abertura de crédito adicional nos moldes deste projeto é totalmente inconstitucional e incompatível com o Ciclo orçamentário do Estado do Paraná.

O projeto deveria explicar e apresentar documentos comprobatórios a respeito das dotações e fontes de recursos a serem alterados, acompanhado do valor exato destinado a cada dotação e **exposição justificativa**.

A constituição federal no art. 167 prevê:

"Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

O Poder Executivo frustra os mecanismos legais para manipular as leis orçamentárias já aprovadas, deixando claro a incongruência da administração, pois muda-se, altera-se conforme a vontade e o interesse próprio do gestor.

AUMENTO DA DESPESA

O Poder Executivo, mais uma vez apresenta dispositivo no projeto em comento que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, se não vejamos:

"Art. 35. O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a promover, mediante decreto no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta lei, a adequação, complementação e fixação da estrutura regimental e organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda, incluindo denominações, competências e atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança, bem como de suas unidades administrativas".

É notório que a legislação pátria determina que o aumento da despesa deva ser acompanhado de impacto orçamentário e financeiro assim como a medida de compensação, conforme determina o art. 16 da LRF, assim como qualquer mudança orçamentária devem estar compatíveis com o CICLO Orçamentário (PPA, LDO e LOA) e demais leis que regem, orientam e regram a composição do orçamento público.

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício; II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições”.

Nitidamente é observada a inconstitucionalidade deste projeto. Cabe observar que no parágrafo (§) 3º do artigo 33, é solicitado ao Legislativo a aprovação de crédito adicional no valor de R\$ 5 Milhões, sem apresentar nenhuma dotação orçamentária.

Ressalta-se, o orçamento público deve ser gerido da seguinte forma: Quando um cidadão busca concorrer a um cargo no executivo, este deve apresentar seu plano de governo, metas, estas metas devem ser inclusas na elaboração do primeiro Plano Plurianual – PPA, lembrando, o gestor que se elege, terá um ano para efetuar tal programação, por este motivo que as leis orçamentárias devem ter compatibilidade, ou seja, PPA com base no plano de governo, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO com base as metas previstas no PPA para aquele exercício e a Lei Orçamentária Anual com base PPA e LDO prevista. Ou seja, a execução não pode ser mudada, alterada e principalmente, não considerada conforme o Governador do Estado faz.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

"Art. 36. Autoriza o Estado do Paraná a formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida com a União realizado sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da medida provisória nº 2.192-70, de 2001, nos termos da Lei complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014".

Sem a apresentação do contrato para analisar e entender os novos termos, este artigo não pode prosperar, sob pena de incorrer em ilegalidade.

ALTERAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM VIGOR

"Art. 37. Autoriza para a operação de crédito de que trata o art. 1º da Lei 17.479, de 10 de janeiro de 2013, destinada a reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste Celebrado com companhia Paranaense de Energia – COPEL poderá ser formalizada com instituição financeira nacional ou estrangeira".

Mais uma Lei que trata da matéria orçamentária misturada a vários assuntos, ressalta-se, OPERAÇÕES DE CRÉDITO, SÃO EFETUADAS ATRAVÉS DE LEI ESPECIFICA, assim devem ser suas alterações. Portanto que seja apresentado os termos, contratos, valores e efetivamente uma proposta de alteração com possibilidades de análise. Sem tais detalhes não há possibilidade de análise, lembrando que há um regramento muito preciso para operações de crédito determinadas pelas seguintes leis: Constituição Federal, lei 4320/64, LRF e previsões no ciclo orçamentário.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

"Art. 38. O art. 6º da lei 17.046, de 11 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º institui o Conselho Gestor de Concessões, inclusive as Parcerias Público Privadas, cuja composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder Executivo. (NR)"

Como incansavelmente exposto ao longo da análise, o art. 38, envolve a operação de crédito mencionado no art. 37, mexe na matéria orçamentário e como já dito, o Executivo deve enviar mensagem separada (individual), acompanhado dos impactos relacionados e determinados pela LRF e inclusão no Ciclo orçamentário.

ALTERAÇÃO DA META FISCAL - ARTIGO 43

Em relação ao art. 43 do projeto, há de ser considerado que o ano de 2014 legalmente foi o ano de encerramento do mandato do Governador Beto Richa (2011-2014), para o qual além das inúmeras vedações da CF, há também a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e Lei 4.320/64 e Lei nº 9.504/1997 - Lei Eleitoral que regulamentam o processo de encerramento de mandato, no entanto o atual governador não observou tais exigências e regulamentações em vários artigos do Projeto de Lei, pede conforme redação do art. 43, para alterar a meta III e meta V da tabela V do anexo I da LDO, aprovada em 2013, para ser executada no exercício de 2014, ou seja, pede para alterar o resultado primário e o resultado nominal do exercício encerrado de 2014.

Cabe salientar que a LDO é peça fundamental do ciclo orçamentário, como incansavelmente já descrito, ela é elaborada no ano anterior a sua execução. No caso específico, foi elaborada pelo executivo e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

aprovada pelo legislativo no ano de 2013, com a finalidade de ser executada no exercício de 2014, **lembrando tratar-se do último ano de mandato**, ou seja, deve ser considerado que o projeto ora em análise pede a alteração das metas financeiras do exercício de 2014, exatamente um trimestre após o encerramento do exercício financeiro de final de mandato.

Seguindo a regra geral tal permissão é possível durante o exercício em execução. É nesta sintonia que a legislação em vigor - responsável pela regência do orçamento no Brasil - exige a divulgação das demonstrações financeiras e demonstrativo da execução de forma bimestral, exatamente com o intuito de que ao momento em que seja observado pelo gestor algum desarranjo financeiro possa assumir medidas cabíveis e legais para alterar as metas inicialmente previstas para aquele exercício - as chamadas LIMITAÇÕES DE EMPENHO - com medidas de contingenciamento, algo que, de forma proposital ou relapsa a gestão atual deixou passar.

Ao desejar alterar o passado, três meses após o encerramento do exercício, as quais, já foram apresentadas a sociedade e demais interessados através de audiência pública na prestação de contas do exercício financeiro 2014, recai sobre os crimes de responsabilidade fiscal. Portanto mudar o passado financeiro do Estado do Paraná é mais um dos diversos atos do poder executivo em legislar/governar conforme sua vontade. Para realizar essas mudanças existe uma séria legislação com aberturas de fato para alterar as metas inicialmente previstas, porém, restritas ao exercício financeiro, e o não cumprimento de tais metas demonstra - além da discricionariedade da administração dos recursos públicos - a falta de planejamento e execução orçamentário, fiscal e financeiro e, principalmente INCOMPATÍVEL e sem prezar pelo equilíbrio sustentável orçamentário, fiscal e financeiro. Lembrando, a execução sem a compatibilidade com o ciclo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

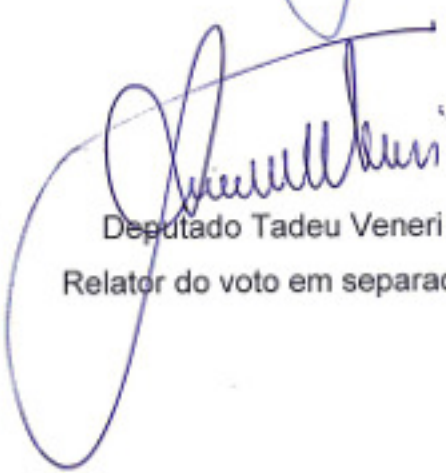
orçamentário (PPA, LDO e LOA) também é crime de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO**
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.


Deputado Gilson de Souza
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator do voto em separado.

VOTO CONTRA
DO PARECER
Dep. ARTAGÃO
Dep. PAULO LITRO
Dep. ELIO
Dep. TIÃO

REJEITADO
14/04/15
M.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 010/2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e dá cessão de direitos creditórios, e adota outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça por meio de seu Relator já exarou o parecer favorável, devidamente aprovado, por estarem presentes os requisitos constitucionais.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta traz em sua justificativa que em relação do Programa de Parcelamento Incentivo – PPI e ao Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD, tem como objetivo auxiliar os contribuintes paranaenses na regularização de pendências, reestabelecendo o fluxo financeiro e a manutenção de suas atividades.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa no art. 65 e 66, e a competência privativa no art. 87, da Constituição Estadual, e ainda, no art. 133 do mesmo Diploma Legal, que estabelece o envio de projetos dessa natureza, para serem apreciados pela Assembleia Legislativa.

De igual modo, a matéria proposta está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim o devido parecer **Favorável, na forma da Emenda Modificativa e Supressiva e demais deliberações da Comissão de Constituição e Justiça.**


É o Parecer.

Sala das Comissões, em

14/04/15


DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Tício


Paulo Chini
Voto Contrário


Dep. Aragão


Dep. Lício

APROVADO
Em 14/04/15
M.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Schiavina

Emenda de Plenário nº	01
DAP	22 ABR. 2015
Visto	<i>Alencar</i>

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

*Relatório
Pelo Autor
Em 22/4/2015
Autor*

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, do Programa Incentivado do Parcelamento de Débitos - PPD e da Cessão de Direitos Creditórios e adota outras providências.

Nos termos do § 3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para inserir o inciso II, III e IV do art. 1º e art. 9º do Projeto de Lei nº 212/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

I - em parcela única, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II - em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da multa e de 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor dos juros.

Schirio Bravileiro

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Schiavinato

III – em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de 60% (sessenta por cento) do valor da multa e de 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros.

IV – em até 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor da multa e de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos juros.

V – em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de 40% (quarenta por cento) do valor dos juros.

(...)

Art. 9. Os descontos concedidos na liquidação dos débitos são os abaixo indicados:

I – relativamente ao débito tributário:

(...)

b) redução de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de parcelamento do Inciso II do artigo 1º; e

c) redução de 60% (sessenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de parcelamento do Inciso III do artigo 1º; e

d) redução de 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de parcelamento do Inciso IV do artigo 1º; e

e) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 40% (quarenta e cinco por cento) do valor dos juros incidentes sobre o tributo e sobre a multa punitiva, na hipótese de parcelamento do Inciso V do artigo 1º.

II – relativamente ao débito não tributário:

(...)



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

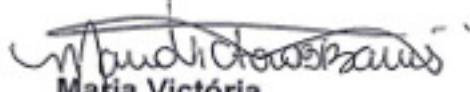


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Schiavinato

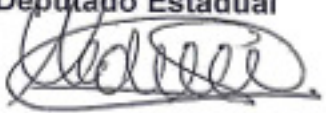
- b) redução de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de parcelamento do Inciso II do artigo 1º; e
- c) redução de 60% (sessenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de parcelamento do Inciso III do artigo 1º; e
- d) redução de 55% (cinquenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de parcelamento do Inciso IV do artigo 1º; e
- e) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal, na hipótese de parcelamento do Inciso V do artigo 1º.


Sala das Sessões, 15 de abril de 2015

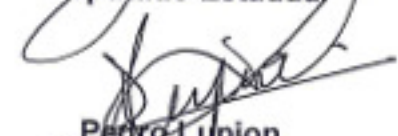

José Carlos Schiavinato
Deputado Estadual


Maria Victória
Deputada Estadual



Tiago Amaral
Deputado Estadual


TIÃO MEDEIROS


Guto Silva
Deputado Estadual


Pedro Lupion
Deputado Estadual


Palózi
Deputado Estadual


CHICO BASILIO




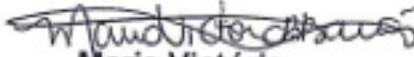
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Schiavinato

JUSTIFICATIVA

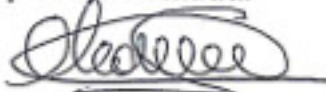
Propõe-se um escalonamento do parcelamento através da inserção dos incisos acima destacados, acrescentando-se a possibilidade de pagamento em 6 (seis), 12 (dose) e 18 (dezoito) parcelas. Depois de aprovada a Lei, será definido o prazo para quitação à vista bem como do parcelamento, o que deve ocorrer em torno de 60 (sessenta) dias. Esse prazo é muito curto para o devedor conseguir recursos para quitar o débito à vista. Com a alteração proposta cria-se maiores condições para que o devedor possa obter os recursos para quitar o débito, mantendo a oportunidade da redução de multas e juros, o que também não deixa de atender aos interesses do Estado, que irá receber em prazo inferior aos 120 meses.


Sala das Sessões, 15 de abril de 2015

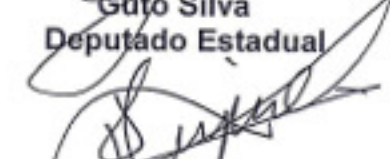

José Carlos Schiavinato
Deputado Estadual



Maria Victória
Deputada Estadual


Flágo Amaral
Deputado Estadual


TIÃO MEDEIROS


Guto Silva
Deputado Estadual


Pedro Lupion
Deputado Estadual


Palózi
Deputado Estadual


Cláudio Zambonato



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

DAP 22 ABR 2015

Visto

[Assinatura]

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/2015

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para modificar o artigo 27 do Projeto de Lei nº 212/2015, que passará a contar com a seguinte redação:

"Art. 27 Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Imobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações, todos com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014.

1457 22/04/2015 08:18:45 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Sala das Sessões em 22 de abril de 2015.

[Assinatura]



TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]

Justificativa

A presente emenda modificativa pretende alterar o artigo 27 do Projeto de Lei 212/2015, de autoria do Poder Executivo, visando respeitar as demais disposições da proposta, uma vez que os artigos 1º e 7º esclarecem que os débitos a serem recolhidos são equivalentes a fatos geradores ocorridos até o dia 31 de dezembro de 2014.

Da mesma forma, pretende-se com essa proposta garantir que os direitos creditórios à que se referem o artigo 27, sejam correspondentes aos demais itens da proposta, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

DAP

22 ABR. 2015

Visto

Claudio

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/2015

Nos termos do § 3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para adicionar Parágrafo Único ao artigo 27 do Projeto de Lei nº 212/2015, com a seguinte redação:

"Art. 27 Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, o a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Imobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

Parágrafo único: Com relação aos direitos creditórios decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo, o Poder Executivo poderá antecipar o valor que será recolhido até o limite da atual administração, ou seja, até 31 de dezembro de 2018.

Sala das Sessões em 22 de abril de 2015.

[Assinatura]

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]

14:58 22/04/2015 00:18:46 Nº ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

Justificativa

A presente emenda aditiva pretende adicionar Parágrafo Único ao artigo 27 do Projeto de Lei 212/2015, de autoria do Poder Executivo, visando estabelecer limite aos créditos correspondentes ao Programa Paraná Competitivo, para que esses respeitem o limite temporal da atual administração, ou seja, aos créditos correspondentes até o prazo do dia 31 de dezembro de 2018.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

DAP 22. ABR. 2015

Visto

Claudio

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/2015

Nos termos do § 3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda, visando adicionar Parágrafo Único ao artigo 17 do Projeto de Lei nº 212/2015, com a seguinte redação:

Art. 17 No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios.

Parágrafo Único: A transferência do produto, a que se refere o *caput* desse artigo, deverá ocorrer visando a garantia do repasse constitucional de 50% aos Municípios sobre o valor líquido arrecadado.

Sala das Sessões em 22 de abril de 2015.

[Assinatura]
TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

15:00 22/04/2015 001847 DAP ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Justificativa

A presente emenda aditiva pretende adicionar Parágrafo Único ao artigo 17 do Projeto de Lei 212/2015, de autoria do Poder Executivo, visando garantir o repasse de 50%, previsto na Constituição Federal, sobre o valor arrecadado do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, conforme segue:

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

(...)

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

Com a inclusão do referido parágrafo, o Poder Executivo esclarece a intenção de continuar realizando o repasse constitucional de 50% sobre o valor líquido arrecadado com o imposto, não prejudicando o Município com a negociação da dívida a ser realizada.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

Emenda de Plenário nº 05
DAP 22 ABR 2015
Visto PARANÁ *Claudio*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/2015

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para modificar o § 7º, do artigo 1º, e o artigo 11, ambos do Projeto de Lei nº 212/2015, que passarão a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

(...)

§ 7º O Poder Executivo deverá, no prazo máximo de 180 dias a contar da data da aprovação da presente Lei, expedir ato estipulando prazo para formalização do pedido de ingresso no programa.

(...)

Art. 11 O Poder Executivo deverá, no prazo máximo de 180 dias, expedir ato estabelecendo o prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamento.

Sala das Sessões em 22 de abril de 2015.



TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

Justificativa

A presente emenda modificativa pretende alterar o § 7º, do artigo 1º do Projeto de Lei 212/2015, e o artigo 11 da mesma Proposta, de autoria do Poder Executivo, visando impor o prazo de 180 dias para a expedição do ato estipulando o prazo para a formalização do pedido de ingresso ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e para a adesão ao Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

Emenda de Plenário nº 06
DAP 22 ABR 2015
Visto *Claudio*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/2015

Nos termos do § 3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda, visando adicionar Parágrafo Único ao artigo 29 do Projeto de Lei nº 212/2015, com a seguinte redação:

Art. 29 Para os fins do disposto nesta Lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

Parágrafo Único: Na hipótese de negociação de títulos onerosos, se houver deságio, esta dependerá de prévia autorização do Poder Legislativo.

Sala das Sessões em 22 de abril de 2015.

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

15:03 22/04/2015 00:18:49 DP ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Gabinete do Deputado Tercílio Turini

Justificativa

A presente emenda aditiva pretende adicionar Parágrafo Único ao artigo 29 do Projeto de Lei 212/2015, de autoria do Poder Executivo, visando garantir a transparência nos atos de negociação de títulos onerosos.

A inclusão deste Parágrafo à proposta apenas garante que em caso de negociação de títulos onerosos, esta dependerá de autorização da Assembleia Legislativa.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Tercílio Turini

Emenda de Plenário nº	07
DAP	22 ABR 2015
Visto	<i>Cláudio</i>

15:05 22/04/2015 001850 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/2015

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para modificar o § 3º, do artigo 12 do Projeto de Lei nº 212/2015, que passará a contar com a seguinte redação:

"Art. 12 O parcelamento ou o pagamento em parcela única, relativamente aos componentes tributários ou não tributários do débito consolidado:

(...)

§ 3º Os valores estabelecidos em comum acordo até 31 de dezembro de 2014 não poderão ser questionados pelo beneficiário do programa ou pelo Fisco.

Sala das Sessões em 22 de abril de 2015.

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



Justificativa

A presente emenda modificativa pretende alterar o § 3º, do artigo 12 do Projeto de Lei 212/2015, de autoria do Poder Executivo, visando reestabelecer a igualdade de direitos entre o beneficiário e o Fisco. Uma vez que a atual redação do referido paragrafo impõe o direito do Fisco de exigir diferenças apuradas posteriores ao início do pagamento ou até mesmo do saneamento da dívida por parte do beneficiário. Assim, com a alteração da redação, ambas as partes não poderão questionar o valor já estabelecido em comum acordo, esta medida garantirá a isonomia entre as partes e promoverá a economia processual.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a consequente aprovação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente ~~Aníbal Khury~~

Emenda de Plenário nº 08

DAP 22 ABR. 2015

Visto Claudio

EMENDAS ADITIVAS AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

Fica incluído o Inciso III e os parágrafos 3º a 5º ao Art. 8º do Projeto de Lei nº 212/2015, com as seguintes redações:

III – para os créditos ajuizados, o executado poderá oferecer como dação em pagamento, bens imóveis penhorados, localizados no Estado do Paraná, desde que aceitos pelo Estado, pelo valor da avaliação judicial, com data não superior a 01 (um) ano.

§ 3º Os bens imóveis penhorados, aceitos em dação em pagamento, serão considerados adjudicados para fins de expedição dos respectivos mandados e ofícios para transferência aos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, com imediata imissão de posse pelo Estado.

§ 4º Em caso de haver rejeição por parte do credor, quanto à adjudicação do bem imóvel oferecido pelo executado, o prazo para adesão aos benefícios fiscais indicados nesta Lei será reaberto, por igual período, exclusivamente para o interessado.

§ 5º A oferta de dação em pagamento de bens imóveis penhorados suspenderá o processo judicial até a apreciação do pedido pelo Poder Executivo, que terá o prazo de 90 dias para manifestação.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015

SATISTTA

TERCILLO

MÂRCIO PACHECO
Deputado Estadual

EVANDRA ALBUQUERQUE

R. E. SOUZA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa:

Muitos devedores que estão sendo executados tiveram penhorados bens imóveis nos autos de executivos, que poderão ser ofertados como dação em pagamento, para satisfazer pelo menos parte da sua dívida perante a fazenda pública. Com a normal demora na tramitação do processo judicial, em face das normas legais, é mais vantajoso para o Estado aceitar esses bens como parte de pagamento e proceder o parcelamento do restante da dívida.

É importante que seja assegurado ao Estado tomar a posse imediata do bem imóvel oferecido em dação em pagamento e por ele aceito.

Quando o devedor oferecer ao Estado bem imóvel penhorado nos Autos de Ação de Execução a título de dação em pagamento, e este formalmente não aceitar, é importante que o devedor tenha a oportunidade de aderir ao programa, pagando ou parcelando a dívida, se já fechado o prazo para sua adesão, com a abertura de novo prazo para que possa participar do PPI.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de Plenário nº	09
DAP	22 ABR 2015
Visto	<i>Marcio</i>

EMENDAS ADITIVAS AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

Fica incluído o Inciso III e os parágrafos 8º a 10º ao Art. 1º do Projeto de Lei nº 212/2015, com as seguintes redações:

III – para os créditos ajuizados, o executado poderá oferecer como dação em pagamento, bens imóveis penhorados, localizados no Estado do Paraná, desde que aceitos pelo Estado, pelo valor da avaliação judicial, com data não superior a 01 (um) ano.

§ 8º Os bens imóveis penhorados, aceitos em dação em pagamento, serão considerados adjudicados para fins de expedição dos respectivos mandados e ofícios para transferência aos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, com imediata imissão de posse pelo Estado.

§ 9º Em caso de haver rejeição por parte do credor, quanto à adjudicação do bem imóvel oferecido pelo executado, o prazo para adesão aos benefícios fiscais indicados nesta Lei será reaberto, por igual período, exclusivamente para o interessado.

§ 10º A oferta de dação em pagamento de bens imóveis penhorados suspenderá o processo judicial até a apreciação do pedido pelo Poder Executivo, que terá o prazo de 90 dias para manifestação.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015

[Assinaturas manuscritas]

MÁRCIO RACHECO
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Justificativa:

Muitos devedores que estão sendo executados tiveram penhorados bens imóveis nos autos de executivos, que poderão ser ofertados como dação em pagamento, para satisfazer pelo menos parte da sua dívida perante a fazenda pública. Com a normal demora na tramitação do processo judicial, em face das normas legais, é mais vantajoso para o Estado aceitar esses bens como parte de pagamento e proceder o parcelamento do restante da dívida.

É importante que seja assegurado ao Estado tomar a posse imediata do bem imóvel oferecido em dação em pagamento e por ele aceito.

Quando o devedor oferecer ao Estado bem imóvel penhorado nos Autos de Ação de Execução a título de dação em pagamento, e este formalmente não aceitar, é importante que o devedor tenha a oportunidade de aderir ao programa, pagando ou parcelando a dívida, se já fechado o prazo para sua adesão, com a abertura de novo prazo para que possa participar do PPI.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Emenda ao Plenário nº 10

DAP 22.ABR.2015

Visto *Cláudio*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

A Emenda Modificativa passa a contar com a seguinte redação:

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de modificar o teor do artigo 18 do Projeto de Lei nº 212/2015.

*Retirado
Pelo Autor
em 22/4/2015*
[Assinatura]

O artigo 18, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Acresce os incisos XXIII ao § 1º e o § 9º ao art. 55 da Lei nº 11.580, de 1996, com a seguinte redação:

"XXIII – de 20 (vinte) UPF/PR, por mês de apuração do Imposto, ao contribuinte que não transmitir a Escrituração Fiscal Digital - EFD, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, ou transmiti-la indevidamente sem movimento ou com omissão de dados obrigatórios, ou com dados incorretos, incompletos ou inverídicos.

§ 9º Ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades previstas neste artigo pertinente a documentos fiscais e livros fiscais, aplicam-se, também, em relação aos documentos fiscais emitidos eletronicamente, de existência exclusivamente digital, e à escrituração fiscal digital." (NR).

§ 10 Sem prejuízo do disposto no § 9º deste artigo, ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades pertinentes à Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA/ICMS e à Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST previstas neste artigo, aplicam-se, também, em relação à entrega dos arquivos digitais referentes à EFD - Escrituração Fiscal Digital." (NR)

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.

[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LIDER DO GOVERNO

[Assinatura]
[Assinatura]

15:49 22/04/2015 001852 DEP. ASSUNÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa pretende corrigir a redação do artigo 42 do Projeto de Lei nº 212/2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº	11
DAP	
Visto	Cláudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

A Emenda Modificativa passa a contar com a seguinte redação:

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de modificar o teor do artigo 41 do Projeto de Lei nº 212/2015.

O artigo 41, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. O art. 2º da Lei nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de todos os demais Fundos do Poder Executivo consignados no orçamento fiscal, deverão ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas de qualquer natureza orçamentária, inclusive pessoal e encargos sociais.

Parágrafo único. Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta lei terão vigência no exercício e eventual superávit financeiro na fonte verificado ao final de cada exercício será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado." (NR)

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.

DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LIDER DO GOVERNO

15449 22/04/2015 00:18:53 DP 105571118 1181530000 00 105571118



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa pretende corrigir a redação do artigo 41 do Projeto de Lei nº 212/2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº	12
DAP	
Visto	<i>[Assinatura]</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

A Emenda Modificativa passa a contar com a seguinte redação:

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de modificar o teor do artigo 42 do Projeto de Lei nº 212/2015.

O artigo 42, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42. . Altera a Lei nº 17.579, de 28 de maio de 2013:

I – o § 2º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de recursos vinculados de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.”;

II – acresce os §§ 5º e 6º ao art. 2º com a seguinte redação:

“§ 5º Os recursos transferidos ao SIGERFI PARANÁ referentes a recursos livres serão incorporados ao saldo do Tesouro Geral do Estado.

§ 6º Os saldos de recursos referentes às fontes vinculadas de receita e o superávit financeiro dos fundos estaduais, à exceção daqueles regulamentados ou exigidos por lei federal, apurados ao final de cada exercício serão automaticamente incorporados ao Tesouro Geral do Estado. (NR)”.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.

DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LIDER DO GOVERNO

1549 22/04/2015 08:18:94 DEP ASSINAR LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa pretende corrigir a redação do artigo 42 do Projeto de Lei nº 212/2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº	13
DATA	22 ABR 2015
Visto	<i>Alcandive</i>

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

A Emenda Aditiva passa a contar com a seguinte redação:

Nos termos do §3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de adicionar o § 3º ao artigo 08 do Projeto de Lei nº 212/2015.

O artigo 08, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º. O beneficiário do PPD poderá recolher o débito consolidado, com os descontos de que trata o art. 9º desta Lei:

I - em uma única vez; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I - R\$ 100,00 (cem reais), para pessoas físicas; e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), para pessoas jurídicas.

§ 2º Será exigida autorização de débito automático do valor correspondente às parcelas subsequentes à primeira, em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 3º A Secretaria de Estado da Fazenda poderá afastar a exigência prevista no parágrafo anterior caso o sujeito passivo não possua, justificadamente, conta corrente em instituição bancária conveniada.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.

Dep. Luiz Claudio Romanelli
DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

LIDER DO GOVERNO

15/51 22/04/2015 08:18:55 WP ASSINADO E REGISTRADO NO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

JUSTIFICATIVA

A presente emenda aditiva pretende adicionar o §3º ao artigo 08º do Projeto de Lei nº 212/2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº <u>14</u>
22 ABR 2015
RAP
Visto <u>Plaudino</u>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

A Emenda Modificativa passa a contar com a seguinte redação:

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de modificar a redação do §6º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 212/2015.

O artigo 01, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

I - em parcela única, com a exclusão de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor da multa e de até 60% (sessenta por cento) do valor dos juros; e

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a exclusão de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e de até 40% (quarenta por cento) do valor dos juros.

§ 1º Os valores espontaneamente denunciados poderão ser pagos com os benefícios previstos neste artigo.

§ 2º Os honorários advocatícios para os créditos tributários ajuizados e quitados com os benefícios desta Lei, ficam limitados a 1% (um por cento) do valor do crédito tributário.

§ 3º Para liquidação das parcelas, serão aplicados juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 4º Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso será aplicada, além dos juros referentes ao parcelamento, multa moratória no percentual de vinte por cento.

5º O ingresso no programa impõe ao sujeito passivo a autorização de débito automático das parcelas em conta corrente mantida em instituição bancária conveniada com a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 6º A Secretaria de Estado da Fazenda poderá afastar a exigência prevista



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

no parágrafo anterior caso o sujeito passivo não possua, justificadamente, conta corrente em instituição bancária conveniada.:

§ 7º O disposto neste artigo:

I - se aplica aos créditos tributários em que sejam exigidas as penalidades previstas no § 1º do art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, inclusive as dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, alínea "a" do inciso XIII, alínea "g" do inciso XV e alíneas "b" e "c" do inciso XVII, e as penalidades correlatas das Leis Ordinárias anteriores do ICMS ou do ICM; e

II - não enseja a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas e não se aplica cumulativamente com a redução das multas de que trata o art. 40 da Lei nº 11.580, de 1996, e nem com outros benefícios anteriormente concedidos.

§ 8º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em ato do Poder Executivo..

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

LIDER DO GOVERNO

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa pretende modificar o §6º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 212/2015.



Assembleia Legislativa do Estado do

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº	15
Paraná	22 ABR. 2015
DAP	
Visto	<i>Claudio</i>

SUBEMENDA SUPRESSIVA A EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

A Subemenda Supressiva a Emenda Modificativa da CCJ passa a contar com a seguinte redação:

Nos termos do §1º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente Subemenda a fim de alterar o teor da emenda modificativa da CCJ, ao artigo 43 do Projeto de Lei nº 212/2015.

O artigo 43, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. Autoriza a baixa dos saldos das subcontas de que trata o parágrafo 2º do art. 2º da Lei nº 17.579, de 2013, existentes na data de publicação desta Lei."

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

LIDER DO GOVERNO







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

JUSTIFICATIVA

A presente subemenda supressiva pretende corrigir a redação do artigo 43 do Projeto de Lei nº 212/2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de Plenário nº	16
DAP	22 ABR. 2015
Visto	Claudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/15

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §4º e 141, I do Regimento Interno dessa Casa de Leis, apresento a presente emenda modificativa ao projeto de Lei em comento, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º O Art. 27 do Projeto de Lei nº 212/15 passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 27. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, ou, **observados os princípios concorrenciais**, a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado por instituição financeira oficial credenciada pela Secretaria de Estado da Fazenda.”

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições legais.



Sala das sessões, em 15 de abril de 2015.


TIAGO AMARAL

Deputado Estadual

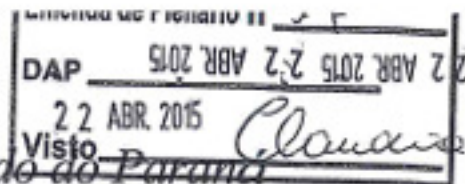

TIÃO MEDEIROS

Deputado Estadual



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/15

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §1º e 141, I do Regimento Interno dessa Casa de Leis, apresento a presente emenda supressiva ao projeto de Lei em comento, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica suprimido o art. 26 do projeto de lei 212/15.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições legais.

Sala das sessões, em 15 de abril de 2015.


TIAGO AMARAL

Deputado Estadual


TIAGO MEDEIROS

Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

A emenda não descaracteriza o projeto de lei, somente visa resguardar sua constitucionalidade, uma vez que o valor da multa somente pode ser alterado através de lei, em respeito ao princípio da legalidade.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO TIÃO MEDEIROS

Emenda de Plenário nº 18

DAP 22 ABR 2015

Visto laudine

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda modificativa a fim de alterar o teor do *caput* do art. 20 do Projeto de Lei nº 212/2015, para que passe a constar com a seguinte redação:

"Art. 20. O arrolamento de bens e direitos poderá ser procedido após a constituição do crédito tributário e até o início da execução fiscal, por Delegado da Receita, mediante proposta de Auditor Fiscal, sempre que a soma dos créditos de responsabilidade do sujeito passivo exceder, cumulativamente."

Sala das Sessões, 22 de abril de 2015.


TIAGO AMARAL

Deputado Estadual


TIÃO MEDEIROS

Deputado Estadual




Praça Nossa Senhora da Salette, s/n

Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252

www.tiaomedeiros.com.br

16:18 22/04/2015 001906 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO TIÃO MEDEIROS

JUSTIFICATIVA

A emenda não descaracteriza o projeto, somente visa resguardar que o arrolamento seja procedido por Delegado da Receita, mediante proposta de Auditor Fiscal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de Plenário nº	19
DAP	22. ABR 2015
Visto	<i>Olandia</i>

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/15

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §3º e 141, I do Regimento Interno dessa Casa de Leis, apresento a presente emenda aditiva ao projeto de Lei em comento, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 31 do projeto de lei nº 212/15, com a seguinte redação:

Art. 31. (...)

Parágrafo único: os resultados decorrentes das operações previstas neste TÍTULO deverão ser investidos exclusivamente em obras de infraestrutura e logística.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições legais.

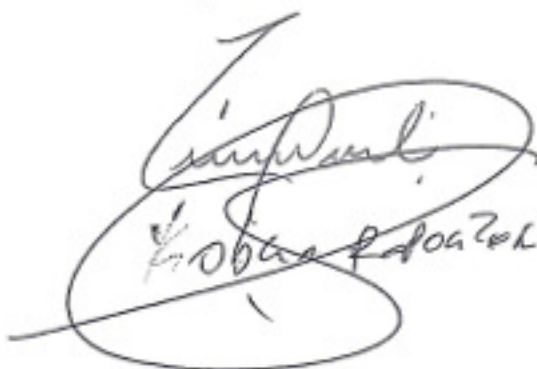
Sala das sessões, em 15 de abril de 2015.


TIAGO AMARAL

Deputado Estadual


TÍAO MEDEIROS

Deputado Estadual


Roberto Padoa-Schiavon







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

A emenda não descaracteriza o projeto, somente visa resguardar que os resultados decorrentes das operações previstas neste no referido Título deverão ser investidos exclusivamente em obras de infraestrutura e logística.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

22 ABR. 2015

Visto

Claudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 212/15

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §4º e 141, I do Regimento Interno dessa Casa de Leis, apresento a presente emenda modificativa ao projeto de Lei em comento, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º O *caput* do art. 33 do projeto de lei n° 212/15, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 33. *Autoriza o Poder Executivo a constituir Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de sociedade por ações, com maioria do capital votante detida pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, tendo por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado, através de parceiro privado escolhido nos termos da Lei n° 8.666/1993.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições legais.

Sala das sessões, em 15 de abril de 2015.


TIAGO AMARAL

Deputado Estadual


TIAO MEDEIROS

Deputado Estadual


Roberto Leão


Sérgio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

A emenda não descaracteriza o projeto de lei, somente visa resguardar que os recursos de origem pública sejam cedidos mediante licitação, para garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº 21
22 ABR 2015
Visto *[assinatura]*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2015

A Emenda Modificativa passa a contar com a seguinte redação:

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de modificar o teor do artigo 18 do Projeto de Lei nº 212/2015.

O artigo 18, do Projeto de Lei nº 212/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Acresce os incisos XXIII ao § 1º e o § 9º ao art. 55 da Lei nº 11.580, de 1996, com a seguinte redação:

"XXIII – de 20 (vinte) UPF/PR, por mês de apuração do imposto, ao contribuinte que não transmitir a Escrituração Fiscal Digital - EFD, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, ou transmiti-la indevidamente sem movimento ou com omissão de dados obrigatórios, ou com dados incorretos, incompletos ou inverídicos.

§ 9º Ressalvada expressa disposição em contrário, as penalidades previstas neste artigo pertinente a documentos fiscais e livros fiscais, aplicam-se, também, em relação aos documentos fiscais emitidos eletronicamente, de existência exclusivamente digital, e à escrituração fiscal digital." (NR).

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.

[Assinatura]
DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

LIDER DO GOVERNO

JUSTIFICATIVA

[Assinatura]
SOLIAVINA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

A presente emenda modificativa pretende corrigir a redação do artigo 42 do Projeto de Lei nº 212/2015.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre as Emendas de Plenário apresentadas ao **Projeto de Lei (PL) nº 212, de 2015**, de autoria do PODER EXECUTIVO que "dispõe sobre a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências."

Projeto de Lei nº 212/15 – Mensagem nº 010/2015.

Emenda nº 01 – Aditiva (retirada); Emenda nº 02 – Modificativa; Emenda nº 03 – Aditiva; Emenda nº 04 – Aditiva; Emenda nº 05 – Modificativa; Emenda nº 06 – Aditiva; Emenda nº 07 – Modificativa; Emenda nº 08 – Aditiva; Emenda nº 09 – Aditiva; Emenda nº 10 – Modificativa (retirada); Emenda nº 11 – Modificativa; Emenda nº 12 – Modificativa; Emenda nº 13 – Aditiva; Emenda nº 14 – Modificativa; Emenda nº 15 – Modificativa; Emenda nº 16 – Modificativa; Emenda nº 17 – Supressiva; Emenda nº 18 – Modificativa; Emenda nº 19 – Aditiva; Emenda nº 20 – Modificativa; Emenda nº 21 – Modificativa.

i. Relatório

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e

VISTA EM 23.04.15

Dep. Pericles

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

CCJ

Edifício Tancredo Neves, Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná. CEP 80530-911

Fone (fax): (41) 3350 4006
Internet: www.pedrolupion.com.br
E-mail: dep.pedrolupion@gmail.com



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



adota outras providências, sendo que o mesmo recebeu parecer favorável na formas das emendas modificativas e aditivas propostas pelo relator, na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em face do voto exarado pelo relator Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu vinte e uma emendas, conforme artigo 137 e incisos do regimento interno desta casa de leis.

Por esta razão é que as emendas supramencionadas se submetem a análise de constitucionalidade por esta Comissão de Constituição e Justiça.

ii. Fundamentação

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e todas devidamente apoiadas pelo número mínimo de cinco Deputados.



Emenda nº 01 – Aditiva.

A emenda aditiva sob nº 01, foi retirada pelo autor.

Emenda nº 02 – Modificativa.

A emenda modificativa sob nº 02, pretende modificar o artigo 27 do projeto original, em sua parte final, com o intuito de incluir “todos os fatos geradores até 31 de dezembro de 2014”.

“Art. 27. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações, todos com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014”

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-as consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais.

Contudo, no que tange a análise da legalidade da proposta apresentada, em consonância com o projeto de lei sob nº 212/2015, esta deve ser rejeitada, eis que, a medida pretendida em limitar ou fixar como fato gerador até 31 de dezembro de 2014, já se encontra prevista na sua essência no §1º, do artigo 27, senão vejamos:

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Desta forma, verifica-se que a presente emenda modificativa se traduz em um *bis in idem* do que prescreve e pretende o parágrafo primeiro do mesmo artigo, ou seja, a obrigação de que os fatos geradores já tenham ocorrido. Por isso, a **mesma deve ser rejeitada.**

Emenda nº 03 – Aditiva.

A emenda Aditiva, em síntese, almeja incluir parágrafo único ao artigo 27 do projeto de lei original, que fixa a data limite de 31 de dezembro de 2018 para a antecipação de direitos creditórios no âmbito do programa paraná competitivo.

"Art. 27. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações".

"Parágrafo único. Com relação aos direitos creditórios decorrentes de incentivos fiscais concedidos no âmbito do Programa Paraná Competitivo, o Poder Executivo poderá antecipar o valor que será recolhido até o limite da atual administração, ou seja, até 31 de dezembro de 2018".

O Regimento Interno, em seu art. 137, §3º, prevê a possibilidade de Emenda Aditiva ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como, não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º. Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Aditiva se apresenta em consonância com ditames constitucionais, por não se vislumbrar inicialmente qualquer afronta.

Contudo, no que tange a análise da legalidade da proposta apresentada, em consonância com o projeto de lei sob nº 212/2015 e o regimento interno desta



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



casa de leis, esta deve ser rejeitada, eis que, a medida pretendida não guarda qualquer correlação com o projeto em questão bem como o descaracteriza.

Ademais, quando o poder público realiza uma operação/programa desta forma, ele busca a maior abrangência possível e a maximização dos resultados e lucratividade, medida que a limitação descaracteriza a aplicação e viabilidade do projeto de lei.

Outrossim, ao aprovar o texto almejado pelo autor da emenda haveria ingerência do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, uma vez que limitaria a atuação deste em relação ao Programa, ora instituído.

Portanto, a Emenda acima mencionada encontra óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **ser rejeitada.**

Emenda nº 04 – Aditiva.

A emenda nº. 04, em resumo, pretende acrescentar o parágrafo único ao artigo 17 do Projeto de Lei inicial, para o fim de garantir o repasse constitucional de 50% do Municípios sobre o valor líquido arrecadado, relacionado aos débitos de IPVA.

Art. 17. No caso de liquidação de débito de IPVA, o Poder Executivo estabelecerá disciplina específica para a transferência do produto arrecadado aos municípios.

Parágrafo único. A transferência do produto, a que se refere o caput deste artigo, deverá ocorrer visando à garantia do repasse constitucional de 50% aos municípios sobre o valor líquido arrecadado.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §3º, prevê a possibilidade de Emenda Aditiva ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º. Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Aditiva se apresenta em consonância com ditames constitucionais, vez que reproduz garantia constitucional já versada no artigo 158 da Carta Magna.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

(...);

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

Desta forma, verifica-se que a presente emenda aditiva se traduz em um *bis in idem* da garantia constitucional de repasse já atribuída ao Município e não assiste razão de ser incluí-la no projeto de lei em apreço. Por isso, a mesma ser rejeitada.

Emenda nº 05 – Modificativa.

A emenda modificativa sob nº 05, pretende modificar o § 7º do artigo 1º e artigo 11 do projeto original, com o intuito de fixar prazo para o poder executivo determinar a adesão ao programa:.

“Art. 1º Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados, poderão ser pagos:

(...);

§7. O poder executivo deverá, no prazo máximo de 180 dias a contar da data de aprovação da presente lei, expedir ato estipulando prazo para a formalização do pedido de ingresso do programa”.

Art. 11. O poder executivo deverá, no prazo máximo de 180 dias, expedir ato estipulando prazo para adesão ao PPD, bem como os prazos para pagamento.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-as consoante se infere:



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais, por não se vislumbrar inicialmente afronta constitucional.

Contudo, no que tange a análise da legalidade da proposta apresentada, em consonância com o projeto de lei sob nº 212/2015, esta deve ser rejeitada, eis que, a medida pretendida em determinar a fixação de prazo para formalização de pedido ou prazo para a adesão ao programa aqui versado, já se encontra prevista no §7º do artigo 1º do projeto original, vejamos:

§ 7º A formalização do pedido de ingresso no programa observará o prazo estabelecido em ato do Poder Executivo.

A fixação de prazo temporal para a expedição de ato fere o princípio da separação dos poderes, bem como o da discricionariedade administrativa.

Outrossim, ao aprovar o texto almejado pelo autor da emenda haveria ingerência do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, uma vez que condicionaria a atuação deste.

Por isso, a **mesma ser rejeitada.**

Emenda nº 06– Aditiva.

A emenda nº. 06, em resumo, pretende acrescentar o parágrafo único ao artigo 29 do Projeto de Lei inicial, para o fim de garantir autorização da Assembleia Legislativa em casos que a negociação dos títulos onerosos tenha deságio.

Art. 29. Para os fins do disposto nesta Lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

Parágrafo único. Na hipótese de negociação de títulos onerosos, se houver deságio, esta dependerá de prévia autorização do poder legislativo.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



O Regimento Interno, em seu art. 137, §3º, prevê a possibilidade de Emenda Aditiva ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º. Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Aditiva se apresenta em consonância com ditames constitucionais, por não apresentar nenhuma contradição aparente.

Contudo, no que tange a análise da legalidade da proposta apresentada, em consonância com o projeto de lei sob nº 212/2015, esta deve ser rejeitada, eis que, a medida pretendida já se encontra prevista no artigo 29, ao versar que **“o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas”**, não havendo deságio.

Outrossim, ao aprovar o texto almejado pelo autor da emenda haveria ingerência do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, uma vez que condicionaria a atuação deste.

Desta forma, a presente emenda aditiva deve **ser rejeitada**.

Emenda nº 07 – Modificativa.

A emenda nº. 07, Modificativa, em síntese, tem por finalidade modificar o §3º do artigo 12 do Projeto de Lei inicial, de autoria do Poder Executivo, conforme se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa não se apresenta em consonância com ditames constitucionais, tendo em vista que afronta o princípio da autotutela administrativa e a garantia de acesso a justiça pelo particular.

Desta forma, no que tange a análise da legalidade da proposta apresentada, em consonância com o projeto de lei sob nº 212/2015, esta deve ser rejeitada, eis que, a medida pretendida fere o princípio da autotutela que é possibilidade da administração pública rever seus atos a qualquer tempo, anulando-os quando ilegais.

Portanto, a Emenda acima mencionada encontra óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser rejeitada.

Emenda nº. 08 - Aditiva

A emenda Aditiva de nº 8, em síntese, almeja incluir o inciso III e parágrafos 3º a 5º ao artigo 8º do Projeto de Lei inicial proposto pelo Poder Executivo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, parágrafo 3º e 5º do referido artigo, prevê a possibilidade de emenda aditiva ao projeto de lei apresentado, desde que não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. (grifos nossos)

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Aditiva não apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista que o código civil já disciplina o assunto em questão, dação em pagamento e suas formalidades, medida pela qual, a presente emenda não se apresenta em coesão ao projeto inicial, devendo ser rejeitada.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Emenda nº. 09 - Aditiva

A emenda nº. 09, em resumo, tem por finalidade acrescentar o inciso III e os parágrafos 8º a 10º ao artigo 1º do Projeto de Lei inicial, conforme segue em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, parágrafo 3º e 5º do referido artigo, prevê a possibilidade de emenda aditiva ao projeto de lei apresentado, desde que não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. (grifos nossos)

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Aditiva não apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista que o código civil já disciplina o assunto em questão, dação em pagamento e suas formalidades, medida pela qual, a presente emenda não se apresenta em coesão ao projeto inicial, **devendo ser rejeitada.**

Emenda nº. 10 - Modificativa

A emenda de nº. 10, foi retirada pelo autor.

Emenda nº. 11 - Modificativa

A emenda Modificativa de nº. 11, em síntese, tem por designio alterar o disposto no artigo 41 do Projeto de Lei inicial, proposto pelo Poder Executivo, consoante se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coerência ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **ser aprovada.**

Emenda nº. 12 - Modificativa

A emenda de nº. 12, em síntese, tem por escopo modificar o teor do artigo 42 do Projeto de Lei inicial, de autoria do Poder Executivo, conforme se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coesão ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **ser aprovada.**

Emenda nº. 13 - Aditiva

A emenda Aditiva de nº. 13, em súmula, têm por objetivo adicionar §3º ao artigo 8º do Projeto de Lei inicial proposto pelo Poder Executivo, conforme se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, parágrafo 3º e 5º do referido artigo, prevê a possibilidade de emenda aditiva ao projeto de lei apresentado, desde que não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. (grifos nossos)

Desta forma, verifica-se que a presente emenda Aditiva está perfeitamente coerente com os ditames legais e constitucionais, bem como apresenta convergência como à técnica legislativa utilizada, devendo a mesma ser aprovada.

Emenda nº. 14 - Modificativa

A emenda de nº. 13, em síntese, contém a finalidade modificar a redação do § 6º do artigo 1º do Projeto de Lei inicial, de autoria do Poder Executivo, segundo consta em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coesão ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

Emenda nº. 15 – Subemenda Supressiva a Emenda Modificativa



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



A Subemenda Supressiva de nº. 15, em resumo, pretende alterar o teor da Emenda Modificativa ao que se refere a alteração do artigo 43 do Projeto de Lei inicial, proposto pelo Poder Executivo, consoante se demonstra em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, § 1º, prevê a possibilidade em se oferecer emenda supressiva ao projeto de lei apresentado, bem como o art. 138 do mesmo diploma legal prevê a possibilidade de apresentar uma emenda a outra, denominando-se *Subemenda*, conforme se verifica:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifos nossos)

Art. 138. A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Desta Forma, constata-se que a presente Subemenda Supressiva apresenta consonância com ditames legais e regimentais.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **ser aprovada.**

Emenda nº. 16 - Modificativa

A emenda de nº. 16, em síntese, tem por escopo modificar o teor do artigo 27 do Projeto de Lei inicial, de autoria do Poder Executivo, conforme se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Contudo, afim de adequá-la aos preceitos legais aplicáveis e a técnica legislativa sugere-se a sua modificação nos termos da inclusa subemenda.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Emenda nº. 17 - Supressiva

A emenda Supressiva de nº. 17, em resumo, pretende suprimir o artigo 26 do Projeto de Lei inicial, proposto pelo Poder Executivo, consoante se demonstra em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, § 1º, prevê a possibilidade em se oferecer emenda supressiva ao projeto de lei apresentado, conforme se verifica:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifos nossos)

Desta Forma, constata-se que a presente Subemenda Supressiva apresenta consonância com ditames legais e regimentais.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **ser aprovada.**

Emenda nº. 18 - Modificativa

A emenda nº. 18, em resumo, pretende modificar o disposto no *caput* do artigo 20 do Projeto de Lei inicial proposto pelo Poder Executivo, consoante se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coerência ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **ser aprovada.**

Emenda nº. 19 - Aditiva



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



A emenda Aditiva de nº. 19, em súmula, têm por finalidade inserir o parágrafo único ao artigo 31 do Projeto de Lei inicial proposto pelo Poder Executivo, conforme se infere em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, parágrafo 3º e 5º do referido artigo, prevê a possibilidade de emenda aditiva ao projeto de lei apresentado, desde que não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal. (grifos nossos)

Desta forma, verifica-se que a presente emenda Aditiva está perfeitamente coerente com os ditames legais e constitucionais, bem como apresenta convergência como à técnica legislativa utilizada, **devendo a mesma ser aprovada.**

Emenda nº. 20 - Modificativa

A emenda modificativa de nº. 20, em resumo, tem a pretensão de modificar o caput do artigo 33 do Projeto de Lei inicial, de autoria do Poder Executivo, segundo consta em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coesão ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

Emenda nº. 21 - Modificativa



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



A emenda de nº. 21, em súmula, têm por finalidade alterar a redação do artigo 18 do Projeto de Lei inicial, de autoria do Poder Executivo, conforme se verifica em anexo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coesão ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma **ser aprovada.**

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº. 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº. 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

SUBEMENDA ADITIVA Nº À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 16 **APRESENTADA AO PL Nº 212, DE 2015**

Nos termos do artigo 138 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresenta-se a presente Subemenda Aditiva, alterando a redação do artigo 27, do PL nº 212, de 2015, o qual passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 27. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o art. 33 desta Lei, ou a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto ou não de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos aos impostos, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

§ 1º A cessão compreenderá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujos fatos geradores já tenham ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos ou não na Dívida Ativa do

Página 16 de 17



PODER LEGISLATIVO

Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§3º No caso de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, na forma do "caput" deste artigo, observar-se-á impreterivelmente o princípio da legalidade"

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais e constitucionais, bem como as emendas apresentarem consonância com o artigo 137 e 141, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se pela **APROVAÇÃO das Emendas propostas em Plenário sob nº 11 a 15, 17 a 21; e pela REJEIÇÃO das Emendas sob nº 02 a 09 e apresentação da subemenda aditiva à emenda modificativa nº 16.**

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dip Periles
Sconovaca
relocando
27.04

APROVADO

27.04.15 Q.

PROJETO DE LEI 252/2015

Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º A Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 O Conselho de Administração será integrado por 10 (dez) Conselheiros efetivos e 10 (dez) suplentes, todos escolhidos dentre agentes públicos estaduais portadores de diploma universitário.

§ 1º Os Conselheiros serão indicados na forma a seguir descrita:

a) 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes indicados pelo Governador do Estado do Paraná;

b) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

c) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

d) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Ministério Público;

e) 4 (quatro) efetivos e 4 (quatro) suplentes eleitos diretamente pelos servidores públicos efetivos do Estado do Paraná;

f) 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente eleitos diretamente pelos aposentados e pensionistas do Estado do Paraná.

§ 2º As indicações a que se refere o parágrafo anterior, serão feitas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato dos respectivos Conselheiros antecessores.

§ 3º Na hipótese de não atendimento aos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a escolha dos Conselheiros a que se refere o § 1º deste artigo passará à competência do Governador do Estado.

§ 4º Os servidores efetivos, assim como os aposentados e pensionistas, escolherão seus representantes em processo eleitoral a ser regulado pelas entidades sindicais representantes dos servidores públicos estaduais do Paraná.

§ 5º O Governador do Estado escolherá o presidente do Conselho de Administração dentre os 10 (dez) Conselheiros titulares indicados na forma do § 1º deste artigo.”;

II – o § 1º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O presidente do Conselho terá voz e voto, além do voto de qualidade no caso de empate.”;

III – o art. 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 O Conselho Fiscal será integrado por 8 (oito) Conselheiros efetivos e 8 (oito) suplentes, todos servidores públicos efetivos portadores de diploma universitário, observado o seguinte:

I – 1 (um) efetivo e (1) um suplente indicados pelo Governador do Estado;

II - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Tribunal de Justiça do Paraná;

III - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente indicados pelo Ministério Público Estadual;

IV - 1 (um) efetivo e 1(um) suplente indicados pela Assembleia Legislativa do Paraná;

V - 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes eleitos diretamente pelos servidores públicos efetivos do Estado do Paraná;

VI - 1(um) efetivo e 1 (um) suplente eleitos diretamente pelos aposentados e pensionistas do Estado do Paraná.

§ 1º Os servidores efetivos, assim como os aposentados e pensionistas, escolherão seus representantes em processo eleitoral a ser regulado pelas



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

entidades sindicais representativas dos servidores públicos estaduais do Paraná.

§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 3º Os membros efetivos do Conselho Fiscal perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 50% (cinquenta por cento) de remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

§ 4º O Governador do Estado escolherá o presidente do Conselho Fiscal dentre os 8 (oito) Conselheiros titulares indicados na forma do *caput* deste artigo.

§ 5º O presidente do Conselho terá voz e voto, além do voto de qualidade no caso de empate."

Art. 2º A Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º – A Parana Previdência, criada pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, constitui-se, nos termos da Constituição Federal, no Órgão Gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

§ 1º Para a perfeita consecução de suas finalidades, a Parana Previdência celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Os convênios a serem firmados com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado disporão, dentre outras questões, sobre o fluxo de tramitação dos processos de aposentadorias, respeitando a autonomia financeira e administrativa de cada qual, por meio de cláusulas que observem as prerrogativas de:

I – conceder aposentadorias, mediante regular procedimento administrativo;

II – gerar a folha de pagamentos das aposentadorias; e

III – requisitar junto à Parana Previdência os recursos necessários para o adimplimento da folha de pagamentos de aposentadorias dos segurados e

beneficiários vinculados ao Fundo de Previdência, os quais serão entregues na data a que se refere o art. 136 da Constituição do Estado do Paraná.”;

II – o art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas, que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003, bem como aqueles que contarem com idade igual ou superior a 73 (setenta e três) anos até 30 de junho de 2015.

§ 1º Os benefícios concedidos aos segurados e seus pensionistas, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência.

§ 2º Em razão do novo critério de segregação de massa, o Fundo de Previdência arcará com os benefícios previdenciários de que trata o *caput* deste artigo, referentes a cada um dos Poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, observada a cota-parte de cada qual.

§ 3º Levando-se em conta todos os bens e direitos do Fundo de Previdência, a ParanaPrevidência, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, deverá apresentar demonstrativo da cota-parte correspondente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, junto ao Fundo de Previdência, desde maio de 1999 até a publicação desta Lei.

§ 4º Consideram-se bens e direitos do fundo, para os fins da apuração a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo, o total dos recursos existentes, incluindo todos os valores, recursos financeiros, títulos e direitos de crédito e bens disponíveis, dentre os quais os créditos que o Fundo de Previdência possui junto ao Estado do Paraná e às suas autarquias e fundações, assim como os montantes que foram aportados em decorrência da antecipação dos *royalties*.

§ 5º Para apuração da devida cota-parte, conforme disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, deverão ser considerados todos os fatores que contribuíram para a formação do montante de recursos capitalizados no Fundo de Previdência na data de publicação desta Lei.

§ 6º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior a ParanaPrevidência emitirá Nota Técnica Atuarial descritiva com os parâmetros utilizados para obtenção dos resultados.”;

III – o art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. O Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos civis, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003, excluídos aqueles que contarem com idade igual ou superior a 73 (setenta e três) anos até 30 de junho de 2015. (NR)"

IV – acresce os §§ 3º, 4º e 5º ao art. 20, com a seguinte redação:

§ 3º Antes de quaisquer alterações na Política de Recursos Humanos do Estado, no que concerne à seguridade funcional, estas serão submetidas aos necessários estudos atuariais e a adaptação do Plano de Benefícios Previdenciários pela ParanaPrevidência.

§ 4º O órgão gestor do RPPS estadual será responsável pelo controle de arrecadação da Contribuição Previdenciária de todos os servidores civis e militares, ativos e da reserva remunerada ou reformados, bem como dos pensionistas, inscritos no Regime Próprio de Previdência Social.

§ 5º Em razão das alterações decorrentes da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012 e da presente Lei, a ParanaPrevidência, mediante o envio dos respectivos cadastros pelos órgãos de origem, promoverá anualmente a atualização das listas de vinculação de todos os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, magistrados, membros do Ministério Público e Conselheiros do Tribunal de Contas, ativos e inativos, e militares ativos e da reserva remunerada ou reformados, ao respectivo Fundo Público de Natureza Previdenciária."

Art. 3º O Estado do Paraná aportará no Fundo de Previdência, para a capitalização e ampliação do período de solvência, as receitas adicionais provenientes do reinício do repasse ao Estado dos royalties da usina de Itaipu, até a totalização do aporte de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), atualizados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 4º Será criado um grupo de trabalho, com participação paritária de representantes dos servidores públicos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público, com o objetivo de discutir matérias pertinentes ao aperfeiçoamento do Regime Próprio de Previdência Social, bem como o Regime de Previdência Complementar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 6º Revoga o § 3º do art. 30 da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 07/04/2015

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 07 ABR. 2015

[Assinatura]

1º Secretário

MENSAGEM

Nº 016/2015

Curitiba, 06 de abril de 2015.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

1. Breve Histórico do Modelo Previdenciário Paranaense

Em 15 de dezembro de 1998 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 20, dando início a chamada "Reforma da Previdência", concluída pelas Emendas Constitucionais nº 41/03, 47/05 e 70/12. A partir de então, o regime de previdência próprio dos servidores passou a ser contributivo e solidário, consoante dispõe o artigo 40, *caput*:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Em consonância com aqueles princípios que almejaram preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, referida emenda também introduziu o artigo 249 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre a composição do fundo capitalizado com vistas a, em adição aos recursos do tesouro, assegurar recursos para pagamento de proventos de aposentadoria e pensões:

Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Nesse sentido a Lei Federal nº 9.717/98 veio estabelecer as regras gerais aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos de todos os entes federativos, dispondo sobre a sua organização e gestão, que devem ser fundadas em normas gerais de contabilidade e atuária, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial.

O equilíbrio financeiro e atuarial alcança, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que em seu art. 69 determina: *"O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial."*

Pode-se afirmar, portanto, que o buscado equilíbrio financeiro e atuarial depende de questões técnicas, que somente podem ser analisadas de acordo com as normas contábeis e atuariais, as quais tem por objetivo a sustentabilidade do sistema previdenciário, no presente e no futuro. Vale dizer, esse equilíbrio financeiro e atuarial deve ser perene.

Diante deste cenário nacional, e com base nestes artigos da Constituição, o estado do Paraná saiu na frente e logo em 30 de dezembro de 1998 aprovou a lei paranaense nº 12.398/98 – que criou a PARANAPREVIDÊNCIA como unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Paraná (RPPS), bem como iniciou a constituição das reservas do Fundo de Previdência, através de contribuições previdenciárias, aportes, *royalties* e doações levados a efeito pelo Estado do Paraná.

Na exposição de motivos da Lei-PR 12.398/98 extrai-se a importante motivação que refletia o cenário a justificar a postura do Estado:

"A constatação preocupante é o crescimento vertiginoso dessas despesas em relação às despesas totais com pessoal, vislumbrando-se, para um futuro próximo, a igualdade entre o que se pagará para os ativos e o que se gastará com inativos."

No Paraná, a situação não é diferente. A parcela da Receita Corrente Líquida destinada a pagamento de despesas com pessoal (ativos, inativos e pensionistas) atingiu 74,68% em dezembro de 1996. Do total das despesas com pessoal, as despesas com inativos e pensionistas representavam 30,23%, e da receita corrente líquida representam 21,20%. Em setembro de 1997 já eram 31,20% do total das despesas com pessoal. Independentemente do percentual, causa preocupação a velocidade de crescimento real anual (acima da inflação) das despesas totais com pessoal, que tem sido da ordem de 15,13% e, principalmente das despesas com inativos, numa grandeza de 16,5% ao ano.

Em realista projeção efetuada temos que, em aproximadamente 7 anos, ou seja, antes do final do ano de 2004, as despesas totais com pessoal poderão chegar a 100% da receita corrente líquida."

Nessa esteira, sobreveio a segregação de massas, que consistia na vinculação de parte dos servidores a um fundo de repartição simples (fundo financeiro) e um outro grupo de servidores a um fundo capitalizado (fundo de previdência).

O critério para divisão das massas foi assim: Fundo de Previdência: Homens com idade inferior a 50 anos e mulheres com idade inferior a 45. O Fundo Financeiro era o responsável pela massa restante.

O fundo financeiro deveria se extinguir ao longo do tempo, enquanto o fundo capitalizado é perene, em constante busca do equilíbrio financeiro e atuarial.

2. Da revisão do Plano de Custeio (2012)

Durante a evolução do plano alguns fatores exigiram a sua revisão. Por diversos anos, o egrégio Tribunal de Contas do Paraná bem como o Ministério da Previdência Social apontaram pela necessidade de revisão do custeio, em razão do crescente desequilíbrio atuarial que no final de 2011 foi registrado em mais de R\$ 7 Bilhões. Se nada fosse feito, o plano se extinguiria em 2021.

Assim, em 2012, visando atender reiteradas ressalvas e determinações do e. Tribunal de Contas do Estado, o plano de custeio foi reestruturado, derivando na edição da Lei Paranaense nº 17.435.

Novo plano de custeio foi confeccionado, com novo corte de massas além da criação do Fundo Militar que passou a vincular todos militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados.

Em síntese, o novo corte de massas teve como critério a data de ingresso do servidor no serviço público. Quem ingressou após 31 de dezembro de 2003 estará vinculado ao Fundo de Previdência. Os que ingressaram antes daquela data ficaram vinculados ao Fundo Financeiro.

Vale ressaltar que essa reestruturação do Plano de Custeio ocorrida, além das correções pontuais, permite a atual remodelação do corte de massas existente, com base no necessário reequilíbrio das contas.

O Plano de Custeio encontra-se equilibrado atuarialmente, estando o Fundo de Previdência superavitário. Com isto, novos estudos podem ser realizados para aferir a capacidade de assunção de novas obrigações pelo Fundo de Previdência.

Assim, em virtude do cenário de crise econômica nacional e, sobretudo, sendo o Estado do Paraná o ente da federação que possui o maior patrimônio previdenciário constituído (sequer a União ou então o estado de São

Paulo possui patrimônio previdenciário constituído) é que foi produzida a presente proposta de projeto de lei.

3. Do novo corte de Massas, Desoneração do Tesouro, Finalidade do Fundo de Previdência, Sustentabilidade e equilíbrio atuarial

É certo dizer, que o Fundo de Previdência possui como razão de existir a sustentabilidade, e, o escopo finalístico de desonerar o Estado do pagamento dos aposentados, pensionistas, militares da reserva e reformados.

Nesse sentir é que a PARANAPREVIDÊNCIA mantém permanentemente uma equipe de técnica e atuarial com vistas a acompanhar a evolução e manutenção do plano de custeio.

Assim, diante de novo estudo atuarial, surge a presente proposta de migração de parte da massa que se encontra atualmente vinculada ao Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência, sempre respeitando critérios de solvência, liquidez e equilíbrio financeiro e atuarial insculpidos do artigo 40, caput da Carta Magna.

Em termos práticos, a massa consistiria nos servidores civis aposentados e pensionistas que possuam 73 anos completos ou mais, na data da publicação da presente lei, que passariam a estar vinculados ao Fundo de Previdência.

Os reflexos imediatos seriam:

- 1- Redução da folha mensal do fundo financeiro em aproximadamente R\$ 142,5 milhões;
- 2- Preservação do fundo capitalizado;
- 3- Manutenção do equilíbrio atuarial - art. 40 da Constituição Federal e art. 1º da Lei 9.717;
- 4- Solvência de 29 anos - dentro de um nível justificável;
- 5- Custeio suplementar necessário a partir de 21 anos;
- 6- Financiamento do custo suplementar amparado pelo art. 20 da Lei nº 17.435/2012
- 7- Probabilidade de necessidade de ingresso de novos recursos ou aportes
- 8- Mantém o mesmo plano de custeio - Lei nº 17.435/2012

Tal proposta, além da baliza atuarial, também possui espeque na legislação de regência, a saber, o artigo 20, §1º da Portaria nº 403 do MPS, que permite a conjugação de critérios (idade, ingresso e condição de ativo/inativo/pensionista).

Em suma, o presente Anteprojeto de Lei almeja conciliar a manutenção do modelo de capitalização com a necessária desoneração do tesouro, de forma técnica, equilibrada e que homenageie os equilíbrios financeiros e atuariais.

Por derradeiro, não obstante todas as dificuldades acima relatadas, a Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Paraná continuará honrando seus compromissos, sempre buscando o aperfeiçoamento da legislação previdenciária, aprimoramento da gestão e o desenho de um modelo previdenciário equilibrado financeira e atuarialmente, além de viável do ponto de vista da sociedade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 12398 - 30 de Dezembro de 1998

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5405 de 30 de Dezembro de 1998

(vide Lei 12825, de 28/12/1999) (vide ADIN 1956-2)

Súmula: Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE em serviço social autônomo, denominado PARANAPREVIDÊNCIA e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DO SISTEMA DE SEGURIDADE FUNCIONAL DO ESTADO CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÃO INTRODUTÓRIA

Art. 1º. Fica criado o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo os Programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, de que são beneficiários, nos termos desta Lei, os agentes públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas.

TÍTULO II DA SEGURIDADE FUNCIONAL CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, autarquia criada pela Lei Estadual nº. 4.339, de 28 de fevereiro de 1961, é transformado em instituição, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, natureza de serviço social autônomo paradministrativo, com a denominação de PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 3º. A PARANAPREVIDÊNCIA será ente de cooperação governamental, no cumprimento, pelo Estado do Paraná, de suas obrigações de Seguridade Funcional, e terá por finalidade gerir o respectivo Sistema, segundo regime de benefícios e serviços previsto nesta Lei.

Art. 4º. A PARANAPREVIDÊNCIA terá como sede e foro a Capital do Estado, e sua duração será por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DA VINCULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Art. 5º. A PARANAPREVIDÊNCIA vincular-se-á, por cooperação ao Governo do Estado através do Secretário Especial para Assuntos de Previdência, que supervisionará a execução do Contrato de Gestão a ser celebrado entre ela e o Estado do Paraná, observado o disposto nesta Lei no Estatuto da Instituição.

Art. 6º. Preservada a autonomia da PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão a que se refere o artigo anterior, terá por finalidade:

- a) estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão da Instituição, nos campos administrativo, técnico, atuarial e econômico-financeiro;
- b) fixar metas;
- c) estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades pela execução e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da PARANAPREVIDÊNCIA;

- d) avaliar desempenho, com aferição de sua eficiência e da observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade, e atendimento aos preceitos constitucionais, legais, regulamentares, estatutários e regimentais aplicáveis;
- e) preceituar parâmetros para a contratação, gestão e dispensa de pessoal, sob o regime trabalhista, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;
- f) formalizar outras cláusulas, conforme previsto em dispositivos desta Lei.

Art. 7º. Competirá ao Secretário Especial para Assuntos de Previdência, em relação a PARANAPREVIDÊNCIA:

I - promover os atos necessários à alteração da natureza jurídica do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, determinada por esta Lei, mediante:

- a) formalização do respectivo Estatuto, segundo textos previamente submetidos ao Governador do Estado, e por este aprovados;
- b) registro do instrumento referido na alínea anterior, no Ofício das Pessoas Jurídicas;

~~**II** - homologar, para o fim de conferir-lhes eficácia, os atos referidos nas alíneas b, d, e, g, h, i e m, do inciso I do Art. 12, e os demais previstos em outros dispositivos desta Lei;~~

II - homologar, para o fim de conferir-lhes eficácia, os atos referidos nas alíneas b, d, e, g, h, i, j, k e l, do inciso I do Art. 12, e os demais previstos em outros dispositivos desta Lei;
(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)

III - celebrar, com a PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão;

IV - Encaminhar as contas anuais da Instituição ao Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente, bem como da deliberação, a respeito, do Conselho de Administração.

V - apreciar e enviar ao Governador do Estado, para aprovação, após ouvido o Conselho de Administração, propostas de alteração do Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA e do Contrato de Gestão, promovendo a ulterior formalização das modificações;

VI - praticar os demais atos previstos por esta Lei como de sua competência.

Parágrafo único. O Contrato de Gestão de que trata o inciso III não poderá ter fins financeiros.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DOS ÓRGÃOS

Art. 8º. A PARANAPREVIDÊNCIA contará, em sua estrutura administrativa, com os seguintes órgãos:

I - Conselho de Administração, como órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior;

II - Conselho Diretor, como órgão executivo, composto por:

- a) Diretor-Presidente;
- b) Diretor de Administração;
- c) Diretor de Previdência;
- d) Diretor de Finanças e Patrimônio;
- e) Diretor Jurídico;
- ~~f) Diretor de Serviços Médico-Hospitalares;~~
(Revogado pela Lei 17435 de 21/12/2012)

III - Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização e controle interno.

Art. 9º. Os Presidentes de Conselho e Conselheiros serão nomeados e os Diretores do Órgão Executivo

serão designados pelo Governador do Estado, para exercício por um período de 06 (seis) anos, podendo ser reconduzidos.



§ 1º. O primeiro mandato da metade do número de integrantes do Conselho de Administração e da maioria simples do Conselho Fiscal, bem como dos respectivos suplentes, será de 3 (três) anos, na forma do que dispuser o Estatuto.

§ 2º. A titularidade das funções dos Diretores, bem como dos Presidentes de Conselho e dos Conselheiros de escolha do Governador do Estado e do Secretário Especial para Assuntos de Previdência, cessará, antes do prazo estabelecido neste artigo, com o término do mandato do Governador que procedeu à respectiva designação.

§ 3º. Quando for requisito de investidura, como Diretor ou Conselheiro, a condição de segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA, a perda da mesma acarretará a extinção do mandato ou função.

§ 4º. Em qualquer hipótese, o Diretor, Presidente de Conselho ou Conselheiro permanecerá no exercício da função, até que seu sucessor assuma.

§ 5º. Os Diretores, Presidentes de Conselho e Conselheiros serão civil e criminalmente de forma pessoal e solidaria, responsáveis pelos atos lesivos que praticarem, com dolo, desídia ou fraude, aplicando-se-lhes, no que couber, o disposto no Art. 8º. da Lei Federal nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. O Conselho de Administração será integrado por seu Presidente, por 10 (dez) Conselheiros efetivos e 5 (cinco) suplentes, todos escolhidos dentre pessoas com formação superior e de reconhecida capacidade em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, direito, medicina ou engenharia.

§ 1º. Serão de livre escolha do Governador do Estado o Presidente do Conselho, 3 (três) Conselheiros efetivos, dos quais 1 (um) militar do Estado e 01 (um) servidor inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA e 2 (dois) Conselheiros suplentes.

§ 2º. O Secretário Especial para Assuntos de Previdência indicará, dentre os servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, 01 (um) Conselheiro efetivo e 01 (um) suplente.

§ 3º. Segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência em conjunto com os sindicatos e as entidades representativas dos servidores públicos estaduais, os servidores ativos, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, elegerão, dentre si, 01 (um) Conselheiro efetivo e 01 (um) suplente.

§ 4º. Nos mesmos termos do parágrafo anterior, caberá aos servidores inativos e pensionista, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, eleger, dentre si, de 01 (um) Conselheiro efetivo e 1(um) suplente.

§ 5º. Os demais Conselheiros serão assim indicados:
(Incluído pela Lei 12556 de 25/05/1999)

~~a) § 5º. Os demais Conselheiros serão assim indicados:~~

~~a) 1 (um) efetivo, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;~~
(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)

~~b) 1 (um) efetivo, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;~~

~~b) 1 (um) efetivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;~~
(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)

~~c) 1 (um) efetivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;~~

~~c) 1 (um) efetivo, pelo Ministério Público; e~~
(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)

~~d) 1 (um) efetivo, pelo Ministério Público e;~~

~~d) 1 (um) efetivo, pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná.~~
(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999)

e) 1 (um) efetivo, pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná:
(Revogado pela Lei 12556 de 25/05/1999)

§ 6º. As indicações a que se referem o parágrafo anterior, serão feitas no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

a) a contar da comunicação formalizada, pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência, aos órgãos, instituições e interessados legitimados para a escolha, no tocante à primeira composição do Conselho;

b) antes do término do mandato dos respectivos Conselheiros antecessores, nas composições subsequentes.

§ 7º. Na hipótese de não atendimento aos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a escolha dos Conselheiros a que os mesmos se referem passará à competência do Governador do Estado.

§ 8º. Para poderem ser indicados como integrantes do Conselho de Administração, os servidores públicos do Estado do Paraná deverão contar com, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo exercício em cargo público estadual.

Art. 11. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros, e deliberará por maioria simples dos presentes, salvo exceção prevista nesta Lei.

☐ **§ 1º.** O Presidente do Conselho terá voz e voto, inclusive o de desempate.

§ 2º. O Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA participará das reuniões do Conselho, com direito a voz, mas sem voto.

§ 3º. Os Conselheiros efetivos perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração do Diretor-Presidente.

Art. 12. Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar:

a) o Regimento Interno da PARANAPREVIDÊNCIA;

b) as Diretrizes Gerais de atuação da PARANAPREVIDÊNCIA;

c) o Contrato de Gestão e suas alterações;

d) a Nota Técnica Atuarial e a Regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários e de Serviços Médico-Hospitalares, de Custeio, e de Aplicações e Investimentos;

☐ **e)** o Orçamento anual e o plurianual;

f) o Plano de Contas;

g) as Normas de Administração e o Plano de Cargos e Salários do pessoal da PARANAPREVIDÊNCIA;

h) o Regulamento de Compras e Contratações, em todas as suas modalidades;

i) o valor da remuneração dos Diretores, que não poderá ser superior aos praticados pelo mercado dos Fundos de Pensões Brasileiro;

j) o Parecer Atuarial do exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários e de Serviços Médico-Hospitalares;

k) o Relatório Anual da Diretoria;

l) os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e as Contas Anuais da Instituição;

II - autorizar a aceitação de bens oferecidos, pelo Estado, a título de dotação patrimonial, nos termos do Art. 85, e seus parágrafos;

III - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargo;

IV - manifestar-se, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a proposta de alteração do Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA;

V - pronunciar-se sobre qualquer outro assunto, de interesse da PARANAPREVIDÊNCIA, e que lhe seja submetido pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência, pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA ou pelo Conselho Fiscal;

VI - praticar os demais atos atribuídos, por esta Lei, à sua competência.

SEÇÃO III DAS DIRETORIAS

Art. 13. Os Diretores serão indicados, ao Governador do Estado, pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior e atuação anterior na mesma área ou em outra afim, sendo os Diretores de Administração e Jurídico, obrigatoriamente escolhidos entre os servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 13. Os Diretores serão indicados, ao Governador do Estado, pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior, sendo dois deles, obrigatoriamente, escolhidos dentre servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

(Redação dada pela Lei 15525 de 11/06/2007)

☐ **Parágrafo único.** Não poderão ser designados para as funções de Diretoria profissionais que tenham parentesco até o terceiro grau com membros do Conselho de Administração e Fiscal ou com ocupantes de cargos de confiança, símbolo DAS, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 14. Ao Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA compete:

I - representar a Instituição;

II - coordenar as Diretorias da PARANAPREVIDÊNCIA, presidindo suas reuniões conjuntas;

III - elaborar o Orçamento anual e plurianual da PARANAPREVIDÊNCIA;

IV - autorizar, conjuntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos dos FUNDOS e com os do Patrimônio Geral da PARANAPREVIDÊNCIA, atendido o disposto no Art. 32, e seus parágrafos, e o Plano de Aplicação e Investimentos;

V - celebrar, em nome da PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão e suas alterações, e as contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;

☐ **VI** - praticar, conjuntamente com o Diretor de Administração, os atos relativos a admissão, dispensa, promoção, licenciamento e punição de pessoal, bem como o de pedido de colocação de terceiros à disposição da PARANAPREVIDÊNCIA;

VII - praticar, conjuntamente com o Diretor de Previdência, os atos relativos à concessão dos benefícios previdenciários;

VIII - encaminhar as contas anuais da Instituição, para a deliberação do Conselho de Administração, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente;

IX - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência;

X - exercer competência residual, quando inexistir atribuição específica de órgão da estrutura administrativa da Instituição.

Parágrafo único. Nas reuniões da Diretoria, inclusive para deliberação sobre o relatório e a prestação de contas anuais, aplicar-se-á, no que couber, o estatuído pelo Art. 11, *caput*, e § 1º.

Art. 15. Ao Diretor de Administração competem as matérias concernentes aos recursos humanos e aos serviços gerais e de informática, inclusive quando prestados por terceiros.

Art. 16. Ao Diretor de Previdência competem as ações referentes à inscrição e ao cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas; ao processamento das concessões de benefícios previdenciários e das respectivas folhas de pagamento; os cálculos atuariais e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Benefícios Previdenciários e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.



Art. 17. Ao Diretor de Finanças e Patrimônio competem as ações de gestão orçamentária, de planejamento financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil e às aplicações e investimentos, e a gerência dos bens pertencentes a PARANAPREVIDÊNCIA, velando por sua integridade.



~~**Art. 18.** Ao Diretor Jurídico compete a representação judicial da PARANAPREVIDÊNCIA, a coordenação dos trabalhos jurídicos relativos à Instituição, a emissão de pareceres conclusivos acerca dos pedidos de concessão de benefícios e de inscrição de segurados, dependentes e pensionistas, assim como as atividades de natureza técnico-jurídica em geral.~~

Art. 18. Ao Diretor Jurídico compete a representação judicial da PARANAPREVIDÊNCIA, a coordenação dos trabalhos jurídicos relativos à Instituição, a emissão de pareceres acerca dos pedidos de concessão de benefícios e de inscrição de segurados, dependentes e pensionistas, assim como as atividades de natureza técnico-jurídica em geral.

(Redação dada pela Lei 15525 de 11/06/2007)

~~**Art. 19.** Ao Diretor de Serviços Médico-Hospitalares competem as ações relativas aos serviços médicos, hospitalares e complementares, de que trata esta Lei, inclusive quando prestados por terceiros e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Atendimento Médico-Hospitalar e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.~~

~~**Art. 19.** Ao Diretor de Serviços Médico-Hospitalares competem as ações relativas aos serviços médicos, hospitalares e complementares, de que trata esta Lei, inclusive quando prestados por terceiros e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Serviços Médico-Hospitalares e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.~~

(Redação dada pela Lei 12556 de 25/05/1999) (Revogado pela Lei 17435 de 21/12/2012)

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. O Conselho Fiscal compor-se-á de seu Presidente, de 6 (seis) Conselheiros efetivos e 3 (três) suplentes, todos com formação de nível superior, qualificação contábil ou econômica, e experiência na área ou em outra afim, observado o seguinte:

I - o Presidente, e respectivo suplente, serão de livre escolha do Governador do Estado;

II - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente serão indicados pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência;

III - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente serão indicados pelo Conselho de Administração;

IV - Segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência em conjunto com os sindicatos e as entidades representativas dos servidores públicos estaduais, os servidores ativos, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, indicarão, dentre si, 01 (um) Conselheiro efetivo.

V - Nos mesmos termos do inciso anterior, caberá aos servidores inativos e pensionistas, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, indicar 01 (um) Conselheiro efetivo.

VI - 1 (um) efetivo será indicado pela Assembléia Legislativa;

VII - 1 (um) efetivo será indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade.

§ 1º. Os Conselheiros a que se referem os incisos II, IV e V deverão ser escolhidos, obrigatoriamente, dentre servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, atendido o requisito prescrito pelo § 8º do Art. 10.

§ 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 3º. Os membros efetivos do Conselho Fiscal perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

§ 4º. O Presidente do Conselho terá direito a voz e voto, inclusive de desempate.

Art. 21. É da competência do Conselho Fiscal:

I - emitir parecer sobre os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais da Instituição, encaminhando-os ao Conselho de Administração, para deliberação;



Publicado no Diário Oficial nº. 8864 de 21 de Dezembro de 2012

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Dos Beneficiários e do Gestor do Regime Próprio de Previdência Social

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná compreende o Plano de Benefícios a ser estabelecido com observância das normas constitucionais e o Plano de Custeio que passa a ser fixado nos termos desta Lei.

§ 1º São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público, os Conselheiros do Tribunal de Contas, os militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados, bem como os inativos, dependentes e pensionistas.

§ 2º O Estado do Paraná será responsável pela execução do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, adotando procedimentos que lhe assegurem equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 2º A PARANAPREVIDÊNCIA, criada pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, se constitui, nos termos da Constituição Federal, no Órgão Gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Para a perfeita consecução de suas finalidades, a PARANAPREVIDÊNCIA celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II

Do Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Seção Única

Dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Art. 3º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná será financiado mediante segregação de massas, por meio de Fundos Públicos de Natureza Previdenciária constituídos pelo Estado com base na disposição contida no art. 249 da Constituição Federal, assim considerados: o Fundo de Previdência, o Fundo Financeiro e o Fundo Militar.

~~**§ 1º** Os Fundos Públicos de que trata o caput deste artigo são infungíveis, dotados cada um deles de identidade fisco-contábil e jurídica e se destinam, exclusivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes, sendo-lhes destinados recursos específicos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.~~

§ 1º As contribuições e os recursos vinculados aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários, ressalvadas as despesas administrativas nos termos do inciso III do art. 1º, combinado com o inciso VIII do art. 6º, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

§ 2º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária ficam sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA e, em hipótese alguma, poderão ser confundidos com os demais recursos estatais e tampouco com o patrimônio próprio do Órgão Gestor.



§ 3º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária de que trata esta Lei, dada a sua natureza, afetação, origem e finalidade, gozam, nos termos do art. 150, inciso VI, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, de imunidade tributária.

§ 4º. Os Fundos Públicos de que trata o caput deste artigo são infungíveis, dotados cada um deles de identidade fisco-contábil e jurídica sendolhes vertidos recursos específicos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 4º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão financiados da seguinte forma:

I - o Fundo de Previdência pela adoção gradual do regime financeiro de capitalização, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão;

II - os Fundos Financeiro e Militar pelo regime financeiro de repartição simples para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva, reforma e pensão.

§ 1º Independentemente do Fundo a que estejam vinculados, os benefícios assistenciais devidos a servidores devem ser processados e custeados diretamente pelo Estado.

§ 2º O processo de adoção gradual do Regime Financeiro de Capitalização e de formação do Fundo de Previdência deverá ser estabelecido a partir das receitas de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado do Paraná e de critérios de solvência atuarial mínima indicados nas avaliações atuariais de cada exercício.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA poderão a qualquer tempo promover encontro de contas, utilizando-se dos mesmos índices econômicos e financeiros, para ajuste de quaisquer débitos.

Art. 5º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão compostos:

I - por transferências em espécie apuradas nos termos desta Lei, a partir da receita de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado, acrescidas da respectiva contrapartida, a título de contribuição do ente público, e dos demais recursos a serem repassados, nos termos desta Lei, pelo Tesouro do Estado;

II - por recursos oriundos da compensação previdenciária realizada na forma da Lei, havidos de benefícios devidos aos servidores civis e militares que lhes sejam vinculados;

III - pelo produto das aplicações e investimentos realizados com os respectivos recursos.

§ 1º Atendidas as disposições legais pertinentes, o Fundo de Previdência será composto, além do previsto nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

a) por doações e dações efetivadas pelo Estado e que especificamente lhes forem destinadas;

b) por aluguéis, royalties, ativos públicos diversos e outros rendimentos derivados dos bens a eles vinculados, inclusive os decorrentes de alienações;

c) pelos demais bens, ativos e recursos orçamentários e extraorçamentários que lhes forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA;

§ 2º Na integralização dos ativos a que se refere este artigo, devem ser observados os limites fixados em legislação federal e o disposto nos arts. 12 e 21, ambos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 6º As transferências descritas no inciso I do art. 5º poderão ser antecipadas sempre que a solvência atuarial mínima assim exigir.

Art. 7º Observado o disposto nos arts. 5º e 6º desta Lei, o Estado poderá fazer, a título de dotação patrimonial e financeira, dações e doações em favor do Fundo de Previdência de que trata esta Lei, procedendo-as mediante transferência de bens imóveis, móveis, títulos, ações, direitos creditórios e participações, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º Quando se tratar de dação ou doação de ações, seu preço será apurado junto aos Mercados Organizados.

§ 2º Quando se tratar de dação ou doação de imóveis e outros ativos, será processada a respectiva avaliação mediante critérios técnicos e legais aplicáveis.

§ 3º Os bens objeto de dação ou doação, oferecidos pelo Estado ou por outrem, somente serão aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA caso se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação federal, na Política de Investimentos do Órgão Gestor e desde que se revistam de liquidez e rentabilidade e se encontrem em situação de regularidade dominial.

§ 4º O prazo para a deliberação do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA será de noventa dias contados da formalização da oferta, prorrogável por igual prazo mediante justificativa e, havendo aceite, o Estado terá igual prazo, contado da notificação de aceitação, para concretizar a transferência em favor do Fundo de Previdência.

§ 5º O valor das dações e doações feitas pelo Estado e incorporadas ao Fundo de Previdência será considerado na avaliação atuarial de cada exercício, sem prejuízo do limite mínimo, também atuarialmente fixado, da necessidade de transferências em espécie a que se refere o inciso I do art. 5º desta Lei.

Art. 8º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, constituídos por esta Lei, atenderão exclusivamente ao pagamento dos respectivos benefícios previdenciários.

§ 1º Cabe aos Poderes ou Órgãos do Estado que administram orçamento próprio a responsabilidade pelo pagamento das respectivas dívidas pretéritas ou diferenças que decorram de decisões administrativas ou judiciais.

§ 2º Em relação ao Fundo de Previdência, o impacto financeiro e atuarial decorrente da implantação das diferenças a que alude o § 1º deste artigo deverá ser apurado com vistas ao equacionamento de eventual déficit atuarial.

Art. 9º Observado o disposto no art. 24 desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA realizará avaliações atuariais quando do encerramento de cada exercício.

§ 1º Nas avaliações atuariais de que trata este artigo, e observado o disposto nesta Lei, serão reavaliados e indicados os valores para as transferências em espécie que serão efetivadas mensalmente pelo Estado e, nos mesmos termos, se procederá a análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários.

§ 2º Os valores referentes às transferências em espécie, para composição do Fundo de Previdência e ao pagamento dos benefícios vinculados aos Fundos Financeiro e Militar deverão obrigatoriamente estar previstos no Orçamento Geral do Estado, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, proporcionalmente nas respectivas dotações orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 10. As aplicações e investimentos, a serem efetuados pela PARANAPREVIDÊNCIA com os recursos que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, submeter-se-ão aos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, transparência e economicidade e obedecerão às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a partir das quais será elaborada a Política de Investimentos, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

Parágrafo único. Não incidirão nas aplicações, investimentos, alienações, locações e outras contratações realizadas com os ativos, que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, as normas federais e estaduais que disponham sobre licitação.

Art. 11. Observado o disposto no artigo anterior, as aplicações e investimentos efetuados com os ativos dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária deverão buscar a rentabilidade atuarial mínima estabelecida nas avaliações atuariais de cada exercício.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, a PARANAPREVIDÊNCIA contará com um Comitê de Investimentos, com finalidade consultiva, cuja composição e funcionamento será estabelecida em seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Da Destinação dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Seção I

Do Fundo de Previdência

Art. 12. O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos



segurados, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003.



Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência.

Seção II Do Fundo Financeiro

Art. 13. O Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos estaduais, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo Financeiro e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo Financeiro.

Seção III Fundo Militar

Art. 14. O Fundo Militar atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os militares do Estado, independentemente de idade, da data de ingresso ou de concessão do benefício.

Parágrafo único. O Fundo Militar atenderá, inclusive, ao pagamento de benefícios aos pensionistas dos militares do Estado.

CAPÍTULO IV Das Contribuições Previdenciárias

Art. 15. A contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, dos magistrados, dos membros do Ministério Público, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dos militares da ativa, em favor do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, será de 11% (onze por cento) a incidir sobre a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, da graduação ou do posto, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, fixados em Lei.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo deverá ser recolhida ao Tesouro Estadual e comporá o Orçamento Geral do Estado.

~~**§ 2º** Nas hipóteses de acumulação de cargos, cargos e proventos, ou proventos, dada a incomunicabilidade destas relações, a contribuição previdenciária deverá ser calculada isoladamente, tomando-se, no que couber, cada um dos cargos de que o servidor seja ou tenha sido titular.~~

§ 2º Nas hipóteses de acumulação de cargos ou de cargos e proventos, dada a incomunicabilidade destas relações, a contribuição previdenciária deverá ser calculada isoladamente, tomando-se, no que couber, cada um dos cargos de que o servidor seja ou tenha sido titular.

(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

§ 3º A contribuição de que trata este artigo incide sobre a gratificação natalina.

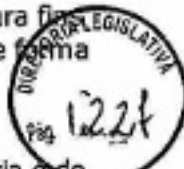
§ 4º No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, o servidor poderá optar por proceder ao recolhimento da contribuição previdenciária a que estiver obrigado nos termos desta Lei, cabendo-lhe ainda, o recolhimento da contrapartida da contribuição previdenciária de que trata o art. 16.

§ 5º Nos casos de afastamento para o exercício de mandato eletivo ou cessão sem ônus para o Estado, fica mantida a vinculação com o Regime Próprio da Previdência do Estado, mediante o repasse, pelo órgão em que estiver em exercício, de ambas as cotas das contribuições previdenciárias de que trata o art. 16.

§ 6º Os aposentados e os pensionistas do Estado, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público e Polícia Militar, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)

§ 7º. Nos casos de acumulação remunerada de aposentadorias e/ou pensões, considerar-se-á, para fins de cálculo da contribuição de que trata o § 6º deste artigo, o somatório dos valores percebidos, de forma que a parcela remuneratória imune incida uma única vez.
(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)



§ 8º. A contribuição prevista no § 6º, não incidirá sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.
(Incluído pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 16. O Estado do Paraná será responsável pela respectiva contrapartida de contribuição mensal em montante igual à contribuição que arrecadar, nos termos do artigo anterior.

~~§ 1º A contrapartida de contribuição de que trata o caput deste artigo, correrá a cargo das dotações orçamentárias próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.~~

§ 1º A contrapartida de contribuição de que trata o caput deste artigo, correrá a cargo das dotações orçamentárias próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, das Instituições de Ensino Superior e demais órgãos do Poder Executivo que possuam recursos próprios.
(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

~~§ 2º A não realização da contrapartida de que trata o parágrafo anterior, bem como o não repasse, ao Tesouro do Estado, dos valores retidos em folha de pagamento, independentemente da respectiva responsabilização, autoriza a Secretaria de Estado da Fazenda a proceder à automática retenção e compensação dos valores correspondentes, nas respectivas parcelas orçamentárias duodecimais de mês subsequente.~~

§ 2º A não realização da contrapartida de que trata o § 1º deste artigo, bem como o não repasse, aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, dos valores retidos em folha de pagamento, independentemente da respectiva responsabilização, autorizam a Secretaria de Estado da Fazenda a proceder à automática retenção e compensação dos valores correspondentes, nas respectivas parcelas orçamentárias duodecimais do mês subsequente.
(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 17. O total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos segurados e, quando couber dos pensionistas, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor, deverá ser destinado, exclusiva e integralmente, ao custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, mediante transferências aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, a ser processado nos termos estabelecidos por esta Lei.

CAPÍTULO V
Da Composição dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária
Seção I
Da Composição do Fundo de Previdência

Art. 18. Para composição do Fundo de Previdência, as transferências em espécie, de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei, serão apuradas com base nas receitas de contribuições previdenciárias mensais que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo e de sua respectiva contrapartida de no mínimo igual valor.

~~§ 1º O Estado transferirá, ainda, mensalmente, em espécie e a título de custeio adicional, o valor apurado mediante a incidência de percentual de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários custeados pelo Fundo de Previdência.~~

§ 1º Toda e qualquer contribuição vertida para o Fundo de Previdência deverá ser utilizada para o pagamento dos benefícios previdenciários de segurados e beneficiários vinculados a esse Fundo, ressalvada a utilização dos recursos para o custeio das despesas de manutenção, que será caracterizada como Taxa de Administração, nos termos do inciso III do art. 1º, combinado com o inciso VIII do art. 6º, da Lei Federal nº 9.717, de 1998.
(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

~~§ 2º As transferências de que trata este artigo devem ser realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.~~



§ 2º As transferências de que trata este artigo devem ser realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas, Instituições de Ensino Superior e demais órgãos do Poder Executivo que possuam recursos próprios diretamente ao Fundo de Previdência, de forma impreterível até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de competência.

(Redação dada pela Lei 18370 de 15/12/2014)

Art. 19. As transferências em espécie previstas no caput do art. 18 dar-se-ão de forma escalonada e progressiva, e iniciar-se-á mediante a utilização do percentual de 100% (cem por cento) a incidir sobre a contribuição arrecadada para este Fundo.

§ 1º O percentual estabelecido no caput será acrescido, a cada ano, à razão de 5% (cinco por cento), até alcançar 150% (cento e cinquenta por cento).

§ 2º A progressão de que trata o parágrafo anterior poderá ser revista, segundo critérios que forem indicados nas Avaliações Atuariais de cada exercício.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, proceder-se-á a modificação da progressão sempre que isso for apontado pelos índices de liquidez e solvência do Fundo de Previdência, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 20. Considerados os pressupostos de capacidade financeira e orçamentária do Estado do Paraná e os critérios de solvência atuarial de que trata o art. 4º desta Lei, o Estado também transferirá, para composição do Fundo de Previdência, a título de custeio suplementar, valores em espécie, que forem apurados, atuarialmente, pelo decremento ou diminuição de seu compromisso para com a folha de pagamento de benefícios do Fundo Financeiro.

§ 1º A fixação do termo inicial do aporte dos valores de que trata o caput deverá se dar a partir do momento em que as avaliações atuariais indiquem que o critério de solvência estabelecido não possa ser mantido sem o aporte dos recursos relativos ao custeio suplementar de que trata este dispositivo.

§ 2º Observado o disposto no art. 16 e parágrafos desta Lei, os valores dos repasses em espécie de que trata este artigo correrão à conta de dotação orçamentária própria, devendo ser inseridos, nas Leis Orçamentárias do Estado e repassados, à PARANAPREVIDÊNCIA, mensalmente, até o quinto dia útil posterior à data em que ocorrer o pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, para composição do Fundo de Previdência.

Seção II

Da Composição do Fundo Financeiro

Art. 21. Para composição do Fundo Financeiro, as transferências em espécie de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo, o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos servidores e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

§ 4º As transferências de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei devem ser realizadas a cargo de dotações próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Seção III

Da Composição do Fundo Militar

Art. 22. Para composição do Fundo Militar, as transferências em espécie, de que trata o inciso I, do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.



§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos militares e pensionistas vinculados ao Fundo Militar.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

Capítulo VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 23. Os recursos adicionais e necessários à cobertura de insuficiências financeiras havidas em face do compromisso com o pagamento dos benefícios devidos aos pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar correrão a cargo das dotações próprias do Poder Executivo, para os benefícios concedidos até a publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos adicionais e necessários para o pagamento de pensões concedidas após a publicação desta Lei correrão a cargo de dotação orçamentária própria dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 24. Os benefícios concedidos aos militares e seus dependentes, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência até o último dia do mês civil em que for publicada esta Lei.

Art. 25. As avaliações atuariais de que trata esta Lei deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA e serão homologadas pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, quando do encerramento de cada exercício.

Parágrafo único. A PARANAPREVIDÊNCIA poderá contar com Atuário externo devidamente habilitado, que emitirá Nota Técnica Atuarial e parecer sobre o exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Programas de Benefícios Previdenciários.

Art. 26. O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA devem figurar como litisconsortes em todos os processos judiciais que digam respeito à concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários custeados pelos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária.

Parágrafo único. Dada a natureza pública dos Fundos de Natureza Previdenciária, o Estado do Paraná será o responsável direto pelo adimplemento de execuções decorrentes das ações em andamento e futuras a que se referem este artigo, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 27. O Plano de Custeio estabelecido nesta Lei passa a vigor a partir do mês subsequente ao de sua publicação.

§ 1º Os percentuais de contribuição previdenciária estabelecidos no art. 15 serão devidos depois de decorrido o prazo de que trata o § 6º do art. 195 da Constituição Federal e que será contado da publicação desta Lei.

§ 2º Durante o período de que trata o parágrafo anterior permanece em vigor o contido no art. 78 da Lei nº 12.398/98.

Art. 28. A PARANAPREVIDÊNCIA deverá proceder a todas as adequações atuariais, financeiras, contábeis, operacionais e estruturais necessárias ao atendimento do disposto nesta Lei, incluindo o balanço de liquidação do Plano de Custeio até então vigente.

§ 1º Os ativos financeiros e imobiliários do Fundo de Previdência, atualmente sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, reestruturado nos termos desta Lei, compõem o patrimônio desse Fundo e nele permanecerão.

§ 2º Os haveres atuariais apurados e contabilizados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta lei e na liquidação de que trata o caput deste artigo, serão recalculados com base no disposto nesta Lei, inclusive no que se refere a eventuais valores conciliados pelo Estado.



§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA realizarão anualmente encontro de contas para apurar contabilmente o compromisso estatal com o Fundo de Previdência.

§ 4º Em face do que dispõe o art. 30 da Lei 12.398/98, os débitos administrativos apurados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta Lei, serão remidos nos mesmos termos estabelecidos nos parágrafos anteriores.

Art. 29. Ficam o Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA autorizados a elaborar estudos para a instituição do Regime de Previdência Complementar previsto no art. 40, § 14, da Constituição Federal.

Art. 30. No prazo de doze meses, contados da publicação desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA deverá rever o seu Estatuto e Regimento Interno, com vistas a adequá-los às modificações decorrentes.

Art. 31. O Contrato de Gestão e os Convênios a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei deverão ser celebrados e ou revistos, considerando os termos desta Lei.

Art. 32. O § 2º do art. 103 da Lei nº 12.398/98, passa a ter a redação seguinte:

“§ 2º Para atendimento do disposto neste artigo, o Diretor – Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA poderá solicitar servidores públicos de outros órgão ou entidades, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para que fiquem à disposição da Instituição, os quais permanecerão vinculados ao órgão ou entidade de origem e ao respectivo regime.”

Art. 33. O Poder Executivo fica autorizado a abrir, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios futuros, necessários à implementação do objeto desta Lei.

Art. 34. O art. 30 da Lei 12.398/98, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 30. São receitas administrativas vinculadas:

I – as importâncias, em dinheiro, vertidas pelo Estado à PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos com o custeio administrativo na gestão dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, com base na previsão orçamentária anual daquela entidade, aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, cujos valores não poderão ultrapassar o percentual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas;

II – o produto das aplicações e investimentos realizados com os recursos das receitas administrativas vinculadas;

III – as rendas que a PARANAPREVIDÊNCIA venha auferir por meio de convênios ou contratos com outras Instituições e outras fontes previstas na legislação.

§ 1º Ficam excluídas da cobertura com os recursos de que cuida este artigo as despesas financeiras específicas, necessária à execução da Política de Investimentos, que serão custeadas com os rendimentos das aplicações dos respectivos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;

§ 2º À Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, supervisora do Contrato de Gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, caberá o acompanhamento da realização do orçamento anual e, ao final de cada exercício, fazer ajustes em conjunto com a PARANAPREVIDÊNCIA ou compensações necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas e aprovadas no orçamento.

§ 3º Enquanto não homologado pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência a previsão orçamentária mencionada no inciso I, deste artigo, fica assegurado à PARANAPREVIDÊNCIA o repasse mensal, em dinheiro, do percentual de 1% (um por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas.”

Art. 35. Respeitado o contido no § 2º do art. 27 desta Lei, são revogados a alínea “f” do art. 8º, o art. 19, o art. 27 e seu parágrafo único, o art. 28, seus incisos e parágrafos, o art. 29, seus incisos, alíneas e parágrafos, o art. 31, o art. 32 e seus parágrafos, o inciso I do art. 69, o art. 73 e seus parágrafos, o art. 75 e seu parágrafo único, o Título IV e seus arts. 76 com seus parágrafos, 77 com suas alíneas e parágrafos; o Título V e seus arts. 78, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 79, 80, 81 e seu parágrafo único, 82 e seus parágrafos, 83, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 84, 85 com seus parágrafos e alíneas, 86 com seus incisos e parágrafos, 87 e seus parágrafos e art. 88 e seus parágrafos; o art. 89, seus incisos e parágrafos, o art. 94, o art. 97 e seus incisos, o art. 98, art. 99 e art. 110, todos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 21 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Lorlane Leisl Azeredo
Diretora Geral da CASA CIVIL



Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Conversão da MPv nº 1.723, de 1998

Texto compilado

Vide Decreto nº 3.048, de 1999

Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

~~I — realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;~~

~~I — realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-12, de 2001)~~

~~I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

II - financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes;

~~III — as contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes;~~

~~III — as contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.891-8, de 1999)~~

~~III — as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

III - as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

IV - cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais;

V - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou

consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;

VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;

VIII - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;

IX - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

~~X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou de local de trabalho. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou de local de trabalho. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

~~X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2º do citado artigo; (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

~~XI - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho ou de abono de permanência de que tratam o § 19 de art. 40 da Constituição, o § 6º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. (Incluído pela Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2º do citado artigo; (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

XI - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, do abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

~~Parágrafo único. No caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constitui requisito adicional, para organização e funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos e dos militares, ter receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros legais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União e dos Estados.~~

~~Parágrafo único. No caso dos Municípios, constitui requisito adicional para organização e funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos ter receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros gerais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.801-8, de 1999)~~

~~§ 1º Fica vedada a constituição e manutenção de regime próprio de previdência social pelos Municípios que não tenham receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros gerais, superior à receita proveniente de transferências constitucionais da União. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos Municípios que tenham constituído regime próprio de previdência social destinado a atender servidor público titular de cargo efetivo até a data anterior à publicação desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~Parágrafo único. Aplicam-se, adicionalmente, aos regimes próprios de previdência social dos entes da Federação os incisos II, IV a IX do art. 6º. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-12, de 2001)~~

Parágrafo único. Aplicam-se, adicionalmente, aos regimes próprios de previdência social dos entes da Federação os incisos II, IV a IX do art. 6º. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)



Art. 1º A. ~~O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~



Art. 12º A. O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.

Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social não poderá ser inferior ao valor da contribuição do segurado nem superior ao dobro desta contribuição. (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)

Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 1º A despesa líquida com pessoal inativo e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares de cada um dos entes estatais não poderá exceder a doze por cento de sua receita corrente líquida em cada exercício financeiro, observado o limite previsto no caput, sendo a receita corrente líquida calculada conforme a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 2º Entende-se, para os fins desta Lei, como despesa líquida a diferença entre a despesa total com pessoal inativo e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores e dos militares de cada um dos entes estatais e a contribuição dos respectivos segurados.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Previdência Social demonstrativo das receitas e despesas do respectivo regime próprio, correspondente a cada bimestre, até trinta dias após o seu encerramento, na forma de regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal e acumulada até o mês anterior ao do demonstrativo, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada:

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias e acumulada no exercício financeiro em curso, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias e acumulada no exercício financeiro em curso, explicitando, conforme diretrizes gerais, de forma desagregada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

I — o valor da contribuição dos entes estatais; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004) —

II — o valor das contribuições dos servidores públicos e dos militares, ativos; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004) —

III — o valor das contribuições dos servidores públicos e dos militares, inativos e respectivos pensionistas; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004) —

~~IV — o valor da despesa total com pessoal ativo civil e militar;~~
~~IV — o valor da despesa total com pessoal civil e militar. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~IV — o valor da despesa total com pessoal civil e militar. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

~~V — o valor da despesa com pessoal inativo civil e militar e com pensionistas; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

~~VI — o valor da receita corrente líquida do ente estatal, calculada nos termos do § 1º; (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

~~VII — os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata o § 2º deste artigo. (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

~~VIII — o valor do saldo financeiro do regime próprio de previdência social. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

~~VIII — o valor do saldo financeiro do regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)~~

§ 3º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 4º Antes de proceder a quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem aumento de despesas, os entes estatais deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata o parágrafo anterior, no que se refere à despesa acumulada até o mês, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei.

§ 4º Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes podem optar pela publicação, em até trinta dias após o encerramento de cada semestre, do demonstrativo mencionado no parágrafo anterior. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 4º Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes podem optar pela publicação, em até trinta dias após o encerramento de cada semestre, do demonstrativo mencionado no § 3º. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 4º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 5º Antes de proceder a quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem aumento de despesas, os entes estatais deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata o § 3º, no que se refere à despesa acumulada até o bimestre, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 5º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informar, anualmente, no demonstrativo mencionado no § 3º o quantitativo de servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 5º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 6º É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesas previdenciárias, sem a observância dos limites previstos neste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)

§ 6º Antes de proceder a quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem aumento de despesas, os entes estatais deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata o § 3º, no que se refere à despesa acumulada até o bimestre, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 6º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 7º É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesas previdenciárias, sem a observância dos limites previstos neste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

§ 7º É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesas previdenciárias, sem a observância dos limites previstos neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004)

§ 7º (revogado) (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

Art. 2º A. Fica suspensa, até 31 de dezembro de 2000, a exigibilidade do disposto no § 1º do art. 2º desta Lei. ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 1.891-0, de 1999)~~

Art. 2º A. Fica suspensa, até 31 de dezembro de 2003, a exigibilidade do disposto no caput e no § 1º do art. 2º desta Lei. ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 167, de 2004) (Revogado pela Lei nº 10.887, de 2004)~~

Art. 3º As contribuições dos servidores públicos e militares federais, estaduais e municipais e os militares dos Estados e do Distrito Federal, inativos e pensionistas, para os respectivos regimes próprios de previdência social, fixadas por critérios definidos em lei, serão feitas por alíquotas não superiores às aplicadas aos servidores ativos do respectivo ente estatal.

Art. 3º As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal. ~~(Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)~~

Art. 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ajustar os seus planos de benefícios e custeio sempre que excederem, no exercício, os limites previstos no art. 2º desta Lei, para retomar a esses limites no exercício financeiro subsequente. ~~(Revogado pela Lei nº 10.887, de 2004)~~

Art. 5º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria. ~~(Incluído pela Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000)~~

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria. ~~(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

Art. 6º Fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1º e, adicionalmente, os seguintes preceitos:

~~I - estabelecimento de estrutura técnica administrativa, com conselhos de administração e fiscal e autonomia financeira; (Vide Medida Provisória nº 2.043-20, de 2000) (Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

II - existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa;

~~III - aporte de capital inicial em valor a ser definido conforme diretrizes gerais; (Vide Medida Provisória nº 2.187-12, de 2001) (Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)~~

IV - aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

V - vedação da utilização de recursos do fundo de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados;

VI - vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;

VII - avaliação de bens, direitos e ativos de qualquer natureza integrados ao fundo, em conformidade com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações subsequentes;

VIII - estabelecimento de limites para a taxa de administração, conforme parâmetros gerais;

IX - constituição e extinção do fundo mediante lei.

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999:

I - suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;

II - impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;

III - suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

~~IV - suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.943-20, de 2000)~~

IV - suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 8º Os dirigentes do órgão ou da entidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos de que trata o art. 6º, respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime repressivo da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e alterações subsequentes, conforme diretrizes gerais.

Parágrafo único. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais.

Art. 9º Compete à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social:

I - a orientação, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos fundos a que se refere o art. 6º, para o fiel cumprimento dos dispositivos desta Lei;

II - o estabelecimento e a publicação dos parâmetros e das diretrizes gerais previstos nesta Lei.

~~III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.891-8, de 1999)~~

~~Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão ao Ministério da Previdência e Assistência Social, quando solicitados, informações sobre regime próprio de previdência social e fundo previdenciário previsto no art. 6º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.891-8, de 1999)~~

III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão ao Ministério da Previdência e Assistência Social, quando solicitados, informações sobre regime próprio de previdência social e fundo previdenciário previsto no art. 6º desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

Art. 10. No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Waldeck Ornelas

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.11.1998



PARANAPREVIDÊNCIA

Nota Técnica

DPREV/ATUÁRIA 034/2015
30/03/2015

Reestruturação dos Fundos Previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

DATA-BASE DE DEZEMBRO/2014

Recebido
em 10/04/15




**REESTRUTURAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ**

OBJETIVO

Esta Nota Técnica contempla a Avaliação Atuarial e demais implicações referentes à proposta de reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado, que configuram o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, atualmente composto por segurados servidores ativos, aposentados e pensionistas, segregados conforme critérios previsto pela Lei PR 17.435, de 21 de dezembro de 2012, em FP - FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FF - FUNDO FINANCEIRO e FM - FUNDO MILITAR.

Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº9.717/1998.

Ainda sobre o âmbito legal, os resultados apresentados nesta Avaliação consideram os efeitos da Lei PR 18.370, que trata da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e, ainda, a retenção da Taxa de Administração pelo órgão gestor dos repasses contributivos ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, e Lei PR 18.372, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná, ambas de 15 de dezembro de 2014.

A base cadastral utilizada é de dezembro de 2014, a mesma que serviu de base para elaboração da Avaliação Atuarial do exercício, Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 032/2015.

[Handwritten signature]

1. PREMISSAS ATUARIAIS**1.1. PARÂMETROS ATUARIAIS:**

Item	Descrição	Parâmetro Utilizado
A	Tábua de Mortalidade Geral	AT-83, M
B	Tábua de Mortalidade Inválidos	AT-83, M
C	Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas – FP e FF Light Média - FM
D	Crescimento Salarial Anual por Mérito	2,50% - FP e FF 1,01% - FM
E	Taxa de Juros Atuarial Anual	5,50% - FP 0,00% - FF e FM
F	Geração Futura com Base na Média dos Últimos Anos	10 ANOS – FP e FM NULA - FF
G	Rotatividade	NULA
H	Fator de Capacidade	NULO
I	Composição Familiar	Experiência Fundos de Pensão do Estado do Paraná
J	Tempo Anterior ao Estado	Experiência Estado do Paraná (Atualizada em 2013)
K	Regime Financeiro	Capitalização – FP Repartição Simples – FF e FM
L	Método Atuarial de Avaliação	Agregado
M	Índice de Atualização das Remunerações	3,45% - IPCA de maio a dezembro de 2014
N	Índice Inflacionário	Não Considerado nos Cálculos

Os parâmetros acima descritos obedecem aos limites mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria nº403 do MPS.

**1.2. PLANO CONTRIBUTIVO:**

Item	Descrição	Nível Contributivo
A	Servidores Ativos – Contribuição Normal	11% sobre a remuneração
B	Servidores Inativos e Pensionistas – Contribuição Normal	11% sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que superem o teto do RGPS
C	Estado – Contribuição ao Fundo Financeiro e Fundo Militar	Contrapartida de igual valor sobre receitas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas
D	Estado – Contribuição ao Fundo de Previdência	Contrapartida do montante obtido da soma dos itens A e B, na razão de 100%, em 2013, acrescida de 5% ao ano, até o limite de 150%
E	Estado – Contribuição Suplementar ao Fundo de Previdência	Projetada para equilíbrio do Plano, com base na redução dos compromissos do Estado com o Fundo Financeiro

O Plano Contributivo descrito foi definido pela Lei PR nº17.435/2012, com alterações impostas pela Lei PR nº 18.370/2014.

Handwritten signature or mark.

**2. ESTATÍSTICAS DOS SEGURADOS DO RPPS****2.1. SERVIDORES ATIVOS:**

Dez/2014

Item	Fundo de Previdência	Fundo Financeiro	Fundo Militar	Total
Quantitativo	79.873	57.177	20.538	157.588
Folha Mensal (R\$)	292.523.311,39	407.150.228,66	99.894.536,37	799.568.076,42

2.2. SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS:

Dez/2014

Item	Fundo de Previdência	Fundo Financeiro	Fundo Militar	Total
Quantitativo	13.862	76.773	17.852	108.487
Folha Mensal (R\$)	73.375.474,10	349.033.692,12	101.361.819,32	523.770.985,54

3. REESTRUTURAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

A proposta consiste unicamente na transferência de parte dos beneficiários que atualmente são vinculados ao FUNDO FINANCEIRO para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, não alterando a classificação dos atuais militares do Estado atualmente segregados exclusivamente no FUNDO MILITAR.

O grupo de servidores a ser transferido será composto pelos aposentados e pensionistas, vinculados ao FUNDO FINANCEIRO, que até 30 de junho de 2015 possuam ou venham a possuir, idade igual ou superior a 73 anos (inclusive), os quais passarão a ter seus benefícios custeados pelas contribuições e recursos pertencentes ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

3.1. IMPACTO NO FUNDO FINANCEIRO:

Dez/2014			
Item	Fundo Financeiro ATUAL	Beneficiários com 73 anos ou mais (-)	Fundo Financeiro MODIFICADO
Quantitativo	76.773	33.556	43.217
Folha Mensal (R\$)	349.033.692,12	142.515.942,72	206.517.749,40

3.2. IMPACTO NO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

Dez/2014			
Item	Fundo de Previdência ATUAL	Beneficiários com 73 anos ou mais (+)	Fundo de Previdência MODIFICADO
Quantitativo	13.862	33.556	47.418
Folha Mensal (R\$)	73.375.474,10	142.515.942,72	215.891.416,82

Os valores e quantitativos apresentados pelo grupo de beneficiários com 73 anos ou mais pode apresentar variações, em virtude da base cadastral ou mesmo da data de observação.

3.3. FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS REESTRUTURADOS:



Com a transferência deste grupo de beneficiários do FUNDO FINANCEIRO ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, este passa a assegurar os benefícios previdenciários de 47,8% do total, entre ativos, aposentados e pensionistas, de segurados do RPPS do Estado.

Quanto ao total das folhas de benefícios do RPPS, de R\$ 523,8 milhões/mês – tabela 2.2, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA passa a ser responsável pelo pagamento mensal de R\$ 215,9 milhões deste montante, 41,2% do total, contra 39,4% do FUNDO FINANCEIRO e 19,4% do FUNDO MILITAR.

4. AVALIAÇÃO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA - REESTRUTURADO

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados com a nova composição proposta e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

4.1. ENCARGOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

Item	Encargos (R\$)	% Folha de Ativos
Benefícios Concedidos		
<i>Aposentadoria</i>	18.255.715.799,03	15,7%
<i>Reversão de Aposentadoria</i>	2.692.219.994,82	2,3%
<i>Aposentadoria por Invalidez</i>	1.050.573.804,34	0,9%
<i>Reversão de Invalidez</i>	127.852.412,58	0,1%
<i>Pensão por Morte em Atividade</i>	4.473.283.550,56	3,8%
Total Benefícios Concedidos (1)	26.599.645.561,33	22,8%
Benefícios a Conceder		
<i>Aposentadoria</i>	26.880.263.629,13	23,1%
<i>Reversão de Aposentadoria</i>	3.665.261.190,42	3,1%
<i>Aposentadoria por Invalidez</i>	2.922.682.861,73	2,5%
<i>Reversão de Invalidez</i>	380.412.227,87	0,3%
<i>Pensão por Morte em Atividade</i>	4.307.868.246,29	3,7%
Total Benefícios a Conceder (2)	38.156.488.155,45	32,7%
Total de Encargos (1+2)	64.756.133.716,77	55,6%

4.2. RECEITAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

Item	Receitas (R\$)	% Folha de Ativos
Servidores Ativos-Contribuição	12.817.582.141,19	11,0%
Estado-Contrapartida Ativos	23.056.412.651,43	19,8%
Servidores Aposent./Pens.-Contribuição	1.690.942.337,92	1,5%
Estado-Contrapartida Aposent./Pens.	3.096.470.282,59	2,7%
Estado-Contribuição Suplementar ¹	14.338.872.038,47	12,3%
Compensação Previdenciária	966.252.764,53	0,8%
Total de Receitas	55.966.532.216,13	48,0%

4.3. BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

Item	Valores (R\$)	% Folha de Ativos
Total de Encargos (1)	64.756.133.716,77	55,6%
Total de Receitas (2)	55.966.532.216,13	48,0%
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	8.789.601.500,64	7,5%
Ativos Financeiros (4)	8.321.038.317,44	7,1%
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	540.990.088,30	0,5%
Total de Ativos (6)=(4)+(5)	8.862.028.405,74	7,6%
Resultado Atuarial (7)=(6)-(3)	72.426.905,10	0,0%

¹ Art. 20 da Lei PR 17.435/2012

4.4. PROJEÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA:

Valores em R\$ Milhões

Ano	Folha Benefícios	Contr. Ativos	Contr. Apos. Pens.	Contra-parte Estado	Comprov	Parcelamento	Contr. Suplem.	Total Receitas	Saldo Financeiro
2015	2.834,2	465,5	99,2	623,8	56,7	148,9	-	1.393,7	7.338,3
2016	2.769,8	497,2	96,9	718,3	55,4	157,1	-	1.524,8	6.497,1
2017	2.704,4	529,1	94,5	819,1	54,0	165,7	-	1.662,6	5.812,6
2018	2.640,6	561,0	92,2	925,8	52,7	145,7	-	1.777,3	5.269,1
2019	2.579,0	592,6	89,9	1.038,0	51,4	-	-	1.772,0	4.761,9
2020	2.517,0	624,6	87,6	1.156,7	50,1	-	-	1.919,0	4.415,2
2021	2.457,3	656,2	85,3	1.280,8	48,8	-	-	2.071,1	4.271,9
2022	2.405,9	686,7	83,3	1.409,0	47,6	-	-	2.226,7	4.327,6
2023	2.361,4	716,4	81,4	1.541,6	46,5	-	-	2.385,9	4.590,1
2024	2.327,4	744,8	79,9	1.595,4	45,6	-	-	2.465,7	4.980,9
2025	2.311,8	770,8	78,9	1.645,6	45,1	-	-	2.540,4	5.483,4
2026	2.326,5	792,7	78,9	1.689,2	45,1	-	-	2.606,0	6.084,4
2027	2.380,9	808,8	80,3	1.724,1	45,9	-	-	2.659,0	6.676,0
2028	2.458,7	821,9	82,3	1.754,4	47,0	-	-	2.705,6	7.290,1
2029	2.553,1	833,3	84,8	1.782,2	48,4	-	-	2.748,8	7.886,7
2030	2.659,3	843,4	87,5	1.807,8	50,0	-	-	2.788,7	8.449,9
2031	2.773,7	852,4	90,4	1.831,7	51,7	-	-	2.826,2	8.967,2
2032	2.902,5	859,9	93,6	1.853,1	53,6	-	-	2.860,2	9.418,1
2033	3.051,9	864,6	97,4	1.870,1	55,7	-	-	2.887,7	9.772,0
2034	3.215,1	867,5	101,4	1.883,9	58,0	-	-	2.910,8	10.005,1
2035	3.378,4	870,4	105,2	1.897,1	60,1	-	-	2.932,7	10.109,6
2036	3.552,6	871,6	108,8	1.906,8	62,2	-	146,7	3.096,1	10.209,1
2037	3.744,4	870,1	112,5	1.911,2	64,3	-	315,4	3.273,6	10.299,6
2038	3.956,5	865,4	116,4	1.909,7	66,5	-	501,2	3.459,2	10.368,8
2039	4.192,4	857,1	120,7	1.901,6	68,0	-	698,3	3.646,7	10.393,5
2040	4.437,0	847,2	124,9	1.890,1	71,4	-	909,6	3.843,1	10.371,2
2041	4.694,8	834,8	129,1	1.873,9	73,8	-	1.124,0	4.035,6	10.282,4
2042	4.952,0	822,0	132,8	1.855,5	75,9	-	1.343,6	4.229,8	10.125,7
2043	5.205,2	809,0	135,9	1.835,7	77,7	-	1.568,3	4.426,5	9.903,9
2044	5.449,7	796,6	138,4	1.815,9	79,1	-	1.794,9	4.624,8	9.623,7
2045	5.683,6	785,1	140,1	1.796,4	80,1	-	2.022,3	4.823,9	9.293,3
2046	5.904,5	774,6	141,2	1.777,5	80,7	-	2.249,6	5.023,6	8.923,6
2047	6.108,8	765,6	141,4	1.760,1	80,8	-	2.474,9	5.222,9	8.528,5
2048	6.286,8	759,3	140,5	1.745,7	80,3	-	2.697,5	5.423,4	8.134,3
2049	6.447,9	754,4	138,9	1.732,7	79,4	-	2.916,1	5.621,5	7.765,3
2050	6.588,9	751,4	136,4	1.721,6	77,9	-	3.130,0	5.817,5	7.410,4
2051	6.710,2	750,1	133,2	1.712,5	76,1	-	3.338,4	6.010,2	7.117,9

Valores em R\$ Milhões

Ano	Folha Benefícios	Contribuição Ativos	Contr. Apos. Pens.	Contra-parte Estado	Com- prev	Parce- la- mento	Contr. Suplem.	Total Receitas	Saldo Financeiro
2052	6.820,5	749,3	129,5	1.703,7	74,0	-	3.540,3	6.196,8	6.885,7
2053	6.921,1	748,8	125,6	1.694,9	71,8	-	3.735,0	6.376,1	6.719,5
2054	7.012,4	748,6	121,5	1.686,1	69,4	-	3.921,8	6.547,3	6.623,9
2055	7.095,0	748,4	117,1	1.677,0	66,9	-	4.099,8	6.709,2	6.602,4
2056	7.168,1	748,3	112,5	1.667,8	64,3	-	4.268,5	6.861,4	6.658,9
2057	7.231,9	748,3	107,8	1.658,3	61,6	-	4.427,2	7.003,3	6.796,6
2058	7.288,7	748,4	103,0	1.648,7	58,8	-	4.575,6	7.134,5	7.018,2
2059	7.332,4	748,3	98,0	1.638,7	56,0	-	4.713,5	7.254,6	7.326,4
2060	7.368,7	748,3	92,9	1.628,6	53,1	-	4.840,5	7.363,5	7.724,1
2061	7.395,9	748,3	87,8	1.618,2	50,2	-	4.956,7	7.461,3	8.214,3
2062	7.413,9	748,3	82,5	1.607,7	47,2	-	5.062,3	7.548,0	8.800,2
2063	7.423,1	748,3	77,2	1.597,1	44,1	-	5.054,2	7.521,0	9.382,1
2064	7.424,0	748,3	71,9	1.586,5	41,1	-	5.032,5	7.480,3	9.954,5
2065	7.417,0	748,3	66,6	1.575,8	38,0	-	4.998,3	7.427,1	10.512,0
2066	7.402,9	748,3	61,3	1.565,2	35,0	-	4.952,7	7.362,5	11.049,8
2067	7.382,6	748,3	56,0	1.554,7	32,0	-	4.896,7	7.287,8	11.562,7
2068	7.356,9	748,3	50,9	1.544,5	29,1	-	4.831,3	7.204,1	12.045,9
2069	7.326,8	748,3	45,9	1.534,5	26,2	-	4.757,7	7.112,7	12.494,3
2070	7.293,6	748,3	41,1	1.524,9	23,5	-	4.676,9	7.014,8	12.902,8
2071	7.258,0	748,3	36,5	1.515,8	20,9	-	4.589,9	6.911,4	13.265,8
2072	7.221,3	748,3	32,2	1.507,1	18,4	-	4.497,6	6.803,7	13.577,8
2073	7.184,3	748,3	28,2	1.499,0	16,1	-	4.401,0	6.692,5	13.832,9
2074	7.147,9	748,3	24,4	1.491,5	13,9	-	4.300,6	6.578,8	14.024,6
2075	7.112,7	748,3	21,0	1.484,6	12,0	-	4.197,2	6.463,1	14.146,2
2076	7.079,5	748,3	17,8	1.478,3	10,2	-	4.091,3	6.348,0	14.190,8
2077	7.048,6	748,3	15,0	1.472,7	8,6	-	3.983,5	6.228,2	14.161,0
2078	7.020,2	748,3	12,5	1.467,8	7,2	-	3.874,2	6.110,0	14.019,1
2079	6.994,6	748,3	10,4	1.463,4	5,9	-	3.763,6	5.991,6	13.787,1
2080	6.971,9	748,3	8,5	1.459,6	4,8	-	3.652,2	5.873,4	13.448,9
2081	6.951,9	748,3	6,8	1.456,3	3,9	-	3.540,0	5.755,4	12.990,0
2082	6.934,6	748,3	5,5	1.453,6	3,1	-	3.427,2	5.637,7	12.407,6
2083	6.919,9	748,3	4,3	1.451,3	2,5	-	3.314,1	5.520,5	11.690,6
2084	6.907,5	748,3	3,3	1.449,3	1,9	-	3.200,7	5.403,6	10.829,7
2085	6.897,3	748,3	2,6	1.447,8	1,5	-	3.087,1	5.287,2	9.815,2
2086	6.889,0	748,3	1,9	1.446,5	1,1	-	2.973,3	5.171,2	8.637,2
2087	6.882,4	748,3	1,4	1.445,5	0,8	-	2.859,3	5.055,5	7.285,3
2088	6.877,3	748,3	1,1	1.444,8	0,6	-	2.745,3	4.940,1	5.748,7
2089	6.873,4	748,3	0,8	1.444,2	0,4	-	2.631,2	4.824,9	4.016,4

Nota: o saldo financeiro do FUNDO DE PREVIDÊNCIA leva em consideração os ativos financeiros de R\$ 8.321.038.317,44 em 31/12/2014, e a rentabilidade anual estabelecida como meta atuarial, de 5,50% ao ano.

5. PROJEÇÃO DA FOLHA DE BENEFÍCIOS DO FUNDO FINANCEIRO

Valores em R\$ Milhões

Ano	Folha Benefícios	Ano	Folha Benefícios	Ano	Folha Benefícios
2015	3.071,4	2040	4.814,1	2065	406,3
2016	3.441,0	2041	4.599,8	2066	340,3
2017	3.791,5	2042	4.380,0	2067	282,9
2018	4.180,2	2043	4.155,4	2068	233,6
2019	4.512,0	2044	3.928,8	2069	191,5
2020	4.754,3	2045	3.701,3	2070	155,9
2021	4.971,9	2046	3.474,0	2071	126,2
2022	5.176,8	2047	3.248,8	2072	101,6
2023	5.347,6	2048	3.026,2	2073	81,4
2024	5.495,7	2049	2.807,5	2074	65,0
2025	5.636,3	2050	2.593,6	2075	51,8
2026	5.784,7	2051	2.385,3	2076	41,2
2027	5.908,9	2052	2.183,4	2077	32,9
2028	5.999,2	2053	1.988,7	2078	26,3
2029	6.054,6	2054	1.801,9	2079	21,2
2030	6.070,9	2055	1.623,8	2080	17,2
2031	6.057,1	2056	1.455,2	2081	14,0
2032	6.016,8	2057	1.295,5	2082	11,6
2033	5.948,3	2058	1.148,0	2083	9,7
2034	5.850,5	2059	1.010,2	2084	8,1
2035	5.723,7	2060	883,2	2085	6,9
2036	5.577,0	2061	766,9	2086	5,9
2037	5.408,2	2062	661,4	2087	5,0
2038	5.222,5	2063	566,4	2088	4,3
2039	5.025,4	2064	481,5	2089	3,7



6. PARECER ATUARIAL

Os resultados apresentados nesta Avaliação Atuarial levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei PR nº 17.435, de 21/12/2012, as alterações promovidas pela Lei PR nº 18.370 e Lei PR nº 18.372, ambas de 15 de dezembro de 2014, assim como a migração do grupo de 33,5 mil beneficiários do FUNDO FINANCEIRO ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

Esta Avaliação Atuarial tem por objetivo específico dimensionar o impacto atuarial ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, quanto a absorção dos compromissos previdenciários provenientes desta migração de beneficiários.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2014, contemplam os servidores ativos, inativos e pensionistas, segurados do RPPS do Estado do Paraná. A base cadastral possui qualidade e indica consistência dos dados e dos resultados apresentados.

Cabe ressaltar que o FUNDO MILITAR não é afetado pela reestruturação dos Fundos Previdenciários, portanto, os resultados observados pela Avaliação Atuarial do exercício de 2014, Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 032/2015, de 27/02/2015, referentes ao FUNDO MILITAR, permanecem inalterados.

1. FUNDO FINANCEIRO

Conforme descrito no item 3.1 deste documento, o FUNDO FINANCEIRO reduz sua obrigação no pagamento de 33,5 mil beneficiários, passando de 76,8 mil para 43,2 mil benefícios pagos mensalmente.

Esta redução no quantitativo de compromissos equivale a uma redução no valor da folha mensal de benefícios de R\$ 142,5 milhões, conforme descrito, o FUNDO FINANCEIRO, que até então arca com uma folha mensal de R\$ 349,0 milhões, passa a pagar R\$ 206,5 milhões/mês.

Verifica-se que em relação ao FUNDO FINANCEIRO ocorre apenas desoneração de obrigações, fato que torna desnecessário demais esclarecimentos sobre impactos atuariais a este Fundo.

Neste Relatório, o item 5 descreve o valor projetado de folha de benefícios do FUNDO FINANCEIRO. Tal informação tem finalidade apenas de subsídio para esclarecimento da alternativa utilizada para equacionamento do equilíbrio atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, descrito a seguir.

2. FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Com a absorção do grupo de 33,5 mil beneficiários provenientes do FUNDO FINANCEIRO, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA passa a promover cobertura a 47,8% do total de servidores ativos, aposentados e pensionistas do RPPS, cerca de 127 mil segurados.

Conforme prevê a Lei PR nº17.435, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial para o exercício de 2015.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA passa a ser de R\$ 64,76 bilhões, projetados para o período de 75 anos, e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 55,97 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 8,79 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados ou segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA são de R\$ 8,86 bilhões. O Resultado Técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com resultado positivo na ordem de R\$ 72,4 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo de servidores e Estado ao Fundo e, também, pelo sistema projetado de Custeio Suplementar a encargo do Estado.

2.1. FUNDO DE PREVIDÊNCIA - PRESERVAÇÃO

De certa forma, projeções e Avaliações Atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários do RPPS e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido – Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 005/2012 - e constante na Lei PR nº17.435, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Neste sentido, ressaltamos isoladamente premissas utilizadas nesta Avaliação Atuarial que constituem-se como indispensáveis na perspectiva de manutenção do equilíbrio do Plano capitalizado.

2.1.1. MANUTENÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio estipulado na Lei PR 17.435/2012 deve ser mantido, especialmente no que diz respeito às contribuições de servidores ativos, aposentados e pensionistas, juntamente com a contrapartida do Estado sobre essas receitas.

O art. 19 da citada lei, que trata da progressividade da contrapartida do Estado – a qual chega ao dobro da contribuição dos segurados em 2023 –, constitui-se em um dos pilares essenciais para manutenção do equilíbrio do sistema.

Ressalta-se que o próprio artigo prevê a possibilidade de alteração da progressividade em função da capacidade orçamentária do Estado, desde que amparada por Avaliação Atuarial que indique capacidade de liquidez e solvência do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

2.1.2. CUSTEIO SUPLEMENTAR

Como demonstrado no item 4.4 desta Avaliação, além dos repasses contributivos normais previstos no Plano de Custeio, pela migração de benefícios ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, verifica-se a necessidade aplicação do Custeio Suplementar, a cargo do Estado, a partir do ano de 2036 – art. 20 da Lei PR 17.435/2012.

Estes recursos adicionais, necessários para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano Capitalizado, se darão na exata medida da redução dos compromissos do Estado com o FUNDO FINANCEIRO, item 5 deste Relatório.

O Custeio Suplementar projetado para o RPPS do Estado do Paraná tem por base uma premissa distinta da normalmente utilizada pelos demais RPPS, as quais concentram sua viabilidade basicamente na projeção do aumento da Receita Corrente Líquida do Ente – especificamente para o caso da previdência funcional.

2.1.3. REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A transferência de beneficiários ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, objeto desta Avaliação, é suportada pelo Plano de Custeio Normal e Suplementar, que, como abordado,

projetam futuras desonerações do Estado, dentre elas a proveniente do Regime Complementar.

O Regime de Previdência Complementar descrito na Lei PR 18.372/2014, proporciona gradual redução nos compromissos do Estado com encargos previdenciários, sem qualquer prejuízo aos servidores.

Esta desoneração já foi objeto de vários estudos pela PARANAPREVIDÊNCIA, em especial destaca-se a Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA 019/2013 e DPREV/ATUÁRIA 029/2014.

2.1.4. CONTROLE CONTRIBUTIVO E DE PAGAMENTOS

Cabe à PARANAPREVIDÊNCIA efetuar minucioso controle contributivo, de classificação de servidores em Fundos e de folhas de benefícios.

Tal controle mostra-se imprescindível para que qualquer ajuste ou correção, necessário à manutenção do equilíbrio do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, seja efetuado pelo Estado e, também, para contínua verificação da aderência das premissas que embasaram os cálculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS


A reestruturação dos Fundos Previdenciários, detalhada nesta Nota Técnica, atende à normatização prevista pela Portaria MPS nº403/2008, especificamente quanto à viabilidade orçamentária e financeira e, também, manutenção dos ativos financeiros no FUNDO DE PREVIDÊNCIA – artigos 20 e 21 da Portaria.

A presente Nota Técnica apresenta a viabilidade da transferência de beneficiários descrita no item 3 com a manutenção do Plano de Custeio atual, alterações nestas premissas promovem alterações nos resultados apresentados.

Oportuno, também, salientar a importância da manutenção do sistema capitalizado do RPPS do Estado, que além de atendimento aos preceitos constitucionais, permitirá a desoneração gradativa dos encargos com benefícios previdenciários do Tesouro Estadual e de todos os Poderes do Estado, sendo os recursos financeiros acumulados a garantia futura destes compromissos.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de março de 2015.


Wesley Amâncio de Gouveia
Atuário MIBA 767


Paulo Roberto Caldart
Atuário MIBA 1.260



REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.


Em, 14 ABR. 2015

1º Secretário

REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 016/15, que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio da previdência social do Estado do Paraná e da outras providências, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 252/2015 – oriundo da Mensagem n.º 016/15, que dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio da previdência social do Estado do Paraná e da outras providências, conforme especifica..

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.


DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
LÍDER DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 15109/15

Protocolo n.º: 13.577.258-5.
Assunto: Pedido de Esclarecimentos.
Interessado: Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Informações

Ementa: Pedido de Esclarecimentos. Projeto de Lei n.º 60/2015. Projeto retirado. Perda do Objeto. Esclarecimentos de ordem geral quanto a validade da exigência de parecer prévio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social. Permanência do Fundo de Previdência (capitalizado).

No presente protocolado a Procuradora de Justiça Samia Saad Galloti Bonavides questiona o Governo do Estado quanto ao procedimento adotado para apresentação de projeto de lei contendo proposta de reformulação do sistema previdenciário e de composição e beneficiários do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário.

A missiva tem por mote subsidiar o Inquérito Civil n.º 0046.000771-0 e dadas as particularidades do tema, foram encaminhados a esta Diretoria Jurídica para atender as informações solicitadas.

Antes de se adentrar na matéria propriamente dita, urge consignar dois fatores de crucial importância. O primeiro, consiste no fato de que o projeto de Lei 60/2015, foi retirado da pauta de votação da Assembleia.

E, mais, hoje existe novo projeto (Projeto 252/2015) que assegura o equilíbrio econômico e financeiro da forma do artigo 40, da Constituição Federal e artigo 1º da Lei Federal 9717/98.

Segundo a exposição de motivos, as alterações previstas no novo projeto de lei encontram amparo na previsão do artigo 20, § 1º da Portaria 403 do MPS e, não perde de vista o modelo de capitalização consagrado na nota técnica e no parecer que instruem a presente missiva.

Gondim
Cathia Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 12839

reulido
22/04/15.

Tecidos esses prolegômenos, observa-se que as preocupações externadas pela Subprocuradoria de Justiça se consubstanciam em duas ordens.

A primeira questão seria sobre a submissão prévia de projeto de lei que vise as avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS ao SPPS do Ministério da Previdência Social.

Com a máxima vênia, ainda que a necessidade se lastreie na regulamentação por Portarias do art. 9º da Lei Federal 9717/1998, há farta jurisprudência do STF no sentido que tal providência se caracteriza como extrapolação do poder regulamentar e intervenção indevida da União na competência legislativa dos Estados Membros.

Nesse sentido:

"Essa Corte já fixou entendimento no sentido de que a União, ao editar a Lei 9.717/1998, extrapolou os limites de sua competência para estabelecer normas gerais sobre matéria previdenciária, ao atribuir ao Ministério da Previdência e Assistência Social atividades administrativas em órgãos da previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelecer sanções para a hipótese de descumprimento das normas constantes dessa lei." (RE 815.499-AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 9-9-2014, Segunda Turma, DJE de 18-9-2014.)

Do corpo do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, destaca-se o seguinte excerto:

"O acórdão recorrido está de acordo com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a União, ao editar a Lei 9.717/1998, extrapolou os limites de sua competência para estabelecer normas gerais sobre matéria previdenciária, ao atribuir ao Ministério da Previdência e Assistência Social atividades administrativas em órgãos da Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelecer sanções para a hipótese de descumprimento das normas constantes dessa norma. Nesse sentido, destaco o julgamento do RE 797.926-AgR/PE, Rel. Min. Marco Aurélio, cuja ementa transcrevo a seguir: 'COMPETÊNCIA CONCORRENTE - PREVIDÊNCIA SOCIAL -

NORMAS GERAIS – EXTRAVASAMENTO. Artigo 7º, inciso I, da Lei nº 9.717/98. Extravasamento do campo relativo às normas gerais sobre previdência social'. Com essa mesma orientação, menciono as seguintes decisões, entre outras: ACO 830-TAR/PA e AC 3.201-MC-Ref/DF, Rel. Min. Marco Aurélio; ACO 702/CE, Rel. Min. Joaquim Barbosa; AC 3.562-MC/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia; ACO 1.062-MC/DF, de minha relatoria".

No caso específico do Estado do Paraná vale a pena destacar na ACO 830 o seguinte trecho do corpo do voto que concedeu a cautela determinando a emissão do CRP ao Estado do Paraná:

Não obstante tenha sido apreciada a matéria à luz do disposto no artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal, não há margem a concluir-se pela ofensa ao referido preceito. O pronunciamento do Tribunal de origem se mostrou linear com a jurisprudência assentada no Supremo na Tutela Antecipada na Ação Cível Originária nº 830/PR, de minha relatoria. Eis os fundamentos da decisão por mim proferida e referendada, a uma só voz, pelo Plenário:

(...)

2. Certamente, a Lei nº 9.717/98 e os demais diplomas que se seguiram resultaram da competência prevista no artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Consoante dispõe o § 1º desse artigo, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Pois bem, cumpre perquirir se, no caso, o diploma federal ficou restrito a esses limites.

De acordo com o artigo 9º da Lei Federal:

Art. 9º - Compete à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social: I - a orientação, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos fundos a que se refere o art. 6º, para o fiel cumprimento dos dispositivos desta lei; II - o estabelecimento e a publicação dos parâmetros e das diretrizes gerais previstos nesta lei. [...]

Constato, neste exame preliminar, que se adentrou não o campo do simples estabelecimento de normas gerais. Atribuem-se a ente da Administração Central, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, atividades administrativas em órgãos da Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos fundos a que se refere o artigo 6º da citada lei. A tanto equivale a previsão de que compete ao Ministério da Previdência e Assistência Social orientar, supervisionar e acompanhar as práticas relativas à previdência social dos servidores públicos das unidades da Federação. Mais do que isso, mediante o preceito do artigo 7º, dispôs-se sobre sanções diante do descumprimento das normas - que se pretende enquadradas como gerais. Deparo, assim, com quadro normativo federal que, à primeira vista, denota o extravasamento dos limites constitucionais, da autonomia própria, em se tratando de uma Federação. Uma coisa é o estabelecimento de normas gerais a serem observadas pelos Estados membros. Algo diverso é, a pretexto da edição dessas normas, a ingerência na administração dos Estados, quer sob o ângulo direto, quer sob o indireto, por meio de autarquias. Vale frisar que não prospera o paralelo feito entre a legislação envolvida na espécie e a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, editada a partir de previsão expressa contida no artigo 169 da Constituição Federal, impondo limites a serem atendidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. [...]

No mesmo sentido decidiram ambas as Turmas do Supremo. A Primeira Turma, ao referendar liminar por mim deferida na Ação Cautelar nº 3.201/PE, e a Segunda no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 771.994/PB, da relatoria da ministra Cármen Lúcia.

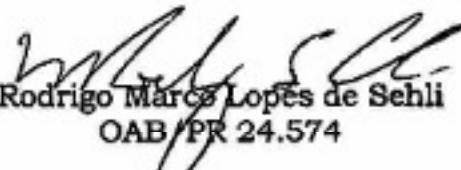
Pelo exposto, parece que a despeito da previsão em Portarias do INSS da necessidade de parecer prévio da SPPS, essa exigência extrapola o poder regulamentador das Portarias e não se compatibiliza com a competência concorrente vertical dos Estados Federados, como se demonstrou nos julgados do STF e, em especial, na ACO 830/PR.

A segunda preocupação se consubstancia na impossibilidade de extinção dos fundos capitalizados e a transmigração de recursos, confundindo-se com os recursos do Estado e perdendo a destinação específica não se permitindo que os recursos sejam utilizados para outros fins que não pagamento de benefícios previdenciários.

Como dantes mencionado, essa previsão específica do projeto de Lei 60/2015 não mais subsiste, pois o projeto atacado foi retirado e apresentou-se outro projeto que atende aos preceitos constitucionais do equilíbrio atuarial do RPPS (inteligência do art. 40, da Constituição Federal e art. 1º, da Lei Federal 9717/98).

Sendo estes os esclarecimentos necessários, propõe-se o retorno dos autos à Casa Civil para os devidos fins.

Curitiba, 17 de abril de 2015.


Rodrigo Marcos Lopes de Sehli
OAB/PR 24.574

De acordo.


Rita de Cássia Ribas Taques
Assistente Técnica

Aprovo as Informações retro.


p/ Jefferson Renato Rosolem Zanetti
Diretor Jurídico da PARANAPREVIDÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 252/2015.

Projeto de Lei nº 252/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem 016/2015

Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e da outras providências.

EMENTA: REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO E FINANCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTS 13, 65 E 66. LEGAL. EMENDAS MODIFICATIVA E ADITIVA. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo visa à Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Em sua justificativa o autor sustenta que o "Fundo de Previdência possui como razão de existir a sustentabilidade, e, o escopo finalístico de desonerar o Estado do pagamento dos aposentados, pensionistas, militares da reserva e reformados.

VISTA EM 14/06/15

Dep. Ruick

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, diante de novo estudo atuarial, surge a presente proposta de migração de parte da massa que se encontra atualmente vinculada ao Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência, sempre respeitando critérios de solvência, liquidez e equilíbrio financeiro e atuarial insculpidos do artigo 40, caput da Carta Magna".

Ressalta, "que em termos práticos, a massa consistiria nos servidores civis aposentados e pensionistas que possuam 73 anos completos ou mais, que passariam a estar vinculados ao Fundo de Previdência".

Frisa que os "reflexos imediatos seriam: 1- Redução da folha mensal do fundo financeiro em aproximadamente R\$ 142,5 milhões; 2- Preservação do fundo capitalizado; 3 - Manutenção do equilíbrio atuarial - art. 40 da Constituição Federal e art. 1º da Lei 9.717; 4 - Solvência de 29 anos - dentro de um nível justificável; 5 - Custeio suplementar necessário a partir de 21 anos; 6 - Financiamento do custo suplementar amparado pelo art. 20 da Lei nº 17.435/2012; 7 - Probabilidade de necessidade de ingresso de novos recursos ou aportes; e 8- Mantém o mesmo plano de custeio - Lei nº 17.435/2012.

Por fim, enfatiza que "tal proposta, além da baliza atuarial, também possui espeque na legislação de regência, a saber, o artigo 20, §1º da Portaria nº 403 do MPS, que permite a conjugação de critérios (idade, ingresso e condição de ativo/inativo/pensionista) e que em suma, o presente Projeto de Lei, almeja conciliar a manutenção do modelo de capitalização com a necessária desoneração do tesouro, de forma técnica, equilibrada e que homenageie os equilíbrios financeiros e atuariais".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 28 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Com relação ao assunto do referido projeto de lei, "previdência social, proteção e defesa da saúde", a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Exatamente no mesmo sentido e idêntico teor a Constituição do Estado do Paraná prevê em seu art. 13, XII:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ademais, deve-se ressaltar que é competência privativa do Governador do Estado à elaboração de leis que disponham sobre os servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, vide art. 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

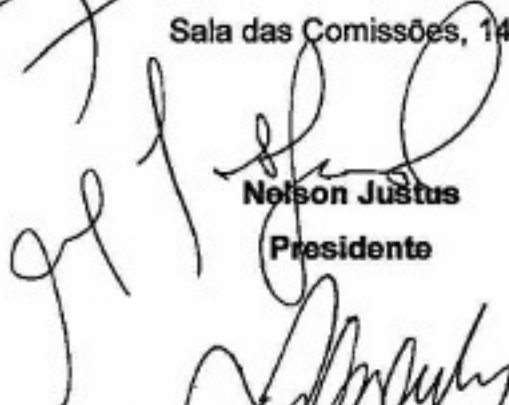
No que tange a Lei Complementar Federal nº. 101/00, o projeto de lei não apresenta nenhuma ilegalidade; uma vez que não cria novas despesas, objetivando a Desoneração do Tesouro, além da busca pela Sustentabilidade e equilíbrio do Sistema, conforme justificativa anexada.


Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, na forma das emendas modificativa e aditiva e modificativa em anexo.


Sala das Comissões, 14 de Abril de 2015.


Nelson Justus
Presidente


Dep. Luiz Cláudio Romanelli
Relator

APROVADO

22/04/15 


VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Pericles
mello
22/04/15

Gilson Souza
22/04/15
abstiv.-M



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 252/2015

Nos termos do §4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do inciso IV do art. 2º do Projeto de Lei nº 252/2015.

"IV – altera o §1º do art. 20 bem como acresce os §§ 3º, 4º e 5º ao mesmo artigo com a seguinte redação:

"§1º Os aportes dos valores de que trata o caput deste artigo deverão iniciar no mínimo a partir de 2030 e serão fixados no mínimo em 1% (um por cento) do total mensal da folha de pagamentos do Fundo de Previdência, acrescidos de 1% (um por cento) ao ano a partir de 2031, até o limite de 22% (vinte e dois por cento) de 2051 em diante."

"§ 3º Antes de quaisquer alterações na Política de Recursos Humanos do Estado, no que concerne à segurança funcional, estas serão submetidas aos necessários estudos atuariais e a adaptação do Plano de Benefícios Previdenciários pela ParanaPrevidência."

§ 4º O órgão gestor do RPPS estadual será responsável pelo controle de arrecadação da Contribuição Previdenciária de todos os servidores civis e militares, ativos e da reserva remunerada ou reformados, bem como dos pensionistas, inscritos no Regime Próprio de Previdência Social."

§ 5º Em razão das alterações decorrentes da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012 e da presente Lei, a ParanaPrevidência, mediante o envio dos respectivos cadastros pelos órgãos de origem, promoverá anualmente a atualização das listas de vinculação de todos os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos, magistrados, membros do Ministério Público e Conselheiros do Tribunal de Contas, ativos e inativos, e militares ativos e da reserva remunerada ou reformados, ao respectivo Fundo Público de Natureza Previdenciária.(NR)"

Nos termos do §3º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de inserir parágrafo único ao art. 3º do Projeto de Lei nº 252/2015 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Caso necessário, o aporte será efetuado com recursos do Tesouro do Estado, até atingir o montante previsto no caput deste artigo, com o valor atualizado até o repasse total final."

Sala das Sessões, 14 de Abril de 2015.

DER. NELSON JUSTUS.
PRESIDENTE

DER. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
RELATOR

APROVADO

22.04.15

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dup. Deides
mello
22/04/15

Gilson Souza
22/04/15
abstive-me

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/15

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 016/15, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado Paraná e dá outras providências.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, observamos que a matéria em epígrafe recebeu o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta apresenta em sua justificativa o esclarecimento que a matéria almeja conciliar a manutenção do modelo de capitalização com a necessária desoneração do tesouro, de forma técnica, equilibrada e que homenageie os equilíbrios financeiros e atuariais.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, o Projeto de Lei em questão, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois em apenas um dos reflexos imediatos da proposta, a redução da folha mensal do fundo financeiro será de aproximadamente R\$142,5 milhões.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Isto posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma da **Emenda Aditiva e Modificativa**, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23/04/15

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Signature]
Dep. Lúcio

[Signature]
Dep. Tiago

[Signature]
Voto Concorrente
Dep. Tadeu

[Signature]
Dep. Elza